

CARREGANDO O
ELEFANTE

EDIÇÃO REVISADA VERSÃO 9 – janeiro de 2014

CARREGANDO O ELEFANTE

COMO LIVRAR-SE DO PESO QUE IMPEDE OS
BRASILEIROS DE DECOLAR



ALEXANDRE OSTROWIECKI / RENATO FEDER

*“O Estado é o tipo de organização que, apesar de fazer mal as grandes coisas, faz as pequenas coisas mal também”
John Kenneth Galbraith*

*“As palavras mais aterrorizantes que existem são ‘eu sou do governo e estou aqui para ajudar’”
Ronald Reagan*

*“Os políticos e as fraldas devem ser trocados frequentemente e pela mesma razão”
Eça de Queiroz*

*“O governo deve educar, informar e inspirar, mas não pode ter a palavra final sobre o que é melhor para mim”
John Stuart Mill*

*“As sociedades devem encorajar e premiar aqueles que tomam riscos, os empreendedores. São eles que criam a riqueza sem a qual os governos não poderiam fazer nada, nem ajudar os fracos. Um país só pode prosperar encorajando as pessoas a economizarem e gastarem não mais do que elas ganham”
Margareth Thatcher*

*“O problema do socialismo é que uma hora ele acaba com o dinheiro dos outros”
Margareth Thatcher*

*“Não se pode fortalecer o fraco enfraquecendo o forte. Não se pode trazer prosperidade desencorajando a iniciativa. Não se pode ajudar o recebedor de salário prejudicando o pagador de salário”
Abraham Lincoln*

*“Se puserem o governo federal para administrar o Saara, em cinco anos faltará areia”
Milton Friedman*

Agradecimentos

Muitas pessoas ajudaram na realização deste livro, contribuindo com ideias, sugestões, correções e divulgação. Gostaríamos de agradecer ao designer Gabriel Fazan Fernandes pelo desenho definitivo de nossa capa. Nosso obrigado ao cartunista Leandro Spett pelas inteligentes ilustrações. Também agradecemos a contribuição da GAK Associados pelas ideias e pesquisas sugeridas e ao Manoel Messias de Andrade pelo apoio técnico. Durante todo o processo tivemos o apoio de nossas famílias e aqui registramos nossa gratidão à Julia, Gabriela, Rafael, Tatiana, Susan, Denise e Roberto. Por fim, o agradecimento mais especial às nossas esposas, Priscila e Tally, por todo carinho, compreensão, dedicação e amor que nos deram

ALEXANDRE OSTROWIECKI

RENATO FEDER

CARREGANDO O ELEFANTE

Como livrar-se das amarras que impedem os brasileiros de decolar

Ilustrações: Leandro Spett

© Copyright 2007-2008 by Alexandre Ostrowiecki e Renato Feder

Visite nosso site: www.politicos.org.br

DEDICATÓRIA

Vá até a cozinha e pegue um pedaço de pão. Coloque-o sobre a mesa e fique o observando. Como é simples, aparentemente. O pão é um bem que pode ser adquirido por qualquer pessoa. Mesmo o miserável dos miseráveis pode esmolar no farol uma moedinha e, por trinta centavos, comprar um pedaço de pão numa das dezenas de milhares de padarias do País.

Ao mesmo tempo, como é precioso. Se o leitor fosse colocado no meio da floresta e recebesse a ordem de produzir pão, quem seria capaz de fazê-lo? Quem saberia, dentre a vegetação silvestre, encontrar os pés de trigo selvagem? Quem saberia preparar o solo e plantar a quantidade necessária? Quem saberia colher, secar e triturar os grãos, preparar a massa, arranjar fermento e acender o fogo? O máximo que a maioria de nós conseguiria fazer seria gastar energia e permanecer de barriga vazia. Mesmo com cinco, dez ou trinta pessoas ajudando, o resultado seria o mesmo. Nós sabemos fazer projeções em uma planilha de Excel, dirigir veículos ou fazer pagamentos via Internet. No entanto, não sabemos produzir o pão que nos manterá vivos amanhã.

Todos os bens e serviços do planeta contêm algum trabalho. O trabalho é um dos componentes da riqueza. No entanto, seriam ingênuos aqueles que afirmam ser a riqueza fruto exclusivo do trabalho braçal. Afirmariam que trabalho, por conta própria, gera as riquezas da humanidade e que o resto é apropriação indébita do esforço do trabalho.

Na verdade só existe riqueza quando existe inovação. Mesmo no caso de um simples pedaço de pão, ele só pode existir devido às invenções de pessoas ao longo de milhares de anos. Se não houvesse aquele que descobriu a semente, aquele que aprendeu a lidar com o solo ou que conseguisse, pela primeira vez, realizar os processos descritos acima, hoje não haveria pão. Se isso é verdade para aquele simples alimento, o que dizer de um computador de última geração? Dentre os milhares de dólares que se paga por um computador avançado, quanto disso é necessário para custear o trabalho braçal de montagem? Por que o computador avançado vale alguns milhares de dólares enquanto o modelo de cinco anos atrás não vale mais nada? Ambos usam a mesma quantidade de mão-de-obra e materiais para serem produzidos...

A verdade é que a riqueza nada mais é do que o fruto da genialidade humana e da insistência de homens e mulheres em fazer coisas melhores. A verdadeira riqueza está em criar coisas, é isso que nos distingue dos animais. Os seres humanos só são completos quando eles são capazes de

criar. O computador avançado vale mais porque nele se agregaram as criações mais recentes permitidas pela inesgotável criatividade humana.



Produzir é diferente de consumir. É impossível uma pessoa produzir todos os bens de que necessita para levar uma boa vida. Para suprir a diferença, cada pessoa tem de obter externamente os bens que não consegue criar por conta própria. Para esse fim, existem apenas duas formas possíveis de se obter bens materiais.

A primeira é a troca, a entrega de valor pelo valor. Se uma pessoa tem pão e outra tem peixe, elas podem trocar, usando a taxa de conversão que for

aceitável para ambas. A troca só existe se for boa para ambas as partes porque, do contrário, um lado se recusará a trocar. Uma característica intrínseca da troca legítima é que duas pessoas sempre saem dela mais satisfeitas do que entraram. A troca é fundamentada em valor, não em lamentos. Ela é fundamentada em respeito, não em intimidação. As únicas limitações à troca são práticas. Se você quer trocar pão pelo peixe de seu vizinho, não haverá problemas. No entanto, se você quiser trocar computadores avançados alemães por serviços de telefonia do Vietnã, isso não será nada fácil de trocar...

O que seria o dinheiro, nesse contexto? De que vale um punhado de papel velho, cortado em tiras e escrito na frente e no verso? Concretamente o dinheiro não vale nada. Quanto vale uma pilha de jornais usados? Nada. O mesmo ocorreria com o dinheiro. Ele não pode ser comido, nem bebido, nem satisfaz qualquer outra necessidade humana.

O dinheiro só tem valor por intermédio da confiança que se deposita nele. Em uma nação com confiança, as pessoas acreditam que pessoas produtivas aceitarão o seu dinheiro e entregarão em troca dele o melhor de seu trabalho e inteligência. O dinheiro é um direito que se obtém, por meio da criação de valor, sobre o valor dos outros. O dinheiro só tem valor quando pessoas produtivas dão a ele significado e endosso. O dinheiro é a forma de viabilizarem-se trocas.

Em uma nação com confiança, todos sabem o valor do dinheiro e o respeitam. O dinheiro vale exatamente o mesmo que a produção de bens reais sobre a qual o dinheiro se apoia. As pessoas sabem disso e o governo sabe disso. Sabem que não podem gastar mais do que arrecadam, pois estarão apenas gerando inflação e destruindo o valor do dinheiro.

Se a primeira forma de se obter bens é a troca, a segunda forma é a violência. Só se pode receber algo de alguém ou pela troca ou pela extorsão. Não existe nenhum outro meio. Usando-se violência, pode-se saquear em um minuto a riqueza acumulada durante toda uma vida. Às vezes a violência é praticada pelo bandido da esquina, às vezes por quadrilhas organizadas e às vezes pelo Estado, tomando bens que não lhe pertencem para suprir suas necessidades infinitas. Ao longo da história humana, a violência sempre foi a forma mais comum de se obter bens. Conquistadores, reis, imperadores e outros se utilizaram da violência para se apropriar da riqueza de quem estava inventando e trabalhando. No entanto, a violência só consegue tomar, nunca consegue produzir. Nenhuma violência no mundo, aplicada sobre milhares de pessoas ignorantes, seria capaz de fazê-los produzir um simples pedaço de pão caso não saibam fazê-lo.

Mais recentemente, ao caminhar na direção da democracia liberal, a humanidade finalmente passou a dar à troca seu devido valor e criou modelos de nação em que as pessoas se submetem à lei e os direitos individuais estão no topo das prioridades. Pela primeira vez, em alguns países, o incentivo maior às pessoas foi para a criação e para a troca, não para a conquista violenta da riqueza alheia. O resultado foi uma criação de riqueza sem precedentes na história humana. A enorme riqueza que o nosso mundo moderno gerou, essa riqueza que, nos países desenvolvidos, praticamente eliminou a mortalidade infantil, permitiu às pessoas viverem quase um século e fez com que as famílias tivessem fartura digna de realeza, só foi possível em virtude da troca e de seu mensageiro, *o dinheiro*.

Este livro é dedicado ao dinheiro, enquanto embaixador da produção, do valor e da troca justa. Ao dinheiro, símbolo da criatividade humana e da vontade de homens e mulheres de melhorar de vida.

“Quando você perceber que para produzir precisa obter a autorização de quem não produz nada; quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia não com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e por influência, mais que pelo trabalho; que as leis não nos protegem deles mas, pelo contrário, são eles que estão protegidos de você; quando perceber que a corrupção é recompensada e a honestidade se converte em auto sacrifício, então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada”

Ayn Rand

SUMÁRIO

PARTE I — O PROBLEMA

Teu Brasil

Impostos suecos e serviços públicos nigerianos

Saindo da esteira

O público na privada

Pagando a conta

Drenando o pântano

Desconstrução

Os frutos

Além do que existe

PARTE II — A SOLUÇÃO

De elefante para pomba

Como escolher?

A cabeça da pomba

Consolidando as estruturas

Exército

Insegurança pública

Polícia

Judiciário criminal

Cadeias

Se quiser comprar, compre
Rumo à paz
Perdendo mais alguns quilos
Vigiando os musculosos
A raposa e o galinheiro
A escada no fundo do poço
A cura para todos os males?
Cheque em branco sem fundos
O cofre enferrujado
Rompendo os grilhões
Dispensando a babá

CONCLUSÃO

A direção da estrada
A turma no restaurante
O que fazer?
Conscientização
Mobilização
Qual João?
Resumo das principais propostas

PARTE I

O PROBLEMA

Teu Brasil

Como seria o País de seus sonhos? Como seria o Brasil caso você de repente desenvolvesse o poder de mudá-lo a seu bel prazer? Você preferiria que houvesse educação de graça para todos ou cada um deveria poupar para pagar a escola que quiser? Você pagaria mais impostos para o Estado cuidar dos pobres ou pagaria menos, para gerar empregos? Você preferiria ter aposentadoria obrigatória ou arcaria com suas próprias decisões durante a juventude, poupando quanto você quisesse se você quisesse? A polícia seria mais dura com o crime e correria o risco de avançar sobre algumas liberdades individuais? Mais igualdade ou mais liberdade?

Cada povo deve fazer esses questionamentos e decidir como construirá seu futuro. Diferentes respostas para as perguntas acima fizeram surgir diferentes modelos de nação, alguns implantados com mais sucesso e outros com menos. Nós, autores desse texto, fizemos o mesmo e criamos a nossa própria visão do que seria o Brasil ideal para nós. Algumas das ideias aqui expostas são bastante inovadoras, outras fazem parte do dia-a-dia das sociedades dos países que chamamos de desenvolvidos. Para muita gente, este texto parecerá um tanto radical, outros preferirão nos atribuir rótulos automáticos ao invés de efetivamente refletirem sobre os méritos das nossas propostas.

No entanto, o que podemos garantir é que as análises aqui realizadas são honestas e coerentes com os nossos princípios. Garantimos também que estamos oferecendo uma visão bastante concreta para o País. Não somos ligados a nenhum partido ou movimento político; não temos receio de pisar nos calos de ninguém. Tampouco pretendemos deixar o leitor ao final do texto com uma coletânea de chavões sem utilidade. Nossa única ideologia é o que a nossa inteligência e o nosso bom senso nos dizem ser o certo. Concordando ou não o leitor com a nossa forma de ver o mundo, esperamos pelo menos que as ideias aqui colocadas provoquem a sua reflexão sobre o assunto.

Impostos suecos e serviços públicos nigerianos

Pouca gente em sã consciência diria que a situação atual do Brasil é perfeita. Alunos das escolas públicas estudam com professores semianalfabetos, tirando as piores notas de Matemática do mundo. Hospitais apodrecem sem dinheiro nem médicos, enquanto filas de doentes esperam do lado de fora, alguns morrendo e outros voltando para casa sem atendimento. Aposentados da iniciativa privada recebem uma pensão que não compra nem um cafezinho por refeição, enquanto alguns juízes aposentados recebem fortunas maiores que a renda de um presidente de multinacional. Nas ruas, a população sobrevive apavorada vinte e quatro horas por dia porque os bandidos contam com a impunidade que reina no país e com o despreparo da polícia. A quantidade de assassinatos anuais deixa pálidos os números da maioria das guerras mundo afora. As estradas em frangalhos, matando mais de quarenta mil pessoas por ano, aeroportos em estado caótico, a justiça que leva uma década para julgar uma disputa comercial, enfim, serviços públicos que não fazem jus a esse nome.

Na outra ponta dessa equação está o leão tributário mais voraz do planeta. Um governo que devora uma das proporções mais altas da riqueza do país que já se viu e que torna cada brasileiro produtivo escravo do sistema, na maioria das vezes inconscientemente. Esses recursos todos são cobrados por meio de dezenas de tipos de impostos, taxas e contribuições. As regras mudam tão rápido e a cobrança é tão complicada que ninguém sabe realmente se está agindo de acordo com a lei ou não. O que quer que a pessoa faça, ela sempre estará infringindo alguma minúcia da extensa e contraditória legislação, abrindo espaço para os vendedores de facilidades. É uma montanha de dinheiro saqueada das empresas e dos trabalhadores e que, após trafegar pelas esquinas da corrupção, transforma-se em... absolutamente nada. Os desvios são tão grandes que, apesar de o Estado saquear tanta riqueza e não entregar quase nada em troca, a dívida continua crescendo, ou seja, o problema só tende a se acentuar. Assoladas por impostos pesados, juros estratosféricos e regras que mudam do dia para a noite, as empresas brasileiras acabam ficando com altos custos, tornando os produtos e serviços muito mais caros e o desemprego muito maior.

Ou seja, uma pessoa comum que trabalha com carteira assinada entrega um terço do seu salário diretamente ao governo, sob a forma de impostos diretos. Outro terço vai embora em forma de impostos sobre os produtos que ele compra, como arroz ou TV. O restante ele gasta com serviços

privados, os mesmos que o governo deveria entregar gratuitamente a ele em troca dos dois terços do seu dinheiro que foram previamente saqueados.

É esse o Brasil dos seus sonhos?

Saindo da esteira

Assim como numa esteira de corrida, na qual se gasta tempo e energia sem sair do lugar, escapar desse círculo vicioso não é fácil, mas tampouco é impossível. Caso o Brasil queira realmente sair da armadilha em que se meteu, precisa mudar profundamente. Mas se conseguirmos fazer o que é preciso, as vantagens serão enormes.

Imagine o potencial de um país com um clima igual ao nosso, onde os produtos agrícolas crescem duas vezes mais rapidamente do que no hemisfério norte e onde um setor agrícola pujante e empreendedor só precisa se livrar das amarras para decolar. Um lugar com belezas naturais incontestáveis e infindável potencial turístico. Um país em que o povo é jovem, alegre e criativo, com uma cultura aberta e calorosa. Um lugar cuja última guerra ocorreu há um século e meio atrás e isento dos conflitos étnico-religiosos que assolam outras regiões do planeta. Aqui as grandes catástrofes naturais são conhecidas apenas pelas fotos de jornais. Aqui temos amplas reservas de minério, petróleo e gás natural. Temos um potencial de energia hidrelétrica sem igual no mundo. Temos um setor de ponta em biotecnologia, ciências genéticas e exploração de óleo em profundidade e temos um conjunto de empresas de classe mundial. As condições estão todas em nossas mãos para atingirmos o verdadeiro destino ao qual podemos chegar.

Uma mudança profunda na direção certa, mental e estrutural, pode levar o Brasil a um verdadeiro círculo virtuoso. Estamos falando de um país de crescimento econômico rápido, de melhoria de indicadores sociais, de uma educação que nos impulsione à frente de qualquer outro lugar. De um Brasil onde as regras do jogo estão claras e as oportunidades são imensas para qualquer um atingir o máximo que a sua própria capacidade permitir. Esse país pode ser daqui a vinte anos o melhor lugar do planeta para se viver. É querer demais?

Nós, autores deste texto, achamos que não. Esse é o Brasil dos nossos sonhos. E para chegar lá, praticamente todos os obstáculos são parte do governo.



O público na privada

O papel do Estado

As coisas quase sempre andam pior numa instituição pública do que numa privada basicamente por quatro motivos: pouca competição, garantia de perpetuação, pouco foco no resultado e baixo nível de controle dos processos. Esses motivos serão analisados a seguir:

COMPETIÇÃO: A competição é o principal fator de evolução das empresas. Em uma sociedade livre, as companhias lutam entre si para conquistar e manter seus clientes. Isso só pode ser feito por meio de investimentos em melhor qualidade dos processos, dos produtos, das pessoas, o que leva à redução de custos e possibilita à empresa oferecer produtos com menores preços tornando-a mais competitiva. Nessa corrida, a sociedade ganha como um todo, já que a economia agita-se gerando resultados efetivos, como laboratórios criando mais remédios, empresas de construção civil erguendo cada vez mais edifícios de modo cada vez mais eficiente e barato. Tudo para ganhar mais mercado, pois se uma empresa ficar parada, será engolida por suas concorrentes. Nessa luta, só há uma vencedora: a sociedade, que recebe os frutos de toda essa evolução. Para se atingir esse círculo virtuoso só é necessário que existam regras claras e liberdade para competir.

No caso das atividades públicas, muitas vezes existe um monopólio controlando o setor, ou seja, não há competidores. Prestando bom ou mau serviço, a população é obrigada a usar os serviços públicos, por falta de opções. Se você precisa, por exemplo, tirar um passaporte, é obrigado a usar a mesma repartição pública, quer lhe atenda em cinco minutos ou em cinco horas. Não é possível escolher outra opção, como uma empresa privada, para obter esse documento.

Se tal escolha fosse possível, uma empresa privada rapidamente perderia os clientes se os fizessem esperar cinco horas por um documento. Certamente essa empresa iria à falência, na medida em que seus clientes (os cidadãos) teriam outras opções e, com certeza, passariam a escolher companhias mais ágeis.

GARANTIA DE SOBREVIVÊNCIA: Empresas públicas não vão à falência. Mesmo que os serviços sejam péssimos, mesmo que haja competição com empresas da iniciativa privada (como o setor petroquímico — petróleo) e as estatais sofram prejuízos atrás de prejuízos, ainda assim a empresa pública pode contar com o socorro do Estado para tapar os rombos e

manter a atividade. Efeito disso é a redução cada vez maior da presença do espírito de melhoria e do senso de urgência de mudança. A sensação de imortalidade reforça a baixa qualidade e a ineficiência dos órgãos públicos. Essa sensação estende-se aos funcionários públicos que lá trabalham, uma vez que a Constituição os protege contra a demissão. Apesar de existir no Brasil fundamento constitucional para avaliação periódica e possível exoneração do cargo (artigo 41, § 1º, III), tal provisão segue sem regulamentação e na prática não é aplicada. Enquanto nos Estados Unidos ou na Inglaterra, por exemplo, os servidores públicos podem ser demitidos a qualquer momento caso apresentem baixo desempenho, no Brasil eles não têm esse risco.

MERITOCRACIA: Em qualquer empresa existem bons e maus funcionários. Nas empresas privadas tudo ocorre de forma bastante simples. Geralmente os bons, que se dedicam mais e trabalham melhor, são promovidos quando surgem as oportunidades. Isso funciona como estímulo para todos, eles sabem que se forem dedicados, chegarem no horário, realizarem seu trabalho direito, terão mais chances de reconhecimento por seu mérito e, assim, serem promovidos.

Já nos órgãos públicos, a situação é diferente. Uma infinidade de regras rígidas define as promoções, baseando-se em fatores como tempo de serviço e realização de cursos. Pouco valor se dá à competência e à dedicação, uma vez que esses são fatores subjetivos e que, portanto, não podem ser levados em conta dentro das regras de impessoalidade dos órgãos públicos.

Além disso, não há um dono, em muitos casos o presidente da empresa está lá não porque galgou ao cargo, mas porque foi nomeado, porque é próximo ao político que está no poder. O mesmo ocorre com os cargos de confiança à sua volta. Ele próprio nomeia amigos, parentes, pessoas para as quais deve favores, ou das quais já projeta receber favores no futuro. O Brasil possui atualmente 25 mil “cargos de confiança”, ou seja, posições de trabalho preenchidas por mera indicação política. Na Inglaterra existem apenas cem. Se essas pessoas forem incompetentes, não tem problema, a população cobrirá sua ineficiência, pois continuará usando os serviços prestados por não dispor de alternativas.

Num ambiente onde o corporativismo vale mais que o mérito, em que o parentesco vale mais que a competência e onde as regras rígidas de promoção valem mais do que a capacidade, qual o estímulo existente para todos os outros funcionários? Para que irão dedicar-se, se isso não fará muita diferença em seus salários e seus cargos no futuro? Pior: quanto melhor desempenharem suas funções, mais os políticos incompetentes que foram nomeados se beneficiarão do seu trabalho, justificando que permaneçam por mais tempo no topo das empresas. Assim, é muito mais

difícil que um funcionário público produza para a sociedade o mesmo que um trabalhador da iniciativa privada.

CORRUPÇÃO: Além da falta de competição, da despreocupação em introduzir inovações para sobreviver e da cultura de valorização dos colaboradores pelo apadrinhamento e não pela competência dos órgãos públicos, há ainda outro agravante que os tornam um perigo para a sociedade: o enorme potencial para roubo e desonestidade. Nas empresas privadas, existem duas partes que podem roubar: o dono ou os funcionários. Imaginar o dono roubando, com raras exceções, não faz sentido, pois ele estaria tirando algo que já lhe pertence. Além disso, ele dedica boa parte de sua energia para que os funcionários não roubem sua empresa. Mesmo no caso de grandes corporações, os acionistas costumam ter um conselho vigilante para impedir fraudes e desvios por parte dos executivos. Claro que existem casos, como Enron e WorldCom, empresas americanas que foram à falência por causa de desvios. Mas esses exemplos tornaram-se notórios justamente por serem exceções, na medida em que o sistema costuma manter um rígido controle sobre as corporações.

Nos órgãos públicos a situação é bem pior. Caso o presidente seja desonesto, ele pode desviar recursos da empresa para seu patrimônio pessoal e, não sendo pego, terá ganhos nada modestos com isso. Mesmo sendo honesto, ainda restam todos os outros funcionários, dentre os quais se encontra uma parcela disposta a roubar. O presidente tem muito menor estímulo para vigiá-los, pois caso desviem recursos da empresa, esses prejuízos não serão seus e sim da sociedade como um todo. Isso faz com que, de modo geral, as empresas públicas sejam muito mais corruptas do que as privadas.

Pagando a conta

Como vimos, a baixa competitividade do setor público, a despreocupação com a sobrevivência, o desestímulo à cultura da premiação com base em mérito e desempenho individual e a corrupção que imperam no setor público fazem com que o nível dos serviços oferecidos pelo estado seja inaceitável. O problema não seria tão grande se os brasileiros tivessem, hipoteticamente, custo zero com o governo.

Se um marciano descesse à terra todos os meses e pagasse as contas do governo brasileiro, a situação não seria tão ruim, uma vez que, nesse caso fantasioso, o governo nada entregaria, porém nada custaria também. Se este fosse o caso e a economia não estivesse sendo prejudicada, o problema seria muito menor. As pessoas iriam simplesmente ignorar o poder público, pagar seus hospitais, escolas, transportes e seguranças particulares, utilizando, para isso, a totalidade da riqueza que nessa hipótese, cada um conseguiu produzir.

No entanto, obviamente sabemos que isso não é realidade. Essa máquina pública está sendo financiada pelo saque da maior parte dos recursos do país.

O setor público absorveu, nos últimos 15 anos, 66,8% da riqueza produzida pelo país. Estudo recente desenvolvido pelo professor Renato Fragelli, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresenta estimativas que demonstram que o setor público brasileiro ficou com dois terços de todo o aumento de produção de 1991 até 2006, enquanto o setor privado ficou com apenas 33,2%.

O mesmo estudo demonstrou que enquanto o produto interno bruto (PIB) brasileiro nesse período avançou 44,7%, a carga tributária ampliou-se de 24,4% para 37,5%. Com exceção de Itália e França, duas nações com excelente histórico de serviços públicos, nenhum outro país no mundo cobra tantos impostos.

Todo esse avanço demonstra um fôlego sem tamanho de absorção dos recursos da sociedade. É dinheiro arrancado de quem produz e que faz enorme falta na hora de investir, produzir mais, gerar empregos e competir internacionalmente. O Brasil hoje possui uma das mais altas cargas tributárias do planeta, como se demonstrou acima — pelo estudo de Fragelli —, e ela só vem se ampliando.

Além da cobrança de tributos, a sensação que se tem ao observar o sistema legal brasileiro é de que todas as regras estão voltadas para atrapalhar aqueles que geram riqueza e para favorecer aqueles que vivem de saquear a riqueza alheia. Mais adiante veremos como o sistema previdenciário, a legislação penal, a legislação trabalhista e praticamente todas as demais manifestações do Estado têm sistematicamente punido os que produzem e protegido os demais.

Esse sistema suicida traz como resultado uma economia fraca, aumento do desemprego, da pobreza e enorme desperdício das oportunidades existentes para o país.

Resolver esse problema é o maior desafio do Brasil.

Drenando o pântano

Se tivermos de definir qual é o maior problema atual do Brasil este seria certamente a forma como o Estado se organizou. Hoje o Estado brasileiro tornou-se tão obeso e ineficiente, que qualquer tentativa de decolagem por parte do país é logo emperrada pelas centenas de pesos que o setor público amarra às pernas do Brasil. Isso nem sempre foi assim. Até meados da década de 1970, o governo brasileiro teve papel fundamental na formação da então incipiente indústria nacional. Sem os investimentos estatais, dificilmente teríamos hoje a infraestrutura de base existente, como as estradas, siderúrgicas e hidrelétricas. No entanto, essa atuação benéfica já é coisa do passado. Hoje o setor privado é extremamente dinâmico e moderno e não mais depende do Estado para crescer. De fomentador econômico, o governo tornou-se um peso morto.

À primeira vista, a ação correta a ser tomada seria aumentar a eficiência do Estado. Ora, se o governo é corrupto, vamos punir os que estão agindo errado. Se o dinheiro está sendo mal gasto, vamos dar um jeito de usá-lo corretamente. Com certeza essas ações teriam efeito benéfico. No entanto, recomendar exclusivamente esse caminho, que tem sido tentado seguidamente sem sucesso, é incorrer em boa dose de ingenuidade.



Imagine duas fazendas vizinhas, ambas situadas em região pantanosa. Como esses pântanos são infestados pelo mosquito da malária, têm causado grandes prejuízos e sofrimento aos moradores da região. Para resolver o problema, o proprietário da primeira fazenda decretou guerra total ao mosquito: organizou mutirões para caçar os ninhos dos insetos, comprou redes especiais e pulverizou toneladas de inseticida sobre a área afetada. Após anos de esforço, enormes gastos e alguns pequenos sucessos iniciais, as tentativas foram interrompidas ao se constatar que os mosquitos voltavam a se multiplicar.

Observando de longe todo esse acontecimento, o segundo fazendeiro tomou uma decisão simples que, de forma muitas vezes mais barata, conseguiu eliminar completamente o problema: drenar o pântano. Uma vez privado do seu habitat natural, o mosquito da malária teve de ir embora ou acabou morrendo.

Esse exemplo também pode ser usado para analisar a situação do Brasil. O governo é como um imenso pântano sobre o qual não temos mais controle. Nesse território vivem os mosquitos da corrupção, da ineficiência e do descaso. Nenhuma arma é mais eficiente nesse momento do que o dreno.

Desconstrução

No caso do Brasil, esse dreno seria a desconstrução do Estado. É preciso iniciar um processo profundo de eliminação do Estado em todas as atividades que hoje ele faz mas que poderiam ser repassadas à iniciativa privada. Se esse processo for bem-feito, o Brasil estará na prática drenando o pântano atual, reduzindo o espaço para o desperdício e para a corrupção e substituindo a ação ineficiente governamental pela competição inerente ao setor privado.

Um projeto como esse não deve ser feito, obviamente, da noite para o dia. Acelerar tais ações além do que a realidade atual aceita implicaria certamente caos social e econômico. A desconstrução do Estado deve ser feita de forma gradual e planejada, ao longo de muitos anos. É preciso concentrar a atenção nas atividades públicas mais fáceis de serem eliminadas, como as empresas estatais remanescentes, por exemplo, e deixar os serviços básicos essenciais para depois. O período de 10 a 15 anos, para se realizar a mudança completa, é o prazo mais otimista a que se pode chegar. Tampouco deve esse projeto ser estendido a toda e qualquer atividade pública. Não faz sentido falar em privatização da polícia, por exemplo. Essa é uma atividade intrínseca do poder público.

Os frutos

À medida que o Estado seria desconstruído, dentro de prazos e condições razoáveis, as contrapartidas seriam as reduções de impostos e o afrouxamento do laço que hoje sufoca a geração de riqueza no país. A cada atividade pública privatizada (ou em alguns casos extinta), a contrapartida seria a eliminação de alguma taxa, imposto, contribuição ou regulamentação que hoje atrapalham a geração de riqueza.

Quando um imposto é reduzido ou eliminado, cai o custo das empresas. Num sistema de competição, os preços caem e as pessoas passam a comprar mais, aumentando as vendas e gerando emprego. Isso forma um círculo virtuoso, em que mais emprego gera mais consumo e, as empresas, tendo sua riqueza liberada para investir (em vez de financiar o governo) conseguem acompanhar a demanda aumentando sua produção. Isso beneficia a todos, especialmente a classe trabalhadora, que é o grupo no Brasil que mais depende de produtos acessíveis para manter seu padrão de vida.

Se esse modelo for seguido com responsabilidade a longo prazo, sendo mantido de governo a governo e sem aventuras populistas pelo caminho, um longo período de crescimento estará à espera do Brasil. Um período de taxas sólidas de crescimento sustentável, acerto de contas públicas, mais estabilidade e confiança das pessoas que investem. É um processo que vem sendo observado no Chile, por exemplo, nação com uma série de características semelhantes com as do Brasil e que está rapidamente se livrando do status de país pobre.

Além do que existe

Reorganizar o Estado é prática comum nos países que mais crescem no mundo hoje em dia. No entanto, copiar o que se faz no exterior não é suficiente. É possível ir muito além do que já se fez em qualquer lugar, bastando para isso realizar a desconstrução e depois a reconstrução nos moldes que serão citados adiante.

A partir desse ponto, vamos considerar que o leitor ou aceitou a ideia de que diminuir o estado brasileiro é bom ou então pelo menos está se sentindo intrigado sobre o assunto. As reformas podem ser muito mais profundas do que já se fez em qualquer lugar do mundo. No entanto, existe um preço a ser pago por isso e é preciso que tenhamos consciência desse preço.

Peguemos, por exemplo, a história de duas cidades importantes, ligadas por uma estrada. Em determinado trecho, um largo e volumoso rio cortava a estrada. Lá, para completar a ligação de comércio, uma serie de barcos de transporte de carga transitavam de uma margem à outra. Além dos barqueiros e sua tripulação, empresas de manutenção de embarcações, vendedores de combustível naval e uma infinidade de barracas de comércio vendiam artigos diversos para os viajantes que precisavam ir de um lado ao outro do rio. O transporte era lento, caro e sujeito aos caprichos e greves dos tripulantes. Muitas mercadorias eram perdidas, outras roubadas. As cargas precisavam ser desembarcadas e embarcadas diversas vezes para irem de uma cidade à outra.

Eventualmente, foi proposto que se construísse uma ponte sobre o rio. Os benefícios econômicos de tal empreitada eram óbvios, mas o projeto recebeu, desde a concepção, oposição feroz por parte das pessoas que viviam do transporte fluvial. Argumentavam que, caso a ponte fosse construída, não haveria mais sentido existir barcos na região e milhares de pessoas perderiam os empregos. Políticos se apressaram a defender o *status quo* e a discussão se prolongou por anos.

Finalmente, após a fase de resistência, o projeto foi aprovado e a ponte foi construída. Realmente, após ser completada, os empregos que lá existiam foram embora. No entanto, outros benefícios apareceram compensando as perdas iniciais. O custo do transporte entre as cidades ficou muito mais baixo, o que possibilitou o comércio finalmente decolar. Cada cidade passou a vender muito mais de suas especialidades à outra, aumentando a demanda e gerando novos empregos em ambas. Com a nova facilidade de transporte, muito mais gente se encorajou a viajar de um lado para o

outro, gerando novos postos de gasolina no caminho e turismo nas duas cidades. Após alguns anos, praticamente todos concordavam que a vida tinha melhorado.

O preço que mencionamos é que, em toda mudança, as coisas costumam piorar antes de melhorarem. Quando se implanta soluções arrojadas como as aqui expostas, é inevitável que ocorra muito deslocamento e uma boa dose de desconforto. Sempre existem aparentes ganhadores e perdedores. Mesmo assim, quando uma proposta é boa para o coletivo, é preciso implantá-la com energia. Nesses casos, os benefícios rapidamente superam as aparentes adversidades, na medida em que as pessoas que inicialmente saíram perdendo acabam encontrando novas e melhores oportunidades.

Dito isso, e dado o tempo necessário para que as mudanças sejam implantadas, o resultado de se colocar em prática as sugestões contidas nesse livro será algo jamais visto: uma sociedade baseada na liberdade e no mérito individual. Um lugar onde as pessoas estão protegidas contra a miséria por uma rede invisível básica e, ao mesmo tempo, as pessoas estão com o caminho desimpedido para alcançar o máximo que a capacidade permitir. Um sistema em que o talento individual não está amarrado por ninguém e em que todos os incentivos são a favor da realização, não contra.

É um país com o qual vale a pena sonhar.

PARTE II

A SOLUÇÃO

De elefante para pomba

Um Estado eficiente deve fazer cinco coisas apenas, nada mais nada menos:

1.

Garantir as liberdades individuais

2.

Manter a ordem

3.

Proteger as pessoas contra a miséria absoluta

4.

Garantir que as crianças estudem

5.

Proteger o meio ambiente

O ideal é que todo governo cumpra as funções que lhe cabem da forma mais eficiente possível, pois quanto maior for o tamanho do Estado, mais ele atrapalhará a vida das pessoas. Assim, todas as ações de desconstrução devem seguir o princípio de reduzir bastante o tamanho do Estado, preservando as funções essenciais que garantam o cumprimento das atividades citadas acima. Mas mesmo para essas atividades, deve-se manter o princípio de governo pequeno. No caso da proteção às pessoas contra miséria absoluta, por exemplo, o ideal é passar o máximo dessa tarefa para organizações não governamentais e entidades e deixar para o governo apenas os casos emergenciais.

Segue abaixo uma breve descrição de cada uma das quatro atividades públicas essenciais:

Garantir as liberdades individuais

No quinto século antes da era comum um enorme exército vindo da Pérsia cruzou o estreito de Dardanelos rumo à Grécia. Sua missão era a conquista das cidades-estado gregas e a submissão dessas à superpotência persa. Em oposição, uma aliança de cidades colocou em campo um pequeno exército com o objetivo de confrontar os invasores. Era o início de uma série de campanhas conhecidas como as guerras persas. Tais conflitos não eram de forma alguma novidade durante a era antiga, no entanto, uma situação particular marcou aquele momento. Até então, as guerras eram vistas como uma mera disputa política entre impérios. O ganhador ficava mais forte. O perdedor, mais fraco. No entanto, os gregos viam isso de forma diferente. Para eles, estava em jogo a essência do que era ser grego. Caso os persas vencessem, eles provavelmente veriam destruídas as noções de democracia, de liberdade de expressão, de regime de leis etc. Foi o momento decisivo para o auto-conhecimento e o berço da cultura ocidental que mais para frente gerou o mundo como o conhecemos. Como sabemos, em batalhas famosas como Termópilas e Maratona os gregos conseguiram afastar a ameaça e garantir a sobrevivência daqueles valores rudimentares.

A partir do Iluminismo, a maior parte da civilização ocidental aderiu às chamadas liberdades essenciais. Elas correspondem à idéia de que cada pessoa nasce com certos direitos inalienáveis e que ninguém, nem o governante mais poderoso, tem direito de interferir nelas. A liberdade de cada cidadão deve ser sempre a maior possível, desde que ela não interfira na liberdade de outras pessoas.

Uma dessas liberdades é a *econômica*, o direito de uma pessoa perseguir prosperidade e riqueza. Qualquer um tem o direito de enriquecer até o limite de sua capacidade individual. As pessoas mais competentes e trabalhadoras têm o direito de ficarem mais ricas do que as incompetentes e preguiçosas. Não há nada de errado com o fato de alguém ficar rico, desde que isso não tenha sido conseguido desonestamente ou à custa das liberdades dos demais.

A cultura brasileira, fortemente influenciada por valores católicos e sustentada ainda por uma cultura de povo conquistado, com resquícios da escravidão, além da influência de um segmento da intelectualidade de esquerda, tem tradicionalmente visto com desconfiança o ato de enriquecer. Por alguma lógica perversa, assume-se que aqueles que enriquecem no Brasil o fazem ou por trapaça ou explorando os pobres.

É muito comum algumas pessoas ricas terem vergonha de seu patrimônio. Esse traço da nossa cultura é uma das causas da situação atual do Brasil. Em vez de se preocuparem em acabar com os ricos, certos intelectuais deveriam estar se preocupando em acabar com os miseráveis. Uma mudança de pensamento nesse sentido seria bastante desejável. É preciso

que a sociedade brasileira comece a ver positivamente a riqueza, admirando e tendo como modelo de referência aqueles que conseguiram enriquecer por mérito próprio.

Outra liberdade é o direito à *livre expressão*. Qualquer pessoa pode dizer o que quiser a qualquer hora, sem ser importunada ou prejudicada por dizer isso. Essa liberdade, quando garantida de verdade a todos os cidadãos, é a mais poderosa arma contra a tirania. No momento em que a liberdade de expressão é ameaçada, seja por violência física seja por pressão financeira, começam a ruir as estruturas democráticas do país. As duas únicas exceções a esse princípio são a incitação direta à violência e a difamação. Um líder religioso não pode, por exemplo, convencer os fiéis a se explodirem em um ponto de ônibus, matando pessoas inocentes e depois esse líder se refugiar na liberdade de expressão para escapar do processo criminal. Tampouco pode uma pessoa espalhar boatos maldosos sobre um banco, levá-lo à falência e alegar a mesma defesa. Exceto nesses dois casos e em situações semelhantes, qualquer opinião deve estar livre para ser defendida, por mais politicamente incorreta que ela possa soar.

A *liberdade de ir e vir* é também um princípio fundamental da civilização contemporânea. Ninguém pode ser mantido em lugar algum à força. Isso inclui o direito de emigrar ou de transitar livremente nos locais públicos. O mesmo ocorre com outras liberdades importantes, como a *liberdade religiosa e de consciência*.

Ou seja, o primeiro e mais importante papel do Estado é garantir que todos os cidadãos possam gozar das liberdades fundamentais. Para isso ele se utiliza de leis e dos órgãos estatais. É uma pena que muitas vezes ocorra o inverso, quando o Estado utiliza seu poder físico e financeiro para suprimir as liberdades.

Manter a ordem

A segunda atribuição do Estado: manter a ordem e a segurança pública. Quando há pânico coletivo, catástrofe natural, guerra ou qualquer outra condição emergencial, normalmente nenhuma força privada é capaz de controlar a situação. Para cuidar desses casos, os cidadãos de um país escolhem prover o Estado de alguns recursos básicos para solucionar os problemas. Setores como exército, polícia e bombeiros são os responsáveis para enfrentar essas situações. A única violência legítima dentro de um país é a violência praticada pelo Estado nas horas de emergência, dentro dos termos da lei. Se uma onda de crimes ataca uma determinada cidade, por exemplo, a polícia tem direito de usar violência para suprimi-la. Numa situação ideal, a polícia usa violência apenas em casos excepcionais

quando a ordem pública ou as liberdades estão sendo ameaçadas. Na realidade, muitas polícias são corruptas e extremamente violentas, sendo às vezes mais temidas do que os próprios bandidos.

Proteger as pessoas contra miséria absoluta

Um certo grau de desigualdade é bom para um país, pois cria incentivos para as pessoas trabalharem duro e assumirem riscos. Para quê alguém suaria a camisa se soubesse que no seu país existe igualdade perfeita e que ela jamais estaria melhor de vida em relação aos que não trabalham?

A receita da massificação forçada igualitária já foi tentada nos regimes comunistas, com consequências catastróficas: entre outros males, o incentivo para produzir desapareceu e as economias estagnaram. Durante o projeto de industrialização forçada chinesa, por exemplo, o chamado "grande salto a frente" de 1958, as propriedades rurais foram coletivizadas e a produção confiscada pelo governo. Estima-se que, no processo, 36 milhões de chineses tenham morrido de fome. Segundo o historiador chinês Yang Jisheng, no livro "Tombstone", a produção agrícola passou a ser integralmente confiscada para cumprir os objetivos do governo central. No entanto, os grãos apodreciam nos armazéns. Para desestimular a iniciativa privada, a vida familiar foi eliminada. Facas, panelas, enxadas e arados foram derretidos para produzir metais. Os camponeses, sem ter como cozinhar, foram obrigados a comer em refeitórios coletivos. A venda de alimentos foi proibida. Comer sozinho tornou-se um crime. Quem o fizesse poderia ser espancado até a morte. A busca desenfreada por igualdade a todo custo levou à massificação da fome. Um povo milenar reduzido à igualdade na miséria absoluta. Situação similar foi vista em praticamente todas as nações comunistas.

Na hora de combater a pobreza, o melhor remédio é o crescimento econômico. Estudos dos pesquisadores Aart Kraay e Tatjana Kleineberg, do Banco Mundial, demonstraram que quase oitenta por cento da melhoria de renda da população carente em 118 países pobres ocorreu devido à melhoria na renda média nacional. Ou seja, a evolução derivou do crescimento econômico geral e não da redistribuição de renda. A melhoria na distribuição de renda contribuiu sim para a queda da pobreza, mas apenas vinte por cento da melhoria total. Além disso, é preciso levar em conta que muitas medidas de distribuição forçada de riqueza tendem a reduzir o crescimento econômico, pois reduzem o incentivo para as empresas investirem. No balanço geral, é mais eficiente atacar a pobreza através do crescimento do que da distribuição forçada.

Por outro lado, concentração excessiva de renda é ruim, tanto em termos morais, como em termos de estabilidade política e também eficiência econômica. Em uma nação onde o um por cento dos mais ricos ficam com uma enorme fatia da riqueza, abre-se espaço para todo tipo de populismo e a emergência de demagogos pregando "tomar dos ricos e dar aos pobres", uma receita quase sempre fadada ao fracasso. A desigualdade social é um forte fator de desestabilização e desagregação social e ela deve ser aliviada sempre que possível. É imoral haver alguém passando fome ao lado de outro comendo caviar.

Um sistema deve permitir às pessoas ficarem muito ricas, mas deve também oferecer uma rede mínima de proteção social contra a miséria. O objetivo da proteção social é evitar que as diferenças sociais que historicamente ocorrem no Brasil impeçam as pessoas de entrar num ciclo de produção.

Uma pessoa que não tem como comer, ou não tem acesso à educação básica não terá condições de explorar todo seu potencial criativo e passará o resto da vida sem criar valor. Assim, um governo deve garantir que todos tenham suas necessidades básicas preenchidas para que possam ter condições de competir e crescer no mercado.

Cada país deve decidir que nível de proteção social ele vai oferecer à população. Em alguns países europeus, por exemplo, os benefícios concedidos aos desprivilegiados são tão grandes que eles funcionam na prática como um desestimulador ao trabalho. Um alemão que perde o emprego, por exemplo, passa a receber 70% de seu último salário durante um ano sem fazer nada. Com as pessoas saindo do mercado e dependendo cada vez mais de gordos benefícios do governo, os sistemas europeus estão cada vez mais sobrecarregados e sofrem risco de colapso.

Na outra ponta do problema estão alguns países africanos, que não têm nenhuma rede de proteção. Se alguém ficar paralisado, por exemplo, é obrigado a contar com a família ou morrer de fome. No Brasil, a constituição oferece amplos benefícios. Em tese, as pessoas têm saúde e educação gratuitas, além de previdência social, seguro-desemprego e outros. Na prática, como vimos nos capítulos anteriores, a rede de serviços sociais acaba sendo de péssima qualidade ou inexistente.

O ideal é que essa rede de proteção social se utilize amplamente das organizações não-governamentais e dependa o mínimo possível dos recursos públicos. Somente nos casos não cobertos pelas instituições não-governamentais, em que a pessoa realmente não tenha a mínima condição de subsistência, aí, sim, o governo deveria ser o provedor da ajuda. Mesmo assim, essa ajuda deveria ser feita de forma que estimule a pessoa ajudada a sair dessa situação o mais rápido possível e não continuar dependendo

dela indefinidamente. Essa ajuda deve estar voltada sempre à capacitação do indivíduo e não ao assistencialismo. Investir mais em treinamento profissional é crítico. O Brasil gasta hoje apenas 0,1% do PIB em capacitação de desempregados, um quinto da média dos países ricos. Treinar uma pessoa e incentivá-la a voltar ao mercado de trabalho é muito superior a pagar benefícios de desemprego. Além disso, os serviços devem ser prestados pela iniciativa privada e nunca executados pelo próprio governo. Falaremos desse assunto com mais detalhes adiante.

Garantir que as crianças estudem

Em tese, pais e mães costumam querer o melhor para seus filhos e procuram proporcionar a melhor educação possível. Na realidade, quando se leva em conta os diversos fatores desagregadores das famílias, como álcool, drogas, problemas financeiros e pouco preparo dos pais, isso nem sempre é verdade. Em muitos casos, os pais não querem ou não têm condições de garantir que seus filhos estudem. Quando isso ocorre, eles estão na prática destruindo um dos princípios mais importantes de qualquer democracia, que é a *igualdade de oportunidades*. Ao tomar a decisão de não colocar os filhos na escola, mais do que uma opção individual, os pais estão destruindo o futuro de seus filhos. Além disso, como sabemos, a educação é elemento chave de competitividade das sociedades modernas, que demandam mão-de-obra cada vez mais qualificada. Pelos motivos aqui expostos, acreditamos que a decisão de mandar uma criança estudar ou não independe da vontade dos pais. É tarefa do Estado garantir que todas as crianças em idade escolar tenham acesso à educação básica. Nem é necessário afirmar que essa educação deve ser da melhor qualidade que for possível obter.

Proteger o meio ambiente

Quando um indivíduo toma uma decisão econômica, normalmente ele obtém algum tipo de felicidade com tal decisão, porém incorre em custos. Por exemplo, se uma pessoa decide comer uma barra de chocolate por dia, ela possivelmente terá muito prazer. No entanto, arcará com o custo financeiro de comprar o chocolate e também o custo de saúde e autoestima associado a engordar. Ao pesar o ônus e o bônus de cada ação, o ser humano escolhe os caminhos que lhe parecerem mais vantajosos. Nesse caso, tanto as vantagens como as desvantagens de comer chocolate serão sentidas pela mesma pessoa.

Existem situações, entretanto, nas quais as vantagens de determinada ação são usufruídas por um determinado indivíduo enquanto as desvantagens são arcadas pela sociedade como um todo. A esse fenômeno os economistas chamam de externalidades. Quando um caçador africano abate um rinoceronte, por exemplo, para vender os chifres no mercado negro, ele usufruirá de um grande benefício econômico imediato: receberá muito dinheiro por sua valiosa presa. No entanto, ele estará contribuindo para a extinção da espécie, o que privará toda a humanidade da chance de contemplar essa bela criatura. Quando uma fábrica deixa de instalar filtros na chaminé, ela usufrui de benefício econômico ao preservar seu caixa. No entanto, toda a população vizinha respirará um ar mais poluído. Em ambas situações, as vantagens de determinada ação são individuais enquanto os custos são compartilhados.

Em assuntos de meio ambiente, o fenômeno das externalidades se materializa claramente, pois as vantagens econômicas de destruir a natureza superam de longe o custo individual que o destruidor incorre. Se tal assunto for deixado exclusivamente à iniciativa privada, a degradação ambiental deve se acelerar. É atividade central do Estado proteger as áreas públicas e a natureza em geral. Conscientizar a população a respeito da importância da sustentabilidade é positivo. No entanto, somente com leis duras e cumprimento eficiente das mesmas o Brasil poderá garantir a proteção do meio ambiente.

Quando veículos de mídia ou organizações internacionais apontam a devastação ambiental que ocorre no Brasil, o discurso mais comum é o envelhecido argumento de que estrangeiros não tem moral para falar de nós, pois supostamente eles já devastaram seus próprios meio-ambientes ao longo dos séculos, lhes restando somente criticar os outros. Ainda que isso fosse verdade (em geral, os países ricos estão melhor preservados ambientalmente do que o Brasil), o fato de outras nações terem feito erros no passado não lhes tira o direito de apontar tais erros quando os veem sendo cometidos de novo. Se a destruição de bosques europeus, numa época em que ecologia não fazia parte do dicionário, foi um crime, o que dizer da destruição atual da Amazônia, feita à luz da cultura moderna e debaixo de satélites de última geração? Um País que recicla apenas 1,4% do seu lixo não tem o direito de fechar os ouvidos para o continente europeu, que recicla em média 45% do lixo, segundo a Abrelpe. Até a China, notória queimadora de carvão, está na nossa frente nesse aspecto, com 30% de reciclagem.

Ao executar as cinco atividades básicas citadas acima, defesa das liberdades, manutenção da ordem pública, proteção social contra a miséria, garantia de educação e proteção ao meio ambiente, é recomendável que todas as demais atividades públicas sejam desmanteladas.

No Brasil, a Constituição de 1988 foi muito além das atividades básicas e designou ao Estado uma infinidade de tarefas. As 341 sessões consumidas para sua redação ocorreram sob a sombra das décadas de regime militar. Havia um clima propício a incluir o máximo de reivindicações da mais ampla agremiação política possível e cristalizar direitos os quais temia-se que fossem tirados posteriormente. Para garantir que os abusos do regime militar não se repetissem, o texto final, ao invés de se limitar a definir os direitos fundamentais, criavam um sem número de disposições "garantistas". Ela incluía até mesmo um parágrafo sobre a administração do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Ela foi elaborada com tamanho detalhe e utilizando linguagem tão complexa que possibilita interpretações dúbias por meio de seus mais de 980 itens e 347 artigos. Como muitas das provisões constitucionais dependem de leis regulamentando, até hoje, quase trinta anos depois, 112 dispositivos aguardam nessa fila. O projeto Comparative Constitutions, da Universidade de Illinois, estudou 189 constituições mundo afora. Nossa Constituição, com 51.368 palavras, é a décima mais prolixa do mundo e a décima primeira mais paternalista. As maiores do mundo são as da Índia e da Nigéria e as menores são a dos Estados Unidos, Islândia e França. Dos 117 possíveis direitos mapeados pelos pesquisadores, a constituição brasileira fixa 76. Além disso é muito centralizadora, colocando quase todos os poderes para o governo central e delegando pouca autonomia aos Estados. Todas as ações, controle social, econômico, financeiro e do próprio desenvolvimento do país ficaram a cargo do Estado. Além de não dizer claramente de onde deveriam vir os recursos para assumir tão hercúlea tarefa, a Constituição detalhou tão extensamente tudo que o Governo deveria fazer que o Brasil ficou engessado. Temos hoje um paraíso previsto no papel e um inferno na realidade.

Isso sem mencionar a infinidade de leis ordinárias, normas e portarias que são cuspidas diariamente pelo poder público e que não estão incluídas na constituição. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, desde 1988 foram sancionadas 4,2 milhões de leis e normas nas três esferas do governo. É praticamente uma nova lei a cada três minutos, dia e noite, sete dias por semana, ao longo de 23 anos. Nas palavras de Gabriela Carelli e Alexandre Salvador "o coração da máquina legal que rege as relações produtivas no Brasil ainda é um aparato pombalino, arcaico, complexo e totalmente inadequado para os desafios propostos aos brasileiros neste século XXI. O Brasil tem leis demais, lavradas em linguagem rebuscada demais, o que deixa dúvida sobre sua interpretação. Essas leis se embaralham acima com artigos da Constituição, que sofre dos mesmos pecados, e abaixo com um cipal de portarias e resoluções que brotam como erva daninha todos os dias. O resultado de tantas leis é um emaranhado jurídico que, em vez de promover o funcionamento das instituições, tem o efeito contrário, de provocar o caos, o estado semi-selvagem das sociedades sem lei."

A Constituição atual deveria ser substituída por uma nova, com uma ou duas páginas de extensão, fáceis para qualquer brasileiro memorizar e descrevendo as cinco atividades básicas aqui citadas. Quaisquer outros assuntos devem ser tratados como leis ordinárias e não como questões constitucionais. Além disso, os assuntos devem ser descritos de forma ampla, deixando a interpretação detalhada a cargo do poder.

Nos capítulos a seguir, descreveremos brevemente como seria estruturado um governo focado nas cinco atividades básicas e como isso impactaria no dia-a-dia do Brasil.

Propostas para a constituição: Documento curto que determine as cinco tarefas fundamentais do Estado

1.

Garantir as liberdades individuais

2.

Manter a ordem

3.

Proteger as pessoas contra a miséria absoluta

4.

Garantir que as crianças estudem

5.

Proteger o meio ambiente

Como escolher?

O princípio das eleições livres

A verdadeira democracia reside nos corações e mentes dos cidadãos, quando esses confiam nos princípios e normas democráticas, quando esses aceitam os direitos e responsabilidades implicadas nisso. Levou séculos para que as sociedades evoluíssem para o que temos hoje. Isso se traduz em diversos elementos políticos que caracterizam uma democracia, tais como o respeito aos direitos individuais, o império da lei sobre a arbitrariedade e a tolerância às minorias. Particularmente, se tivermos de buscar um elemento básico que difere os regimes democráticos dos regimes autoritários esse elemento certamente será a prática de eleições livres. Realmente, nos lugares onde o poder político é disputado por meio de eleições livres existe democracia. Nos lugares onde isso não acontece, ou porque não há eleições (como na Coreia do Norte) ou porque as eleições são teatros de cartas marcadas onde presidentes são reeleitos *ad eternum* com mais de 95% dos votos (como o Egito na época de Hosni Mubarak), então não há democracia. Nunca é demais reforçar que para serem consideradas livres, as eleições devem ocorrer dentro de um clima de disputa real entre forças políticas antagônicas, os cidadãos não podem se sentir coagidos e a apuração deve ser razoavelmente limpa.

Infelizmente, ainda não existe consenso no Brasil sobre o real valor da democracia. Muita gente ainda acha que democracia é um luxo de país rico e que regimes autoritários são melhores para gerar crescimento. Os fatos não apoiam essa hipótese. Existem ditaduras que apresentam grande crescimento econômico, mas para cada caso como o Vietnã (ditadura crescendo) existem pelo menos dois casos como Egito ou Coreia do norte (ditadura estagnada). Um estudo do banco mundial conduzido pelos pesquisadores Morton Halperin, Joseph Siegle e Michael Weinstein demonstrou que entre 1960 e 2001 o crescimento médio entre democracias foi de 2,3%, versus 1,6% para ditaduras.

Um clima de liberdade é essencial no contexto da economia baseada no conhecimento. Para haver pesquisa tecnológica, inovação, desenvolvimento acadêmico, a liberdade política é fundamental. Exceto Hong Kong e Singapura, as demais 23 das 25 economias no topo do ranking do índice global de inovação são democracias. Em contraste, todos os regimes comunistas da história foram ou são ditaduras.

Ditaduras tendem a ser mais corruptas. Segundo o *transparency international*, um órgão de monitoramento da corrupção, dos 30 países

menos corruptos do mundo, 28 são democracias (as exceções Singapura e Hong Kong são semi-democráticas). Segundo a revista Economist, em 2012, os cinquenta parlamentares mais ricos dos Estados Unidos possuíam juntos um patrimônio total de 1,6 bilhão de dólares. Mesmo assim, a maior parte dessa riqueza havia sido herdada de outros, ou seja não foi obtida durante a vida profissional dos parlamentares. Já os cinquenta parlamentares mais ricos da China, nação cuja renda per capita é uma fração da americana, possuíam 94,7 bilhões. O fato de tanta gente ter ganhado tanto dinheiro em negócios pessoais ao mesmo tempo em que servem como parlamentares é um indício das relações incestuosas entre dinheiro e poder público na China. Isso ocorre em grande medida porque, nas ditaduras as elites entrincheiradas no poder, sem se preocupar com eleições livres, conseguem roubar mais facilmente. Lá a mídia tende a ser controlada e perto e os eventos de corrupção tendem a ser abafados, enquanto nas democracias tais acontecimentos geralmente têm ampla repercussão.

Sobre a questão da estabilidade, não existe nenhuma evidência de que ditaduras sejam mais estáveis do que democracias. O processo democrático de decisão provavelmente é mais moroso do que o de uma ditadura. Saddam Hussein seguramente tomava decisões mais rápido do que, digamos, o governo indiano. No entanto, é justamente o processo de discussão, em que vários lados de uma determinada questão são ouvidos, que reduz a chance de erros e aumenta a estabilidade na democracia. A probabilidade de ocorrer catástrofes nas democracias também é menor. Tiranias podem até soar estáveis enquanto o ditador está no poder. No entanto, quando esses morrem, é muito comum o país descer ao caos.

A grande questão que deve ser resolvida numa democracia é a qualidade da escolha. Quando o conselho de administração de uma grande empresa escolhe seu presidente, por exemplo, trata-se de uma decisão altamente qualificada, realizada por pessoas com anos de preparo (os conselheiros) e que conhecem muito bem os candidatos, ou pessoalmente ou porque analisaram profundamente a carreira de cada um. No caso das eleições como as conhecemos hoje, infelizmente, isso não ocorre da mesma forma. Em primeiro lugar, o nível cultural e educacional da população é muito menor. Muita gente faz a sua escolha política com base na entrega de pequenos presentes, como cesta básica ou Bolsa-Família. Em segundo lugar, existe uma grande distância entre o eleitorado e os candidatos. Em terceiro, uma série de preconceitos e distorções fazem com que os eleitores sistematicamente apoiem candidatos com propostas ruins para a população.



Um desses preconceitos vem da dificuldade que as pessoas têm em entender que o lucro individual geralmente é bom para a sociedade, uma vez que o lucro é o motor do investimento e, portanto, crescimento. O economista Bryan Caplan, da *George Mason University School of Law*, cita como exemplo as ocasiões em que o preço da gasolina sobe. Perguntadas sobre as razões de tal aumento, a maior parte das pessoas costuma apontar a ganância das empresas. Por outro lado, a quase totalidade dos economistas aponta as leis de oferta e demanda como causa; ou faltou petróleo ou aumentou o consumo ou ambos ao mesmo tempo. Claro que nem sempre os especialistas têm razão em tudo. No entanto, nesse caso, a visão do público é absurda. Se o preço da gasolina sobe porque as companhias querem mais lucros, por que, em outras ocasiões, esse preço haveria de cair? As pesquisas indicam que quanto maior o nível educacional de determinada pessoa, maior a chance da sua opinião sobre o assunto acompanhar a dos economistas. No entanto, como cada voto conta igualmente, os políticos alegremente culpam a Shell em público pelo aumento da gasolina e colhem os votos.

Outro preconceito muito comum é a ideia do “criar trabalho”. Caplan demonstra como as pessoas têm a expectativa, equivocada, de que é tarefa do governo criar empregos. Para ilustrar esse ponto, Caplan conta o caso de um economista que visitou a China da época de Mao Tse Tung. Ele viu centenas de trabalhadores construindo uma represa usando somente pás e perguntou: “Vocês têm um trator mecânico aqui perto. Porque não o usam?” O capataz disse que isso deixaria muita gente sem emprego. “Oh” disse o economista, “eu estava achando que vocês queriam construir uma represa. Se o que você quer são empregos, porque não dá colheres ao trabalhadores?”. No plano individual a ideia do “criar trabalho” faz sentido. Se uma pessoa perder o emprego, passará dificuldades e perderá benefícios. No entanto, quando se fala de toda uma sociedade, o que importa não é quantos empregos existem e sim a qualidade e produção total. Quanto mais produtivo for o trabalho, maior será o bem-estar geral. É bom para uma sociedade eliminar trabalhos improdutivos. O Japão feudal, por exemplo, era quase 100% agrícola e pobre. Atualmente, mesmo com um dos maiores índices de informatização e robotização do mundo, o Japão ainda possui alto nível de emprego e é uma nação muito rica. Isso ocorre porque a eliminação de empregos simples permite aumento da produtividade e geração de empregos mais complexos e melhor pagos. Como a maior parte das pessoas não entende esse fenômeno, elas tendem a votar em políticos que prometem bobagens como proibir o auto-serviço em postos de gasolina para evitar a perda de empregos, por exemplo.¹

O cientista político Mancur Olson costumava apontar um outro grave problema inerente às democracias: as benesses específicas do Estado são altamente valiosas para quem as recebe (por exemplo as pensões especiais para militares ou a meia entrada dos estudantes). No entanto, para os

demais cidadãos, que são a maioria esmagadora das pessoas, o custo de cada privilégio específico é relativamente baixo. Se o governo dobrar o salário dos doze mil juizes federais, por exemplo, essa medida irá beneficiar enormemente a categoria. No entanto, para os demais 99,994% da população, que não são juizes, isso custará menos de um real por pessoa. Portanto, beneficiários têm total incentivo para constituir poderosos lobbies para manter ou ampliar seus privilégios. Os membros de grupos especiais de reivindicação se organizam e lutam com unhas e dentes para manter e expandir sua mordida em relação ao dinheiro público. Por outro lado, os pagadores de impostos, já mergulhados na luta diária pela sobrevivência, têm pouco incentivo para se engajarem contra esses privilégios. Com o tempo, as regras e mais regras vão se acumulando, um dia beneficiando os juizes, outro dia os taxistas, outro dia os bancários, depois os senadores, depois os criadores de avestruz... até que toda a economia começa a ser arrastada por tantos grilhões improdutivos. Em uma democracia, políticos que propuserem leis para acabar com algum incentivo certamente ganharão novos inimigos (todos os beneficiários do incentivo), porém ganharão poucos amigos entre a maioria dos demais cidadãos. Um político por exemplo que cortar pela metade o salário do judiciário economizará um real para cada brasileiro vivo porém terá o ódio eterno garantido de doze mil poderosos juizes. Quem seria louco o bastante para fazê-lo?

Todos esses fatores citados fazem com que a ideia de que o eleitorado naturalmente escolhe os melhores candidatos vá por água abaixo. São distorções que só podem ser corrigidas com o aumento do nível educacional, regras mais simples para eleição e uma maior divulgação dos históricos dos candidatos. Na conclusão desse livro, a propósito, os autores trazem uma sugestão prática de como apoiar os eleitores na escolha dos políticos. Mesmo com todas essas modificações, ainda assim as dificuldades persistirão.

O filósofo grego Platão avisava que os líderes democráticos iriam "assaltar os produtores, desviar o máximo possível para si mesmos, e distribuir as migalhas para o resto". Por outro lado, o antigo primeiro-ministro britânico Winston Churchill observou que "a democracia é a pior forma de governo que existe, com exceção de todas as demais". Realmente, se compararmos o modelo democrático com as demais experiências políticas dos últimos cem anos — fascismo, nazismo, comunismo e fundamentalismo islâmico — veremos que a democracia vence de longe. As democracias podem ter suas falhas, mas sistemas alternativos não se provaram mais prudentes financeiramente nem socialmente. Nas ditaduras o grau de corrupção costuma subir às alturas, a medida em que instituições que poderiam vigiar os recursos públicos são sistematicamente suprimidas. Gastos com exército e policia costumam disparar também, enquanto as liberdades são

esmagadas. Ou seja, apesar das fraquezas do sistema democrático como o conhecemos, ele ainda é a melhor opção na prateleira.

Isso não significa que inexitem falhas, é claro. Não existe sistema eleitoral perfeito. Cada modelo possui vantagens e desvantagens, cabendo a cada nação pesá-las, decidindo o que é melhor para si. Há países, por exemplo, que adotam o modelo de votação em listas fechadas, onde cada partido elabora uma lista de candidatos, na qual os eleitores podem votar. Somam-se os votos recebidos por cada lista e os candidatos são eleitos na ordem que nelas constar, os primeiros sendo eleitos antes e os demais em seguida. Esse sistema tende a impor uma coerência maior para os partidos e os alinhamentos ideológicos ficam mais claros. Além disso, há uma tendência dos partidos se livrarem dos candidatos com ficha suja, pois eles podem afugentar mais votos do que atraem. Por outro lado, o sistema dá enorme poder aos caciques partidários e acentua as batalhas ideológicas no país. Outros adotam o sistema de voto distrital, sobre o qual falaremos adiante. O modelo brasileiro, infelizmente, combina um pouco do que há de pior nos demais sistemas. Vota-se em pessoas, no entanto, devido a uma distorção chamada “quociente eleitoral”, os votos costumam ser transferidos dos deputados mais para os menos votados. Nas eleições de 2010, por exemplo, apenas sete por cento dos deputados federais chegaram ao poder com seus próprios votos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral. Os demais foram eleitos “pegando carona” nos colegas mais conhecidos.

Sobre a eleição dos parlamentares, é preciso fazer algumas modificações importantes na forma como são escolhidos. Atualmente, uma grande distorção de nosso sistema faz com que a escolha e atuação dos deputados sejam prejudicadas: geralmente um número enorme de candidatos concorre a muitas vagas por intermédio do voto de amplas massas da população. Por exemplo, no caso dos deputados federais eleitos por São Paulo, mais de 28 milhões de eleitores precisam escolher entre 1131 candidatos para preencherem 70 vagas no Congresso Nacional. Dada a magnitude do eleitorado e do grande número de candidatos, é praticamente impossível alguém fazer uma escolha ponderada e consciente. Se os eleitores decidirem estudar cada candidato por uma hora, levariam quase dois meses, dia e noite, para concluírem a análise. A maioria dos brasileiros se esquece rapidamente em quem votou na eleição anterior e a cobrança do eleitorado sobre os políticos locais é praticamente nula.

Na prática, isso faz com que o processo político não seja nada além de um teatro, em que a cada quatro anos toda uma classe política composta por milhares de pessoas “desça” do seu Olimpo público para se apresentar aos eleitores em dispendiosas e vagas campanhas com o intuito de “coletar” votos, tal como se colhe milho numa plantação. Uma vez colhidos os votos, — numa eleição em que geralmente quem colar mais cartazes ganha e é

logo esquecido -, tais políticos decolam novamente rumo ao seu lugar em Brasília e qualquer conexão com a vida real da população é rompida.

Nesse contexto, o ponto-chave para a vitória política dificilmente está ancorado nas realizações do político, em suas ideias ou na competência. Ganha quem estiver presente nas propagandas, nos *jingles* da rádio e nos postes espalhados por todo um Estado, e isso tudo custa muito dinheiro, milhares de vezes mais do que o futuro salário a ser auferido pelo deputado em questão. Como esse pessoal todo precisa de dinheiro para se eleger, está montado o cenário para uma incestuosa relação com interesses econômicos privados. Os alicerces dos futuros escândalos de corrupção na maior parte das vezes são colocados durante o período eleitoral. Nas eleições maranhenses de 2006, por exemplo, mais de um terço das verbas vieram de empreiteiras. Por que, nos perguntamos, as empreiteiras têm tanto interesse em política nesse Estado?

Duas ações devem ser tomadas para resolver esse problema. A primeira é reduzir drasticamente o tamanho da área dentro da qual o deputado fará campanha. Em vez de concorrer em todo o estado de Minas Gerais, por exemplo, cada um dos cem deputados remanescentes (lembremos que a proposta aqui é reduzir o tamanho do congresso nacional, como falaremos adiante) deverá disputar seu cargo numa área correspondente a um centésimo do Brasil, ou seja, cerca de dois milhões de pessoas. Em vez do político em questão precisar ser conhecido superficialmente por, digamos, 30 milhões de paulistas, e disputar uma das 70 vagas com mais 800 candidatos, ele precisará ser profundamente conhecido por, digamos, dois milhões de habitantes do Vale do Paraíba. Lá, haverá apenas um candidato por partido disputando uma única vaga. Isso aumentará o grau de controle e proximidade com a base eleitoral e tornará o processo eleitoral tão compreensível como a escolha do prefeito. Nesse cenário, a cada cinco ou seis municípios em média (conforme veremos adiante), haverá um cargo de deputado disponível. Tal político concentrará a sua campanha nesses cinco ou seis municípios e será mais fácil controlá-lo.

Esse formato proposto é conhecido mundo afora como sistema de voto distrital puro e existe em países como Alemanha, Itália e Reino Unido. Seus principais benefícios são aumentar a proximidade do político com o eleitor, reduzir o custo de campanha e a corrupção.

O voto distrital não representa, por si mesmo, a cura de todos os problemas políticos brasileiros, mas é um passo decisivo de melhoria. Em primeiro lugar, ele aumenta muito a proximidade entre parlamentar e eleitor. Nas palavras do cientista político José Álvaro Moisés, da USP, “com o voto distrital os eleitores se sentem mais motivados para acompanhar a atuação do seu parlamentar, cobrar as suas promessas e pressioná-lo. O

modelo reforça a percepção dos eleitores de que estão sendo de fato representados. Na democracia, isso não é pouca coisa”.

Outro efeito positivo desse sistema eleitoral é a redução do custo de campanha. Os mais de cinco mil candidatos a uma vaga na câmara em 2010 declararam gastos acima de um bilhão de reais, fora, obviamente, o caixa dois. Entre os que se elegeram, o custo médio das campanhas ficou em um milhão de reais, segundo dados apurados pela revista Veja. Isso significa que os partidos brasileiros gastaram em média 34 reais para cada voto conquistado, dez vezes mais do que no Reino Unido, onde prevalece uma forma de voto distrital. Um dos fatores de encarecimento é que as campanhas precisam ser disputadas em todo o estado. Ao se implantar o voto distrital, a área geográfica a ser disputada cai pelo menos cinco vezes e o número de candidatos também.

É preciso citar também que em países onde se implantou o voto distrital há uma tendência para a redução do gasto público. Esse efeito não é tão óbvio, mas pode ser compreendido quando se avalia a natureza dos apoios parlamentares atuais. No sistema eleitoral brasileiro, muitos parlamentares montam bases de sustentação em grupos organizados, como sindicalistas, empreiteiros e aposentados do serviço público, interessados em mamar no Estado. Segundo o cientista político Octavio Amorim Neto “como o governo precisa de sustentação política, permite que deputados enviem dinheiro público, por meio de emendas parlamentares, para saciar esses grupos de pressão organizados”. A previsão de repasses para 2011 é de sete bilhões de reais. Paula Lopes, de Veja, explica que “para os deputados, o cálculo é simples: se agradarem a um grupo restrito, terão dinheiro e votos suficientes para se reeleger, mesmo que para isso tenham de tomar atitudes que possam desagradar ao conjunto da sociedade”. No caso do voto distrital, o foco não é agradar grupos restritos e sim atender o conjunto dos eleitores da região. Um estudo internacional realizado pelos economistas Torsten Persson e Guido Tabellini demonstrou que em países que usam o voto distrital, o gasto do governo em relação ao PIB é em média, nove pontos porcentuais menor que nos demais.

A segunda recomendação seria limitar fortemente o financiamento de campanhas eleitorais. É preciso estabelecer um valor razoável padrão, com o qual seja possível um político divulgar suas ideias e ser notado. Essa verba deve vir do governo e ser distribuída conforme a representatividade de cada partido, sendo vedado ao candidato gastar qualquer quantia adicional. Ou seja, partidos grandes receberão volume de recursos maior, compatível com o maior número de candidatos que tal partido pode colocar em campo. Partidos menores receberão menos. Esse sistema já existe na Alemanha e é a melhor forma de evitar a futura corrupção dos políticos, ao verem-se livres das dívidas de campanha que poderão atuar com a isenção necessária ao cargo.

Além disso, é preciso acabar com o sistema de suplentes. Por lei, cada candidato tem o direito de escolher o suplente que quiser e assume o cargo na ausência do titular. Na prática, é um sistema caro, onde pessoas que não receberam sequer um voto assumem os cargos políticos. Muitas vezes, o suplente financia a campanha de algum político mais conhecido do que ele justamente para que, uma vez ganha a eleição, esse possa assumir o cargo e gozar dos benefícios de ser deputado.

Outra mudança importante é permitir somente uma reeleição para determinado cargo político. Depois disso, o político não poderia mais concorrer para o cargo o qual ficou por dois mandatos. Atualmente, assistimos ao fenômeno dos “políticos eternos”, que constroem verdadeiros feudos eleitorais e assim se perpetuam no poder. Hoje no Brasil alguns deputados conseguem se fixar no poder por até 8 mandatos consecutivos. Ou seja, os políticos ficam mais de 35 anos no poder, ocupando o mesmo cargo! A capacidade de renovação fica comprometida e aumenta o incentivo para conchavos e corrupção. No sistema que propomos, por exemplo, um vereador pode ocupar tal posição apenas duas vezes. Após a segunda eleição, se ele quiser permanecer na política, terá que se candidatar a outro cargo, como prefeito, deputado federal ou outro.

É importante também estabelecer algumas proibições de atividades para ex-políticos. Por exemplo, quem sair de algum cargo eleito não poderá atuar como lobista nem trabalhar para empresas fornecedoras do governo durante um período de pelo menos quatro anos. Isso tem como objetivo evitar eventuais oportunidades de tráfico de influência e corrupção.

Propostas para as eleições: Implantar voto distrital, dividindo o Brasil em cem distritos. Cada candidato concorre somente no seu distrito. Implantar financiamento público de campanha. Eliminar a figura do suplente. Limitar cada cargo público a uma reeleição, após a qual o político precisa ou disputar outro cargo ou abandonar a política.

A cabeça da pomba

Estrutura do governo

Um dos princípios políticos mais felizes que foram criados no século XVIII foi o da separação dos poderes. Os filósofos franceses que criaram essa ideia concluíram que a melhor forma de evitar a tirania e proteger as liberdades individuais seria repartindo o poder público em três partes similares: executivo, legislativo e judiciário. Cada um dos poderes teria atribuições distintas e serviria como contrapeso aos demais poderes, trazendo equilíbrio e estabilidade.

O princípio da separação dos poderes deve ser rigorosamente mantido. No entanto, cabem algumas alterações no tamanho e forma de trabalho de cada um dos poderes.

Poder executivo

É o que faz cumprir as leis. O presidente da república é eleito por voto direto. Além de ser o símbolo do governo e do país, o presidente toma algumas decisões importantes sobre o dia-a-dia, usando para isso o Ministério e toda a estrutura do executivo. A maioria esmagadora dos funcionários e gastos públicos está no Poder Executivo.

Atualmente, um dos maiores problemas com relação ao poder executivo é que o número de assuntos tratados por ele é grande demais para dar o devido foco no que é importante. Tendo como base as cinco atividades fundamentais que vimos anteriormente, deve haver uma grande alteração no Ministério.

A primeira recomendação é que a estrutura do executivo deve ser reduzida fortemente dos 39 ministérios e secretarias com status de ministérios atuais para no máximo oito. Com exceção do Sri Lanka (71) e da Índia (51), nenhum outro país do mundo tem tantos ministérios. Os EUA, com uma economia quatorze vezes maior que a nossa, possuem quinze ministérios apenas, praticamente um terço do Brasil. É um princípio elementar de gestão que ninguém é capaz de supervisionar adequadamente 39 pessoas. Na prática muitos ministros acabam não conseguindo nem falar com o presidente e assumem papel decorativo. As pastas hoje em dia nada mais tem a ver com gestão. Elas são comandadas por políticos e usadas pelos governos como trunfos para costura de alianças políticas.

Mesmo que hipoteticamente o presidente da república fosse dotado de capacidade sobre-humana e conseguisse gerenciar tamanho leque de assuntos, ainda assim acreditamos que o governo deveria se abster de intervir em diversos temas e se concentrar unicamente nos cinco assuntos críticos para o País. Alguns temas poderiam ser completamente eliminados e deixados a cargo da sociedade civil, o que abriria espaço para eliminação de burocracia. Cargos como ministro dos esportes e ministro da cultura devem ser extintos: esses são assuntos que não dizem respeito ao governo. É preciso eliminar também todo tipo de lei de incentivo cultural e esportivo, como por exemplo, a chamada Lei Rouanet. Segundo essa legislação, as empresas podem destinar até quatro por cento do imposto de renda devido para projetos culturais aprovados por Brasília. Tendo em vista que o gasto público precisa ser financiado com impostos, na prática, isso significa que o contribuinte brasileiro, já achacado por uma das mais altas cargas tributárias do mundo, paga a conta. Em muitos casos, o pagador de impostos brasileiro financia compulsoriamente uma linha ideológica específica, filmes de gosto duvidoso e produções artísticas que digam amém para a linha ideológica da moda. Tudo isso pago pela população. A Lei Rouanet, ao ser abolida, abrirá espaço para a correspondente redução tributária.

Outros ministérios podem ter seu escopo de atuação e custo dramaticamente reduzidos, como por exemplo o Ministério das Relações Exteriores, cujas 139 embaixadas e centenas de consulados, muitas em países sem qualquer relevância para o Brasil, custam acima de dois bilhões de reais por ano no orçamento federal. Deve-se fechar a maioria das representações e focar somente nos países com maior relevância econômica e demográfica (por que o contribuinte precisa pagar pela representação brasileira em Togo, Nepal, Barbados e outros semelhantes? Alguém poderia descrever a rotina do embaixador brasileiro em Timor-leste?)

Outros ministérios a serem extintos deverão ser aqueles ligados a setores específicos da economia, como Telecomunicações, Minas e Energia, assuntos que deverão receber muito menos interferência do governo e que podem ser tranquilamente consolidados dentro do Ministério da Fazenda. O custo total dos ministérios ultrapassa duzentos bilhões de reais por ano, mais de 5 mil reais por família brasileira. Fazendo um balanço geral dos atuais ministérios e tendo em vista as cinco atividades essenciais do governo, entendemos que a estrutura do Poder Executivo deveria ser composta somente das entidades abaixo:

1. Ministério da Defesa e Segurança => Consolida todas as atividades policiais federais e militares. Tem como objetivo proteger os cidadãos, garantir a ordem e a estabilidade. Comandado por um

ministro civil, cada braço armado possuirá um comandante profissional independente

2. Ministério da Assistência Social => Consolida todos os programas assistenciais e opera uma única rede de proteção e prevenção da miséria, toda operada através de transferência de recursos diretamente para as mãos das famílias, dentro dos parâmetros e da visão assistencial oferecida nesse livro. Isso significa acompanhar de perto as famílias mais carentes do País e realizar pagamentos em conta bancária atrelados a parâmetros como custo de vida na região de residência da família, manutenção dos filhos em escola, desempenho acadêmico e frequência dos pais em cursos de capacitação profissional
3. Ministério da Educação => comanda o programa nacional de vouchers (ver capítulo específico sobre educação) e os sistemas de testes e ranqueamento das escolas e universidades. É responsável por garantir que toda família tenha um voucher adequado e que as crianças estejam na escola. Cuida também de tornar pública e transparente a qualidade dos cursos no Brasil
4. Ministério da Saúde => comanda o programa nacional de seguro saúde, garantindo que todos estejam cobertos por algum plano privado. Fiscaliza a qualidade das clínicas e hospitais, aprova novos medicamentos e acompanha em nível estratégico a situação da saúde no País
5. Ministério do Meio Ambiente => responsável pela preservação do meio ambiente e uso de recursos naturais. Assume a tarefa de vigiar o setor privado para conciliar os interesses do crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental
6. Ministério da Fazenda => responsável pela arrecadação de impostos e condução da economia, incluindo comando sobre o Banco Central, agências reguladoras e o Cade. Terá autoridade para garantir a competição nos diversos setores da economia, a regulamentação de segmentos estratégicos, como telecomunicações, energia e transportes, bem como preservar a estabilidade do sistema bancário
7. Ministério das Relações Exteriores => responsável pelo corpo diplomático e contatos com outros países, terá como foco principal reduzir entraves no exterior aos produtos brasileiros e alinhar o País estrategicamente com as demais democracias, afastando-se de governos ditatoriais na medida do possível
8. Ministério da Casa Civil => responsável pelas relações com o poder legislativo, pela defesa do governo junto ao judiciário, cuida também das articulações políticas e cobranças aos demais ministros

Os ministérios abaixo realizam atividades que não devem estar a cargo do governo ou então cuidam de assuntos cuja importância não justifica um ministério. Eles devem ser ou incorporados a algum ministério maior, com grande redução de custo, ou então extintos completamente. Ao lado de

cada ministério, colocamos o orçamento consumido em 2012 bem como a quantidade de funcionários.

- Desenvolvimento Agrário (R\$ 1,9 bilhão e 6.100 funcionários). Criado para promover reforma agrária, tem pouco a ver com assuntos de agricultura e abastecimento propriamente ditos. Extinguir.
- Cultura (R\$ 900 milhões e 3.706 funcionários). Extinguir e deixar o assunto a cargo da sociedade civil, sem interferência do Governo
- Esporte (R\$ 550 milhões e 388 funcionários). Extinguir e deixar o assunto a cargo da sociedade civil, sem interferência do Governo
- Segurança Institucional (R\$ 10 milhões e 906 funcionários). Cuida da segurança do presidente da república. Incorporar aos quadros do Ministério da Defesa
- Igualdade Racial (R\$ 11 milhões e 91 funcionários). Na prática tem como objetivo manter o movimento negro na base do governo, além de implantar regimes de cotas e outras distorções raciais. Extinguir
- Integração Nacional (R\$ 4,3 bilhões e 4.788 funcionários). Cuida de obras muito específicas, como a transposição do Rio São Francisco e outros programas pontuais. Extinguir
- Pesca (R\$ 110 milhões e 594 funcionários). Extinguir
- Secretaria de Comunicação Social (R\$ 190 milhões e 216 funcionários). Cuida da propaganda oficial. Extinguir
- Secretaria de Direitos Humanos (R\$ 31 milhões e 229 funcionários). Na prática tem funcionado para cooptar ONGs e setores da sociedade civil para o apoio ao governo, bem como reabrir feridas da época do regime militar. Extinguir
- Secretaria de Políticas para Mulheres (R\$ 32 milhões e 124 funcionários). Elaborar políticas para as mulheres. Extinguir
- Secretaria de Assuntos Estratégicos (R\$ 1,7 milhão e 137 funcionários). Poucos sabem o que realmente faz. Foi criada recentemente para acomodar aliados políticos sem cargo. Extinguir
- Turismo (R\$ 1,2 bilhões e 548 funcionários). É um setor econômico como qualquer outro. Extinguir
- Secretaria da Micro e Pequena Empresa (R\$ 7,9 milhões e 66 funcionários). Criada recentemente para acomodar aliados do governo. Extinguir
- Advocacia Geral da União (R\$ 2,3 bilhões e 7.501 funcionários). Incorporar à Casa Civil
- Agricultura (R\$ 6,3 bilhões e 24.801 funcionários), incorporar ao Ministério da Fazenda, eliminando boa parte dos gastos e pessoal
- Desenvolvimento Econômico (R\$ 1,1 bilhão e 3.160 funcionários). Sua importância é mais política que administrativa. Apesar de possuir milhares de funcionários, não interfere diretamente em nenhum tema econômico. Extinguir

- Desenvolvimento Social (R\$ 1 bilhão e 803 funcionários). Consolidar no Ministério da Assistência Social
- Cidades (R\$ 5 bilhões e 5.065 funcionários). No novo desenho municipal, as cidades serão muito maiores e mais capazes de auto-gerenciamento. Extinguir
- Ciência e Tecnologia (R\$ 4,3 bilhões e 9.416 funcionários). Atualmente o Ministério atua muito mais criando micro-regras e burocratizando as normas de incentivos fiscais do que efetivamente promovendo a tecnologia. Extinguir
- Comunicações (R\$ 1,4 bilhão e 2.272 funcionários), incorporar ao Ministério da fazenda, com grande redução de gastos e pessoal
- Controladoria Geral da União (R\$ 650 milhões e 2.445 funcionários)
- Justiça (R\$ 8,5 bilhões e 32.520 funcionários)
- Minas e Energia (R\$ 1,2 bilhão e 3.657 funcionários), incorporar ao Ministério da fazenda, com grande redução de gastos e pessoal
- Planejamento (R\$ 3,6 bilhões e 14.451 funcionários)
- Previdência Social (R\$ 10,1 bilhões e 39.260 funcionários)
- Relações Institucionais (R\$ 600 mil e 144 funcionários), incorporar à pasta da Casa Civil
- Secretaria dos Portos (R\$ 486 milhões e 112 funcionários), incorporar ao Ministério da fazenda, com grande redução de gastos e pessoal
- Secretaria-Geral da Presidência (R\$ 249 e 1.160 funcionários), extinguir
- Trabalho (R\$ 2,7 bilhões e 8.760 funcionários)
- Transportes (R\$ 6,3 bilhões e 6.573 funcionários), incorporar ao Ministério da fazenda
- Saúde (R\$ 28 bilhões e 51.770 funcionários)
- Secretaria da Aviação Civil (R\$ 8,7 milhões e 124 funcionários), incorporar ao Ministério da fazenda

Após a extinção da maioria dos Ministérios do poder executivo, os que restarem devem ter seus quadros fortemente enxugados e novos patamares de remuneração definidos. Atualmente mais da metade dos gastos do governo vão direto para pagamento de pessoal. É muito. A média de salário no setor público é mais que o dobro do setor privado para a mesma função, enquanto a carga de trabalho é menor. Nos últimos anos esse quadro só tem piorado. Entre 1992 e 2005, segundo a Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), a média de salário no Governo Federal aumentou 235%.

Segundo o jornalista Robson Bonin "Devemos ao inglês Cyril Northcote Parkinson a mais notável e mais amplamente aplicável explicação para a lógica cruel das burocracias. Mister Parkinson baseou-se no serviço britânico para as colônias. Como se sabe, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o império britânico foi desfeito. Adeus as colônias. Adeus

também a burocracia que cuidava das colônias? Não. Nada disso. O número de burocratas do departamento continuou a crescer mesmo sem haver mais colônias para administrar. Mister Parkinson então formulou sua lei em três artigos:

- 1) Uma repartição pública crescera sempre de tamanho, a despeito do volume de trabalho a ser feito;
- 2) Os burocratas cuidam de arranjar trabalho uns para os outros;
- 3) O burocrata procura multiplicar o número de subordinados, mas não o de rivais."

Quem transitar hoje em dia pela Esplanada dos Ministérios em Brasília poderá testemunhar em primeira mão a validade das teorias de Cyril Parkinson. No prédio do Ministério do Desenvolvimento, por exemplo, existem seis elevadores, cada um dos quais com ascensorista. Cinco deles servem aos funcionários e visitantes, enquanto um sexto elevador possui uma placa escrito "somente para autoridades" com funcionário o dia todo postado à porta. Seu trabalho: impedir que "pessoas comuns" utilizem o elevador reservado para os cargos mais elevados. Mesmo se esquecermos por um instante a imoralidade de haver tal discriminação e estupidez dentro de um órgão público, esse desperdício de mão-de-obra é um sinal claro de como as coisas funcionam dentro das repartições do governo. Se cada Ministério ocupa um palácio de oito andares, abrigando uma infinidade de burocratas que ganham muito e trabalham pouco, por onde circulam centenas de copeiros e secretárias, imagine-se o custo de trinta e nove Ministérios para a sociedade.

Segundo Nelson Marconi, da Fundação Getúlio Vargas, mais de 30% do quadro de funcionários públicos poderia ser imediata e facilmente cortado sem prejuízo da qualidade dos serviços públicos. Isso ocorre porque a quase totalidade dos órgãos públicos estão inchados com muito mais pessoas do que seriam necessárias para realizar os objetivos do órgão em questão e também porque os processos são muito burocráticos. No Brasil, 22% da população economicamente ativa trabalha para o governo, um exército de 9 milhões de servidores públicos no total. Nos Estados Unidos, esse índice é de 14% enquanto no Chile é de apenas 10%, segundo a FGV-RJ.

Outro assunto que precisa ser atacado com urgência é o problema dos cargos nomeados. Um serviço público eficiente deve ser regido pelos princípios da impessoalidade, meritocracia, eficiência. Isso exige, entre outras coisas, um filtro profissional e impessoal para a contratação de funcionários: o concurso público. Apesar de suas muitas falhas, o

concurso público é um filtro que garante igualdade de oportunidade para todos e exige um mínimo de competência daqueles que o prestam.

Além dos funcionários concursados, existe também a figura do cargo nomeado. Em tese, ele existe para que os governantes eleitos possam se cercar de um pequeno time da sua confiança. Os funcionários nomeados não precisam passar por nenhum tipo de prova ou concurso. Como o nome diz, eles são simplesmente nomeados pelo governante eleito. Em praticamente todos os países do mundo, existem cargos nomeados. É impensável que um presidente da república, por exemplo, não possa nomear o seu ministro da fazenda. O problema no Brasil é que a quantidade de cargos nomeados é gigantesca e vai muito além daquelas posições estratégicas que são naturais para essa modalidade. Segundo levantamento do ministério do planejamento, a Inglaterra possui apenas 300 cargos nomeados em todo país. França e Alemanha possuem cerca de 500 cargos cada. Os Estados Unidos possuem cerca de 8 mil. Já no Brasil, somente na esfera federal, há mais de 23 mil cargos nomeados, abrangendo praticamente todos os escalões nos mais diversos ministérios, agências reguladoras e empresas estatais. Quando se soma esse número aos cargos nomeados nas esferas estadual e municipal, o efeito desse fenômeno sobre a administração pública torna-se devastador.

Em primeiro lugar, tais funcionários são escolhidos por critérios políticos, ao invés do que seria correto: pela competência. Isso significa que os órgãos públicos mais importantes do país são dirigidos por pessoas com qualificação duvidosa para a função, para sermos otimistas. Os funcionários de carreira precisam receber ordens de pessoas que não têm a menor ideia do que estão fazendo e que estão lá simplesmente porque são bem conectadas politicamente. Cai a motivação dos concursados, sofre a qualidade do serviço público.

Além disso, os cargos nomeados transformam a política num balcão de troca e aparelhamento do Estado. Na última década, assistimos o governo brasileiro remover dezenas de milhares de funcionários públicos e trocá-los por membros do partido oficial ou de aliados. Competência, qualificação e mérito são ignorados. Alinhamento ideológico, patrulhamento sobre dissidentes e corrupção tornam-se a norma. Incha-se a máquina pública com amigos, parentes e apadrinhados de todo tipo.

É da maior importância para o País que os cargos nomeados sejam reduzidos drasticamente, de preferência para números próximos aos da Inglaterra.

Por fim, é preciso definir regras mais duras para os funcionários públicos que entrarem em greve. Atualmente, os movimentos de paralização são acompanhados de tamanha pressão política que fica quase impossível

descontar do salário os dias sem trabalho. Há também uma deficiência institucional. Embora a Constituição de 1988 tenha estabelecido o direito de greve para os servidores, até hoje essa lei ainda aguarda regulamentação. Na falta dela, o Supremo Tribunal Federal decidiu que passasse a valer a mesma lei que regula as greves no setor privado. Ocorre que, nesse caso, a greve não é contra o patrão, mas sim contra a sociedade, que arca com os prejuízos e paga a conta. A greve dos Correios de 2012, por exemplo, que durou 28 dias e levou o caos às entregas no país, causou desconto de apenas sete dias aos grevistas. A maioria das categorias, como médicos, juizes, fiscais e policiais, deveria ser proibida de entrar em greve.

Reduzir o tamanho da burocracia brasileira é uma tarefa dura, porém essencial para que o País seja aliviado do enorme peso que atualmente carrega.

Poder legislativo

É o que cria e aprova as leis. Hoje no Brasil o legislativo é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, representando respectivamente o povo e as unidades federais. Na prática são dois órgãos caros e pesados, em que a corrupção e a criminalidade correm soltas. Quase um terço dos deputados brasileiros, por exemplo, respondem por processos criminais. Outros tantos são frequentemente envolvidos em escândalos políticos como o mensalão. Além disso, muitos deles concorrem à reeleição com campanhas fraudulentas, usando verbas públicas desviadas, e nesse processo vão se perpetuando no poder.

A primeira recomendação para o legislativo seria abolir o Senado. Como o Senado representa as unidades federais e estas devem sofrer forte mudança (veremos adiante), não haverá mais sentido em mantê-lo. A abolição do Senado tornaria o processo de aprovação de leis pelo menos duas vezes mais rápido do que o atual, além de economizar muito dinheiro e eliminar a necessidade de 81 políticos (três para cada uma das 27 unidades federais). Segundo o ministério do planejamento, fechar o Senado permitiria uma economia imediata acima de três bilhões de reais por ano.

A segunda recomendação é reduzir a Câmara dos Deputados dos 513 parlamentares atuais para no máximo cem pessoas. Essa medida provavelmente não acabará completamente com a corrupção, mas ela será bastante reduzida, uma vez que cem pessoas roubam menos que 513. A redução do número de pessoas terá como efeito também o aumento do controle dos parlamentares por parte da sociedade, pois haverá menos

gente para vigiar. Isso também deverá reduzir bastante o custo do Congresso Nacional para o país. Atualmente, segundo o Instituto Transparência Brasil, o custo por parlamentar brasileiro é o maior do mundo. Gasta-se por ano acima de dez milhões de reais com cada deputado e mais de 39 milhões de reais por senador. Na Espanha, por exemplo, País muito mais rico que o Brasil, o custo é apenas o equivalente a 850 mil reais. Proporcionalmente, cada brasileiro gasta com o Legislativo três vezes mais do que os chilenos, cinco vezes mais do que os americanos e onze vezes mais do que os ingleses.

Os benefícios de haver menos políticos não param por aí. Quanto mais políticos, maior é a quantidade de leis estúpidas a serem promulgadas. Excesso de leis atrapalha o País, obrigando pessoas e empresas a constantemente se adaptarem a regras sem sentido. Em dezembro de 2012, por exemplo, a câmara municipal de Campinas divulgou um decreto obrigando restaurantes a conceder descontos para as pessoas que realizaram cirurgia bariátrica (redução do estômago). A tentação de microgerenciar a vida dos outros é algo a ser evitado com a redução na quantidade de políticos. Analisando um conjunto de setecentas leis promulgadas nos últimos dois anos, os autores desse livro observaram que quase metade delas dizia respeito a temas irrelevantes, como troca de nomes de parques nacionais, feriados etc. Se há poucos políticos, eles precisam se concentrar nos temas de maior interesse e relevância nacionais.

Nesse ponto não estamos falando apenas do Brasil. Mesmo em nações prósperas e teoricamente avançadas políticos têm o hábito de produzirem leis estúpidas a toque de caixa, frequentemente em nome de um bem comum aceitável a todos. Recentemente nos Estados Unidos, preocupado com a justa causa do combate à obesidade juvenil, o prefeito de Nova York impôs limites ao tamanho do refrigerante que podia ser vendido nos estádios. A lei só se aplicava aos estádios esportivos e nada impedia um jovem de tomar, dois, três ou dez refrigerantes se quisesse. No entanto, lá veio a lei e começou a dar micro ordens aos vendedores de refrigerante, gerando transtorno e custos desnecessários. Esse é apenas um exemplo entre milhares que ocorrem todos os dias mundo afora.

É interessante notar que nos Estados Unidos, cada unidade federal estabelece suas próprias regras em relação a salários e funcionamento da câmara legislativa estadual. Segundo a National Conference of State Legislatures, os salários chegam a noventa mil dólares por ano na Califórnia, o melhor pagador (mas ainda bem abaixo do que recebe um deputado brasileiro). Por outro lado, em alguns estados o deputado recebe muito menos, como o Texas (oito mil dólares por ano), Kansas (cinco mil dólares por ano) e o Alabama (mil dólares por ano), entre muitos outros com salários simbólicos. Em New Hampshire, o governo paga apenas cem

dólares por ano em no Novo México o trabalho de deputado é completamente voluntário. Isso ocorre pois em tais locais o serviço público é considerado uma honra e as câmaras de deputados reúnem-se apenas esporadicamente. Coincidência ou não, o fato é que os estados em que os deputados são voluntários e trabalham pouco estão entre aqueles com os melhores indicadores econômicos dos Estados Unidos.

Juntamente com a redução no número de parlamentares, deve-se diminuir significativamente o número de funcionários por parlamentar, bem como os benefícios concedidos a eles. Hoje em dia, enquanto países como França e Inglaterra têm, respectivamente cinco e três funcionários por parlamentar, no Brasil para cada deputado existem 32 funcionários no congresso, recorde mundial nesse aspecto. Só no Senado, por exemplo, existem 118 médicos, fisioterapeutas, nutricionistas e demais profissionais da saúde, número maior que o de senadores. Tudo pago com dinheiro do contribuinte. O mesmo se aplica às chamadas verbas de gabinete, que são despesas de naturezas diversas às quais os deputados podem pedir reembolso. Segundo dados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, alguns deputados gastam mais de R\$ 20 mil por mês com tais verbas, o dobro do salário. Somente em combustíveis, um deputado do PSDB gastou R\$ 6.242,00 em um único mês. Na esfera federal esses gastos são ainda maiores. Os senadores da república são contemplados, sem qualquer desconto no salário, com assistência médica familiar vitalícia e sem limite de gastos. Deputados em primeiro e último ano de mandato recebem o 14o e o 15o salário. Senadores têm essa gratificação extra todo ano, bem como auxílio moradia de cerca de quatro mil reais por mês, ainda que residam em Brasília. É preciso reduzir o limite de gasto por deputado e a quantidade de assessores para no máximo três.

Outro item que precisa ser atacado com dureza é o uso de ativos do governo para fins particulares. Isso inclui a proibição de festas pessoais em imóveis do governo, viagens de lazer ao exterior rotuladas como oficiais e, especialmente, o fim do uso de aviões da força aérea para objetivos privados. Somente entre 2012 e 2013, segundo reportagem da revista Veja, registrou-se mais de cinco mil voos particulares de políticos utilizando jatos e helicópteros da aeronáutica. Entre os diversos abusos, que custam aos cofres públicos vinte e cinco milhões de reais por ano, chegou-se ao absurdo de enviar um jato buscar a babá dos filhos de um alto político carioca no réveillon. Tudo pago com o dinheiro do contribuinte. Em média, apenas quinze por cento dos parlamentares retornam ao trabalho na data oficial do fim do recesso.

Por fim, o número reduzido de parlamentares é compatível com a definição mais estreita de governo que está sendo defendida. Se a abrangência das atividades públicas será reduzida, se o número de leis e regras deverá ser

mantido sempre no mínimo, por que manter tantas pessoas no legislativo, quando o ideal é ter o mínimo possível de geração de novas leis?

Quanto à forma de trabalho do legislativo, esse deve receber leis propostas pelo executivo, assim como ocorre hoje e, a exemplo do funcionamento atual, tais leis devem ser avaliadas em comissões específicas e especializadas. Deve-se avaliar se determinada lei é compatível com as limitações constitucionais, se é boa para o país e votar pela aprovação ou não da lei. Acima de tudo, o legislativo deve vigiar a Presidência da República, impedindo aventuras populistas ou flertes rumo ao autoritarismo. O equilíbrio dos poderes é uma conquista da civilização e deve ser preservado. O legislativo deve ter o poder de bloquear ações indesejadas do executivo e esse, por sua vez, deve ter o poder de veto sobre as leis passadas no Congresso.

Poder judiciário

É o que interpreta e julga disputas a respeito das leis. O poder judiciário é extremamente importante para qualquer país, pois representa o fórum de resolução de conflitos dentro do sistema democrático. Em um cenário ideal, o judiciário é enxuto e eficiente, sendo que as instâncias mais baixas julgam rapidamente processos baseando-se na lei, no cumprimento dos contratos e especialmente nos processos similares já julgados pelas instâncias superiores.

Infelizmente, em nosso país, a legislação brasileira é uma das mais extensas e confusas do mundo. Isso faz com que os casos de dúvida sejam muito freqüentes e a demanda sobre o poder judiciário seja enorme, tornando esse ineficiente braço do Estado extremamente lento. Processos que poderiam ser resolvidos em poucos meses levam anos para terminar, aumentando os custos para as partes litigantes e para o governo. Apesar de o Brasil contar com 40% a mais de funcionários por vara que a média mundial (14 *versus* 10) e gastar com esse setor quatro vezes mais que países semelhantes (3,7% do orçamento público *versus* 1% no caso do Chile), nosso judiciário não dá conta do volume de trabalho. Hoje existem mais de 50 milhões de processos em tramitação na Justiça, sendo que esse número deve dobrar na próxima década. As conseqüências dessa situação para quem produz são desastrosas.

Se um cliente deixar de pagar, por exemplo, R\$ 50 mil de uma determinada dívida, o custo judicial para recuperar esse valor será de cerca de R\$ 37 mil, quase 75% do valor do crédito. O prazo para recuperar judicialmente um imóvel pode chegar a 12 anos! Isso aumenta os juros cobrados por bancos e empresas, como forma de se protegerem, e

machuca a economia. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a taxa de crescimento do PIB poderia ser 25% maior caso o sistema judiciário funcionasse corretamente.

Os problemas começam no Supremo Tribunal Federal. Nos Estados Unidos, a Suprema Corte julga apenas 200 casos por ano, restringindo-se a casos extremamente complexos ou de forte impacto para o país. Cada decisão da Suprema Corte costuma orientar milhares de decisões nas instâncias inferiores, de modo que um mesmo problema não tenha que tramitar diversas vezes pelos tribunais. O Supremo Tribunal Federal é o equivalente brasileiro. No entanto, passam anualmente por ele mais de cem mil processos, a maior parte dos quais exatamente iguais a processos anteriores já decididos. Isso torna muito difícil para esse órgão avaliar com calma as questões realmente importantes e contribui para sua própria inoperância.

O sistema judiciário trabalhista também apresenta sérios problemas. Nos últimos anos, segundo dados do sociólogo José Pastore, o judiciário vem recebendo uma média de dois milhões de novas ações trabalhistas por ano. Esse é disparado o maior número em todo o planeta. Para fins de comparação, nos Estados Unidos, a média é de 75 mil, na França, 70 mil, 30 vezes menos. Para cada R\$ 1.000,00 julgados, a Justiça do Trabalho gasta cerca de R\$ 1.300,00. Isso é o resultado do baixo nível de eficiência do judiciário e também é causado pelo anacronismo da legislação brasileira sobre o assunto. Veremos mais detalhes sobre isso no capítulo sobre a reforma trabalhista.

Por fim, pesquisas recentes com juízes demonstraram que o respeito às leis e aos contratos não é prioridade para os magistrados. Quase dois terços dos entrevistados afirmaram que atender às necessidades sociais é mais importante do que respeitar as regras de um contrato. Apesar disso soar bonito na teoria, essa absoluta distorção do papel do judiciário causa insegurança e perda de investimentos, uma vez que toda empresa instalada ou não no país sabe que seus planos de negócio, mesmo assinados e confirmados pelo governo, estão sujeitos às inclinações sociais e às preferências dos juízes.

Existem diversas ações que precisam ser tomadas para melhorar esse quadro. A primeira delas é a simplificação da estrutura judiciária. Hoje existem diversos braços desse poder: os tribunais de alçada, os tribunais de justiça, os juizados especiais, as varas criminais, os tribunais de júri, os tribunais eleitorais, os tribunais do trabalho, os tribunais federais, os tribunais militares, o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal e outros. O ideal seria enxugar fortemente o poder judiciário, consolidando os diversos braços em apenas três, sendo a divisão feita por nível. Dentro de cada nível, haveria cortes especializadas nos diversos

assuntos a serem tratados. Essas cortes usariam as referências do Supremo Tribunal Federal como guia para julgar casos similares. Ou seja, é imprescindível que haja juizes especializados em suas determinadas áreas jurídicas, como o direito do trabalho, o direito rural etc. O que não é necessário é haver complexas estruturas burocráticas independentes para apoiar cada tribunal.

Além disso, é preciso melhorar as práticas de gestão, informatizando os tribunais, contratando administradores para gerenciar os tribunais e deixando os juizes com 100% de seu tempo voltado a julgar casos. Hoje a maior parte do expediente dos magistrados é consumida em tarefas administrativas e burocráticas.

Sempre que possível, o trabalho deve ser realizado pela iniciativa privada, que é mais eficiente. Ao governo cabe julgar os conflitos entre as partes. O Estado deve contratar, avaliar, manter e remunerar os juizes, garantindo a imparcialidade das decisões, mas não precisa manter a estrutura responsável pela burocracia jurídica.

Todas as varas e os tribunais judiciários deveriam ter sua parte burocrática privatizada. Ao Estado caberia somente a manutenção dos juizes e talvez alguns assistentes. O papel do juiz é escutar as partes, ter acesso a todas as informações possíveis e tomar uma decisão imparcial com base na lei. As empresas privadas responsáveis pelo trâmite das burocracias jurídicas podem ser remuneradas por seu desempenho e punidas caso se constate alguma irregularidade em seu trabalho. Desta maneira, o tempo de demora dos processos diminuiria consideravelmente.

Outra ação importante a ser tomada é reduzir o tempo de processo valorizando cada vez mais os acordos extrajudiciais e usando intensivamente a jurisprudência para evitar julgar diversas vezes a mesma questão. Assuntos já decididos pelo Supremo Tribunal Federal devem ter seu desfecho resolvido instantaneamente.

É fundamental também que o poder judiciário permita uma ágil cobrança judicial e execução de bens. Economias modernas são fundamentadas na concessão de crédito. Se o recebimento de créditos não for uma atividade protegida pela lei, todo o sistema sofre, uma vez que bancos e emprestadores de dinheiro tendem a embutir nos juros o custo esperado com a burocracia de recebimento das dívidas. Isso aumenta o custo do dinheiro e prejudica todos, exceto os caloteiros. Existe uma lei no Brasil que impede que a casa própria de determinada família seja tomada como forma de pagamento de dívidas. Essa medida aparentemente humanitária teve como objetivo proteger as pessoas contra o despejo. No entanto, a realidade é que a tal lei é uma bobagem que impede as famílias de utilizar seu ativo mais valioso como colateral para obter empréstimos e investir. O

México, por exemplo, constrói seis vezes mais metros quadrados por habitante do que o Brasil. Parte da explicação é que lá o acesso ao crédito imobiliário é muito maior, uma vez que o judiciário e a legislação não protegem os caloteiros como ocorre no Brasil.

Por fim, uma grande medida que se faz necessária está fora do âmbito judiciário. Grande parte do acúmulo de processos ocorre em virtude da confusão causada pela legislação brasileira, longa, complexa, contraditória e em constante mudança. Como falaremos adiante, somente na área tributária, o governo cria oito mil regras por ano. As dúvidas e os conflitos causados por essa monstruosidade são a causa de grande parte dos processos tributários.

Neste livro, é proposta uma forte redução no tamanho da Constituição Brasileira, fazendo com que a versão gerada em 1988 seja substituída por uma ou duas páginas. O mesmo deve ocorrer com as leis ordinárias. É preciso enxugar o volume de leis no Brasil. A simplificação das leis deve reduzir a carga de trabalho do judiciário.

Propostas para a Estrutura do poder público: Continua dividida em três poderes, executivo, legislativo e judiciário.

Poder executivo: Deve ser enxugado, permanecendo os Ministérios da Casa Civil, Justiça, Defesa, Fazenda, Meio Ambiente, Social e Relações Exteriores. Reduzir o quadro de funcionários de cada um desses ministérios e reajustar salários aos níveis da iniciativa privada. Eliminar a estabilidade de emprego. Eliminar leis de incentivo à cultura e esportes. Reduzir drasticamente os cargos nomeados.

Poder legislativo: Abolir o Senado. Câmara dos Deputados deve ter seu número reduzido em 80%. Eliminar a maior parte dos assessores parlamentares e das verbas de gabinete.

Poder judiciário: Privatizar as áreas administrativas e consolidar os diversos tribunais em apenas três. Simplificar a legislação. Conscientizar os juízes a decidir com base na lei e não em questões sociais.

Consolidando as estruturas

Os três níveis de governo

Além dos três poderes, o Estado brasileiro está dividido em três níveis: o federal, o estadual e o municipal. Na teoria, cada um dos níveis cuida de um conjunto de assuntos públicos: o municipal das questões locais, o estadual acompanha as regionais e o federal as nacionais. Na prática, os três níveis acabam se confundindo e gerando confusões sobre o papel de cada um. Existem escolas federais, estaduais e municipais e o mesmo ocorre com a polícia, hospitais e outros. Além dos custos de duplicar serviços públicos, ocorrem muitos conflitos de ego e desorganização com a falta de definição.

Municipal

O pior caso é o do nível municipal. Existem milhares de povoados com *status* de município com população minúscula e pobre. Muitas vezes, agrupamentos de 10 mil cidadãos pobres e sem recursos são chamados de município e ainda têm de sustentar uma prefeitura, câmara dos vereadores e outras estruturas básicas municipais. Segundo a secretária nacional das cidades, Raquel Rolnik, mais da metade dos municípios brasileiros dependem de transferências dos governos federal e estadual para o grosso das receitas. Segundo dados do IBGE e do Ipea, municípios com menos de dez mil habitantes possuem o maior custo per capita do país. Nesse tipo de município, noventa por cento deles dependem de ajuda do governo federal para cobrirem seus gastos. Já no caso das cidades com mais de quinhentos mil habitantes, apenas três por cento delas dependem de repasses. Desde a promulgação da Constituição, apesar do território brasileiro ter permanecido o mesmo, foram criados cerca de 2.200 municípios. Tudo isso gera muita ineficiência e drena os poucos recursos para investimento do setor público. Há alguns anos foi instituída a transferência mínima do governo federal que cada município deve receber. Isso encorajou centenas deles a se fragmentar e criar novos (e ineficientes) municípios. No final de 2013, havia 814 bairros e distritos querendo se emancipar. Hoje os mais de cinco mil municípios brasileiros custam caro demais.

A primeira recomendação seria reduzir drasticamente o número de municípios. As pequenas cidades deveriam ser aglomeradas em áreas com no mínimo trezentos mil habitantes, fazendo com que o país passe a ser composto por trezentos a quinhentos municípios. Em alguns casos, como a cidade de São Paulo, com mais de dez milhões de habitantes, seria interessante dividi-la em pelo menos cinco municípios distintos, de forma que cada parte seja mais facilmente administrada. Em outros casos, como o interior do Pará, será preciso reunir diversos vilarejos atuais para formar um único município de trezentos mil habitantes. O importante é manter dentro de cada município uma massa crítica de pessoas e dinheiro que torne essa unidade administrativa governável e auto-sustentável. Diversos outros países estudam fundir pequenas cidades. Em Portugal, por exemplo, a proposta faz parte de um plano de reforma do Estado. No Japão, o número de municípios caiu 45% entre 1999 e 2006, com economia estimada em dezoito bilhões de dólares por ano.

Com esse número o custo de prefeitos e vereadores será muito menor e os municípios terão mais massa crítica para realizar projetos essenciais. Hoje o país sustenta dezenas de milhares de vereadores, pessoas que poderiam estar realizando trabalho mais produtivo do que definir nomes de ruas e escolher o animal símbolo da cidade. A câmara dos vereadores de Brasília, por exemplo, passou meses nessa discussão.

Além do enxugamento no número de municípios, é preciso redefinir claramente quais atividades ficarão a cargo do município e quais não. Os municípios devem ser responsáveis por apenas quatro tarefas locais: *policial*, *assistência social*, *planejamento urbano* e *manutenção das ruas municipais*. Essas quatro tarefas devem ser deixadas a cargo do município porque são trabalhos que não podem ser realizados pela iniciativa privada.

No caso da *polícia*, obviamente não se pode deixar isso por conta de alguma empresa. É interessante deixar esse braço do poder público sob a responsabilidade da prefeitura, pois um município conhece melhor os habitantes locais do que a polícia federal. Sob o olhar do prefeito e não de Brasília, é mais fácil construir as polícias de bairro e aumentar o envolvimento da comunidade na força policial, pré-requisitos para uma polícia local eficiente. Estamos aqui nos referindo tanto às atividades de combate ao crime quanto ao controle de trânsito e ao combate aos incêndios (bombeiros). Para os casos de crimes mais graves, que fujam do controle do prefeito ou que envolvam uma ação regional, a polícia federal deverá ser acionada.

O caso da *assistência social* fundamenta-se no mesmo princípio. Ninguém é melhor do que o assistente social local para determinar quem está mais necessitado de ajuda e detectar as tentativas de fraude ao sistema. Cada município deve ser dotado de uma unidade de assistência social. Essa unidade tem como tarefa manter um relacionamento próximo com as famílias mais carentes da sua cidade e acompanhar o progresso de cada uma das famílias para longe da miséria. É importante ter alguém local por perto para avaliar com conhecimento de causa os esforços de cada família para cumprir a sua parte no sistema de assistência social. Esse órgão deve identificar e alertar aquelas pessoas que entrarem em um ciclo de dependência dos recursos da assistência social.

O *planejamento urbano* também é função essencial do município. Se a construção urbana for deixada absolutamente livre, o resultado será o mau aproveitamento de espaços, a construção desenfreada e a perda de beleza das cidades. É tarefa do município designar as áreas de parques e especificar onde pode haver residências, comércio e indústria. Cabe à prefeitura defender um plano urbano consistente para cada cidade, conciliando os diversos interesses no uso do espaço.

Por fim, as *ruas internas da cidade* devem pertencer ao município. É responsabilidade da prefeitura manter as ruas em bom estado de conservação. No entanto, ela não deve fazer isso sozinha. As verbas devem ser municipais, porém o trabalho efetivo de manutenção deve ser licitado às empresas.

Com exceção da polícia, da assistência social, do urbanismo e das ruas, as demais atividades deverão ser repassadas às mãos da iniciativa privada sendo proibido à Prefeitura interferir.

Federal

O governo federal deve assumir as demais tarefas públicas que não forem cobertas pelo município. Isso inclui a polícia federal, o exército e a regulamentação dos setores econômicos, conforme descrito no capítulo específico sobre os ministérios a serem mantidos no governo federal.

Estadual

A quantidade de Unidades Federais (Estados) no Brasil tem subido paulatinamente ao longo das décadas. Resultando da divisão de Estados maiores, Unidades Federais como Rondônia, Tocantins, Mato Grosso do Sul e outros surgiram nos últimos cinquenta anos. Uma série de projetos tramita atualmente pelo congresso, dos quais o mais conhecido prevê dividir o Estado do Pará em três, felizmente derrotado. Além da divisão do Pará também está em pauta a criação de outros estados como o Mato Grosso do Norte, o Maranhão do Sul, o Gurgueia (desmembramento do Piauí) e o do Rio São Francisco (separação de parte da Bahia). Se todas as propostas de criação de Estados fossem aceitas, o Brasil passaria a ter nada menos que 46 Unidades Federais, setenta por cento mais que hoje. Os grupos políticos que defendem aumentar a quantidade de Estados costumam justificar esse projeto afirmando que isso tende a melhorar os serviços públicos. Mais provável é tais grupos estarem buscando um inchaço ainda maior da máquina pública, de olho em cargos, verbas e oportunidades para desviar dinheiro. Uma dúzia de novos Estados significa uma dúzia de novas câmaras dos deputados, centenas de secretarias e milhares de cargos nomeados a mais. A festa dos saqueadores se ampliaria significativamente com o aumento do número de Estados.

É preciso primeiro enterrar de vez todas as propostas para aumento do número de Estados e afastar a sangria que isso representaria para os cofres públicos. Em seguida, deve-se fazer o movimento inverso: consolidar os pequenos Estados, de modo que a quantidade de Unidades Federais caia para vinte ou menos. Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe juntos, por exemplo, ainda teriam extensão territorial inferior à da Bahia e poderiam formar um único Estado, muito mais forte, onde quatro câmaras dos deputados seriam eliminadas de uma só vez. Diversos outros exemplos de racionalização podem ser encontrados. É especialmente urgente resolver os casos de Estados sem a mínima condição de se auto sustentarem. O Acre, por exemplo, apesar de ter arrecadado somente 528 milhões de reais em impostos, em 2010, teve um gasto público total acima de quatro bilhões de reais, ou seja oito vezes a arrecadação. Parte da diferença será compensada com o repasse de impostos federais retidos. No entanto, sobrarão ainda grande parte da conta para ser bancada pelos estados superavitários ou por dívida futura. O mesmo ocorre com diversos outros Estados, que poderiam estar consolidados em unidade maiores e mais econômicas.

Prefeituras municipais: Consolidar pequenos municípios para que tenham no mínimo 300.000 habitantes. Dividir o Brasil em 100 municípios. Município ficará responsável pelas seguintes atividades:

polícia, assistência social, planejamento urbano e manutenção das ruas municipais

Governos estaduais: Consolidar Estados menores e mais pobres, de modo a reduzir para quinze a vinte o total de Estados no Brasil

Governo federal: Cuidará dos seguintes assuntos: Exército, polícia federal e regulamentação dos setores econômicos

Exército

A história humana sempre foi permeada por guerras. É possível que nunca se tenha registrado um ano, desde o desenvolvimento da agricultura há milênios, sem matança entre grupos humanos. Com o passar do tempo e o desenvolvimento da tecnologia, as guerras tornaram-se cada vez mais mortais, culminando na destruição de 50 milhões de vidas durante a Segunda Guerra Mundial. Com o desenvolvimento de armas atômicas, essa equação mudou, pelo menos até agora, uma vez que seu poder de destruição é tão maciço que qualquer guerra em larga escala envolvendo bombas atômicas teria o potencial de transformar o mundo em escombros. Hoje em dia o risco de guerras abertas entre potências é muito baixo. As ameaças mais preocupantes estão no campo dos grupos terroristas e organizações clandestinas. A Guerra do século XXI é pela informação e tecnologia, não mais territorial.

Em cada nação, o exército tem papel diferente. De modo geral, países ditatoriais populosos e instáveis tendem a desenvolver grandes exércitos ofensivos. Isso ocorre porque o ditador de plantão percebe as vantagens de se apontar um inimigo externo para desviar a atenção da população. No Iraque de Sadam Hussein, por exemplo, o exército foi usado em pelo menos duas ocasiões para atacar os vizinhos (Irã e Kuwait). Isso permitiu à população esquecer temporariamente os problemas da miséria e concentração da renda do petróleo.

No caso de pequenas ditaduras com vizinhos poderosos, o exército é usado mais para defesa e controle da população. Em caso de insurreição, o ditador pode usar suas forças armadas para reprimir os rebeldes. Esse é o caso de diversas nações centro-africanas e asiáticas.

Nas democracias cercadas de ditaduras, a tendência é o desenvolvimento de um forte exército voltado para defesa de território e dissuasão dos inimigos. Para garantir a integridade territorial, esse tipo de país precisa investir pesadamente no exército de modo a manter uma constante superioridade militar sobre os vizinhos. O expoente mais claro dessa estratégia é o Estado de Israel.

Há também o caso das democracias com atuação e influência global, como os Estados Unidos. São investidas grandes somas na

construção de um poder a nível mundial que possa apoiar os interesses estratégicos do País. Como sabemos, as forças armadas norte americanas têm desempenhado diversas funções de proteção dos cidadãos, bens e interesses dos EUA no mundo.

Por fim, existem os casos das democracias em regiões pacíficas. Dentre as milhares de guerras registradas pela história, nunca houve, até o momento, uma única guerra travada entre duas democracias. Por diversas vezes um campo de batalha assistiu o embate de forças ditatoriais contra outras forças ditatoriais ou de forças democráticas contra forças ditatoriais. No entanto, entre duas democracias ainda não houve. Esse intrigante fenômeno, identificado pelos cientistas políticos, foi apelidado de paz democrática. Para os países que se encontram nesta situação, o exército não pode passar de instituição simbólica e deve ser usado exclusivamente para fins humanitários. Suíça e Noruega são exemplos desse tipo de sistema.

O mesmo deveria ocorrer no caso do Brasil. Excetuando-se as forças expedicionárias, nossa última guerra, a do Paraguai, ocorreu mais de 140 anos atrás, quando nos aliamos à Argentina e Uruguai para combater uma nação dezenas de vezes menor. Desde aquela época, o exército brasileiro nunca mais se viu numa situação em que o território estivesse realmente ameaçado. Mesmo com um pequeno exército, o risco de o Brasil ser invadido pelos vizinhos é desprezível.

Acreditamos que o exército brasileiro deve ser mantido no menor tamanho possível, de modo que o custo total seja baixo e os recursos possam ser concentrados no que realmente importa: vigiar as fronteiras. Para essa função, o ideal é ter cada vez menos gente e cada vez mais tecnologia de vigilância. Atualmente as forças armadas brasileiras consomem cerca de 65 bilhões de reais por ano e empregam quase quatrocentos mil homens. É preciso reduzir bastante o tamanho e o contingente das forças armadas e eliminar equipamentos caros como tanques, aviões de combate e navios pesados. Com essas mudanças será possível investir mais em tecnologia de comunicação, comprar equipamentos de vigilância, veículos e embarcações leves e pagar melhor os profissionais remanescentes. Mesmo assim, ainda será possível economizar recursos dos cofres públicos.

Propostas para as forças armadas: Reduzir fortemente o contingente.
Concentrar recursos em vigilância eletrônica de fronteiras

Insegurança pública

Crime e violência são elementos que fazem parte de toda e qualquer sociedade humana. No entanto, a intensidade do crime e da violência varia de país a país. Em uma ponta desse espectro encontram-se lugares como Finlândia e Canadá, onde os crimes são raros e a população leva uma vida relativamente despreocupada.

No caso do Brasil, como sabemos, ocorre o exato oposto. Bandidos perigosos lideram rebeliões de dentro das cadeias, guerras entre quadrilhas paralisam metrópoles inteiras, marginais queimam ônibus públicos com pessoas dentro, criminosos roubam e matam às vezes apenas pelo prazer de fazê-lo. Atualmente, o Brasil é palco de cenas cuja crueldade só se via nas telas de filmes de terror.

Se o excesso de Estado é o maior problema econômico do Brasil, o maior problema social certamente é a impunidade. Nenhum fator se compara à Impunidade na hora de se entender as razões por trás da violência, criminalidade e corrupção que reinam hoje no país.

Existem pensadores que atribuem a violência do Brasil à desigualdade social. Segundo eles, estamos entre os campeões mundiais em estupros e assassinatos porque uns são muito mais ricos que os outros. Essa explicação desmorona à luz dos fatos. A Índia, assim como o Brasil, tem miseráveis e bilionários. No entanto, lá o índice de criminalidade é baixo. A média anual de assassinatos na Índia é de apenas 3 por 100 mil, enquanto o índice brasileiro é de 27 assassinatos por 100 mil habitantes, ou seja 9 vezes maior. Nos Estados Unidos, as últimas décadas viram um aumento da concentração de renda e ao mesmo tempo, um forte declínio da criminalidade. Algumas teorias propostas por conservadores também caíram em descrédito. É o caso da ideia de que a desintegração da família e valores tradicionais traria consigo uma onda de crimes. A proporção de jovens criados somente por um dos pais é cada vez maior nos países ricos, eles jogam cada vez mais videogames violentos, mas a criminalidade continua caindo nessas regiões. Em 2012, por exemplo, houve somente 69 assaltos armados na Inglaterra, contra quinhentos em 1990. Naquele ano, cerca de 147 mil veículos foram roubados em Nova Iorque. Em 2012 foram menos de dez mil. São apenas alguns exemplos de uma tendência que se propaga por todo lado.



Tampouco a ignorância e o desemprego constituem fatores convincentes para a criminalidade. Estudos da Universidade de São Paulo mostram que, apesar dos jovens brasileiros terem muito mais acesso à escola e ao emprego, a criminalidade só aumentou. Entre 1960 e 2002, a taxa de analfabetismo entre os criminosos caiu de 17% para 1,5%. Apesar dessa melhoria educacional, a criminalidade explodiu nesse período. Em relação ao nível de emprego o mesmo fenômeno intrigante ocorreu. Em 1960 apenas 9% dos delinquentes estavam empregados. Já em 2002 esse índice subiu para 30%. Ou seja, a criminalidade vem aumentando mesmo dentro da população com emprego e educação. Nos Estados Unidos, entre 2008 e 2011, segundo dados do FBI, mesmo com o desemprego dobrando para 9,6%, a quantidade de crimes violentos caiu de 1,4 para 1,2 milhões.

Na verdade não existe uma razão única para a redução do crime no primeiro mundo e sim uma junção de fatores demográficos e de políticas públicas. Em primeiro lugar, as sociedades ricas estão envelhecendo, enquanto a maioria dos crimes são cometidos por homens jovens. Mas o fator mais influente pode ter sido o policiamento, que melhorou dramaticamente nas últimas décadas, especialmente nas grandes cidades. Sistemas computadorizados para mapear as áreas mais propensas ao crime são um fator importante. Dispositivos para imobilizar carros à distância reduziram as perseguições. Dinheiro marcado e vidros blindados reduziram a quase zero os assaltos a bancos. Bancos de dados de DNA aumentaram exponencialmente a chance dos criminosos serem pegos.

Ao mesmo tempo, o ganho esperado pelo roubo caiu pois os dispositivos de segurança são cada vez mais baratos. Mesmo pequenas lojas já investem em circuitos internos de câmeras e outros dispositivos. Os crimes começaram a parecer cada vez mais arriscados. Isso é muito importante pois, como toda pesquisa criminal mostra, a maior barreira para alguém ser bandido é o medo de ser pego.

É interessante notar que o foco precisa ser o aumento da chance de captura, não necessariamente o aumento da dureza das penas. Holanda e Alemanha, por exemplo vêm reduzindo sua população carcerária, ao mesmo tempo em que aumentam a chance de captura dos bandidos e reduzem a taxa geral de crime. É muito mais importante ter um sistema em que as penas são moderadas e a chance de captura é alta do que o contrário. Criminosos não se deixam intimidar se um país prevê duríssimas penas em teoria mas onde ninguém efetivamente vai para a cadeia.

Estabelecer a certeza da punição é uma tarefa fundamental para se combater a criminalidade e a corrupção. O caso de Hong Kong é emblemático. Essa antiga colônia britânica sofria de notória corrupção até o final dos anos 70. Como as ramificações dos desvios de dinheiro iam longe na hierarquia governamental, parecia que a situação era incorrigível, uma vez que até o judiciário estava contaminado. Para resolver o problema, foi criada uma comissão especial de combate à corrupção. Ligada diretamente à coroa britânica, essa comissão gozava da independência necessária para investigar e punir os criminosos.

Com as primeiras punições exemplares, tornou-se evidente que o reinado da impunidade tinha chegado ao fim. Mais investigações levaram a mais punições e, pouco a pouco, começou a haver uma limpeza na condução pública de Hong Kong. Com o tempo e o fim da impunidade, começou-se a criar uma cultura de honestidade nesse território e, hoje em dia, Hong Kong é uma cidade reconhecida pela Transparência Internacional (TI) como um dos lugares menos corruptos do mundo para se fazer negócios. A lição de Hong Kong nos ensina que, em um ambiente corrupto, não adianta nada fazer campanhas de conscientização e educação enquanto houver impunidade. No caso de um país corrupto e violento, a punição dos criminosos é sempre a primeira etapa a ser perseguida.

Claro que é possível implementar outras iniciativas em paralelo, desde que se entenda que a impunidade é o alvo principal. Existe um componente moral em cada sociedade, que empurra as pessoas, desde que haja o incentivo apropriado, para longe da corrupção. Uma criativa iniciativa indiana pode ser apontada como exemplo nesse sentido. Uma organização chamada Quinto Pilar desenvolveu uma nota de zero rupias. É uma nota praticamente idêntica ao dinheiro oficial do país, com a foto do estadista Mahatma Gandhi, mas com valor de zero impresso na frente. Obviamente que o papel não tem nenhum valor legal. Os cidadãos são encorajados a guardar essas notas e, a cada vez que um oficial lhes pedir propina, entregá-la a eles como forma de negar educadamente contribuir com a corrupção do país. Pelos relatos da organização, aparentemente a ideia tomou corpo e o projeto existe a quatro anos na Índia. Um oficial do distrito de Tamil Nadu, por exemplo, ficou tão estarrecido ao receber uma nota de zero rúpias que alegadamente devolveu todas as propinas que ele havia extorquido de um vilarejo em troca de prover eletricidade.

O grande problema no Brasil é que, em virtude de uma série de distorções e ineficiências, o risco de punição é baixo. A chance de alguém ser capturado por um crime é bastante reduzida. Mesmo se

for capturado, a chance de ir a julgamento é pequena e, mesmo em caso de condenação, não ficará na cadeia por muito tempo. Na primeira fuga ou cumprimento de parte da pena o criminoso já estará de volta às ruas. O resultado disso é que, ao calcular suas chances de prisão de castigo e recompensa, a decisão fica amplamente favorável ao bandido cometer o crime.

Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, existem quinhentas mil pessoas procuradas pela justiça que encontram-se em liberdade, por falta de capacidade da polícia. Para cada caso de indiciamento de suspeito de homicídio, existem em média outros onze casos em que ninguém vai preso. Quase metade das vítimas de roubo desiste de realizar boletim de ocorrência por temer ou desacreditar da própria polícia. Por fim, apesar da corrupção ser uma praga que arrasta o Brasil para baixo e desvia meio trilhão de reais por ano, existiam em 2012 apenas 697 pessoas no país todo presas por corrupção, apenas 0,12% do total.

É preciso consertar as três pernas do sistema de punição brasileiro, polícia, judiciário e cadeias, para se inibir verdadeiramente o crime. A primeira delas é a polícia. Então, vejamos!

Polícia

Cuidar da polícia é uma atividade governamental por natureza. Não existe nenhuma fórmula adequada para passar essa função ao setor privado. Em uma situação ideal, a polícia funciona bem, e os cidadãos sentem-se seguros. No entanto, como sabemos, a realidade brasileira é bem diferente. A polícia está dividida em diversos departamentos rivais, como polícia civil, polícia militar, polícia federal, polícia rodoviária, bombeiros, cada uma com seu território estadual, federal, ou municipal. Existe muito pouca cooperação. Com salários baixos, pouco treinamento e poucos recursos tecnológicos, a polícia acaba ficando para trás e falhando em seu dever de proteger a população. Problemas de corrupção e de violência policial também não devem ser ignorados.

O resultado é o vácuo de segurança pública e a sensação de pavor diário que assola a maioria da população. Sem alternativa, a população mais pobre convive diariamente com o crime, às vezes com mais medo da polícia do que dos bandidos. Segundo o sociólogo Cláudio Beato, menos de quinze por cento dos homicídios são esclarecidos. A polícia carioca mata 6,98 pessoas por 100.000 habitantes. A de São Paulo mata 1,07 enquanto nos Estados Unidos esse índice é de apenas 0,12 pessoas por 100.000 habitantes, o que torna a polícia paulista dez vezes mais violenta e a carioca setenta vezes mais violenta que a norte-americana. O assassinato de policiais, por parte dos bandidos, espanta igualmente pela gravidade. Com uma média de 250 agentes mortos por ano, o Brasil é um dos locais mais perigosos do mundo para se exercer essa profissão. Na França, por exemplo, mata-se somente seis policiais por ano, quarenta vezes menos.

No Estado de Minas Gerais, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, menos de 30% das vítimas de roubo prestam queixa formal. O restante simplesmente fica em silêncio, com medo e desconfiança. Mesmo quando se sabe quem foi o autor de um crime, muitas vezes a polícia não consegue efetuar a prisão. Estima-se que mais de meio milhão de pessoas com mandado de prisão expedido se encontra em liberdade por falta de capacidade da polícia em efetuar prisões. Enquanto essa massa de traficantes, assaltantes e assassinos circula pela rua, os ricos se fecham em *bunkers* privados e contratam uma legião de seguranças particulares. Segundo dados da Polícia Federal, existem hoje no Brasil cerca de 1,2 milhão de seguranças particulares. Se contarmos o número estimado de

seguranças sem registro legal, esse número ultrapassa dois milhões de pessoas. Isso significa quase quatro vezes mais do que os cerca de meio milhão de policiais civis e militares na ativa.

Pode ser difícil solucionar a questão de segurança pública, mas algumas medidas eficazes podem ser tomadas. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer a importância da polícia e realizar o devido investimento nela. Os contingentes devem ser ajustados à demanda de cada lugar, os equipamentos devem ser modernizados e deve-se investir pesadamente em treinamento, inteligência e intercâmbio com outros países. É preciso melhorar as condições de trabalho para os policiais e a atratividade da carreira. Hoje em dia, os salários costumam ser tão baixos, chegando-se a estimar que 90% dos soldados adotem a prática de ter um segundo emprego, algo não permitido por lei. Trabalhando demais, ganhando pouco e correndo risco de vida diariamente, os policiais são a categoria profissional com maior nível de estresse no Brasil, segundo o *Internacional Stress Management*. Para aumentar a competitividade, os salários dos policiais precisam aumentar consideravelmente.

Modificar a jornada de trabalho seria uma boa ideia. Hoje os policiais fazem turnos de 12 a 24 horas seguidas, folgando de 36 a 72 horas. Isso abre espaço para os empregos paralelos. O ideal seria encurtar esses intervalos e reajustar os salários para níveis condizentes com a importância do trabalho.

Também é importante valorizar os profissionais honestos para remover parte da vergonha e estigma das instituições de segurança. Premiar os policiais de destaque e valorizá-los publicamente é um grande passo para aumentar a atratividade da carreira. Pouca gente sonha com um emprego que as demais pessoas encaram com nojo, o que acontece com frequência hoje em dia.

Por fim, é preciso unificar todas as polícias atuais em apenas três grupos: a polícia federal, a polícia municipal e a corregedoria. Essa unificação tem como objetivo otimizar o uso dos recursos, evitando a rivalidade e facilitando a troca de informações. Hoje em dia, as polícias militar, civil e o ministério público não compartilham seus bancos de dados.

A polícia federal terá como função cuidar dos grandes casos, que envolvam assuntos internacionais ou que exijam recursos policiais além da capacidade das polícias locais. Nesse caso, a polícia municipal sempre pode requerer a ajuda de seus colegas e receber reforços. A polícia federal também deve ser acionada nos casos de

crimes cometidos por quadrilhas, tendo como amplitude um conjunto de municípios.

A polícia municipal será responsável pela solução da maioria dos crimes. Ela é a mais indicada para atuar nas ocorrências do dia-a-dia porque é a que melhor conhece sua região e comunidade. Idealmente, o grosso das forças policiais do país deve estar atrelado diretamente ao município e trabalhar fortemente nos campos da informação e prevenção do crime.

A corregedoria será uma unidade policial independente destinada exclusivamente a investigar acusações contra outros membros da polícia. Esse braço da polícia é extremamente importante para evitar crimes como abusos de autoridade e extorsão, muito comuns atualmente. A carreira na corregedoria deve ser independente dos demais departamentos. Hoje existem diversos casos de policiais que são transferidos de volta para unidades comuns e forçados a trabalhar com profissionais que já investigaram por corrupção. Nesse cenário, a isenção necessária para esse tipo de trabalho dá lugar ao corporativismo. Segundo estudo dos pesquisadores Sandro Cabral e Sergio Lazzarini, nos casos de homicídio perpetrado por policiais militares, em somente 21% dos casos o policial é expulso da corporação. Dos 118 delegados de classe especial de São Paulo, 14 estão sob investigação, a maioria das vezes realizadas pelos próprios colegas. É fácil entender as razões por trás de tão baixo índice de punição quando colegas investigam colegas. Criar uma corregedoria absolutamente independente é fundamental.

São inúmeras as ações que podem ser tomadas para aumentar a qualidade e a eficiência da polícia. Construir uma polícia que respeite os direitos fundamentais dos cidadãos e, ao mesmo tempo, conseguir realmente investigar e prender é o primeiro passo para se acabar com o reinado da impunidade que se instalou no Brasil. O segundo passo é julgar, como veremos a seguir.

Propostas para a polícia: Unificar todas as polícias em três grupos: municipal, federal e corregedoria. Aumentar os salários dos profissionais, alterar a jornada de trabalho para que se assemelhe à jornada comum e realizar campanha de valorização dos bons policiais

Judiciário criminal

De nada adianta uma excelente força policial sem a existência de um sistema judiciário eficiente. Depois que a polícia fez sua parte, é preciso que o judiciário criminal também faça a sua. Se isso não ocorrer, a polícia se sentirá desmotivada, pois todo seu trabalho irá por água abaixo, e o criminoso voltará às ruas.

Infelizmente hoje, mesmo nos casos em que a polícia junta provas conclusivas a respeito de um crime, os processos ficam entalados nos corredores das centenas de fóruns brasileiros. Calcula-se que existam no país mais de 35 milhões de processos aguardando julgamento. Isso equivale a um prazo médio de sete anos para que uma sentença chegue ao final. A lentidão do julgamento só reforça a sensação de impunidade.

Além da demora, existe outro grave problema no sistema judiciário: a frouxidão da lei penal. A lei brasileira prevê uma quantidade tão impressionante de atenuantes e brechas que é difícil crer que ela foi criada para punir os criminosos. O Brasil possui uma bizarra lei que permite aos presos sair da cadeia em certas datas especiais, o chamado indulto. Liberados para visitar a família em certas datas especiais, até 30% dos presos não voltam, fazendo cair ainda mais a taxa de permanência na cadeia. Além do indulto, existe o sistema de progressão de pena, oferecido aos chamados réus primários. Atualmente, quem cumprir apenas um sexto da pena já pode ser admitido em regime aberto. Assim, assassinos condenados a vinte anos de prisão muitas vezes são colocados em liberdade depois de três a quatro anos, frequentemente voltando a matar.

Por fim, a questão da maioria penal é assunto polêmico que vem sendo debatido. Hoje em dia, indivíduos com menos de 18 anos não podem ir para a cadeia, sendo levados a uma unidade da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). Lá, eles permanecem por um prazo máximo de 3 anos. Hoje em dia, assassinos e estupradores de 17 anos acabam indo para essa entidade e são colocados na rua novamente aos 20 anos de idade. Para piorar, recentemente, o STJ determinou que menores de idade só podem ser internados se forem pegos três vezes seguidas cometendo um delito. Não há dúvida de que a decisão levará a um aumento imediato do número de jovens envolvidos com o tráfico. Para os chefões do crime, a mão de obra adolescente, parecera ainda mais vantajosa: "os menores são o principal canal de venda de drogas: são fáceis, baratos e, agora,

impunes" afirmou o procurador de justiça de São Paulo, Marcio Sergio Christino.

Muita gente defende a redução da maioridade penal para 16, 14 ou até 12 anos. Acreditamos que 16 anos é a idade ideal para um jovem começar a responder criminalmente por seus atos. Nesse momento, ele já está próximo ao ápice da força física e tem discernimento para distinguir o certo e o errado. Se o jovem de 16 anos é considerado apto para votar pelo governo, ele certamente deve ser considerado responsável pelos crimes que eventualmente cometer.

Existem duas ações principais a respeito do sistema judiciário criminal. Em primeiro lugar, é preciso rever o código penal, estabelecendo prazos mais longos para revisão da pena e extinguindo os indultos. É preciso garantir que as penas sejam cumpridas e que elas tenham relação de proporcionalidade com os crimes cometidos. Devolver às ruas um bandido é não apenas um perigo à sociedade, mas também confissão de falência por parte do sistema e confirmação da impunidade.

No caso das penas com aplicação de multa em dinheiro, a questão da proporcionalidade também deve ser levada em conta. Peguemos, por exemplo, uma multa por excesso de velocidade. Se o condutor do veículo for um cidadão de classe média, tal multa provavelmente representará uma real punição e prejudicará o orçamento familiar. No entanto, se o condutor estiver entre as pessoas mais ricas do País, a multa será insignificante, incapaz de cumprir sua premissa moral de representar real punição. Para os muito ricos, frequentemente as multas de trânsito representam meras taxas insignificantes, não levando a um modo de dirigir responsável. É preciso seguir o exemplo pioneiro de países como a Finlândia, onde as multas pecuniárias (em dinheiro) são sempre proporcionais à renda. Recentemente, um milionário finlandês recebeu uma multa por excesso de velocidade de valor acima de trezentos mil dólares – tratava-se de um dos homens mais ricos do país. Multas proporcionais à renda garantem o conceito de real punição para infrações. Caso entenda-se que tal cálculo seja muito complexo, pode-se pelo menos atrelar o valor da multa ao preço do automóvel em questão. Isso seria simples de implantar e constituiria a necessária proporcionalidade entre infração e punição.

Em segundo lugar, conforme afirmado anteriormente a respeito do judiciário, em geral, é preciso informatizar os tribunais e terceirizar as tarefas burocráticas, de modo a acelerar a velocidade dos processos. Isso é especialmente importante no sistema atual brasileiro, em que grande parte dos acusados responde ao processo

em liberdade. Um sistema que leva dez anos para finalmente colocar um corrupto na cadeia, por exemplo, é um sistema indigno de qualquer crédito.

Propostas para a legislação penal: Restringir os regimes de progressão de pena. Eliminar os indultos. Contornar a questão da maioridade penal, fazendo com que criminosos perigosos fiquem presos por um longo período, independentemente da idade. Estabelecer multas proporcionais à renda.

Cadeias

Quando finalmente o crime é julgado em definitivo pelo sistema judiciário e o bandido é condenado, ele deve seguir para a cadeia. Em tese, as funções do sistema prisional são primordialmente proteger a sociedade contra indivíduos perigosos e dissuadir potenciais marginais de praticar o crime. Se a estadia na cadeia contribuir para a reabilitação de criminosos, tanto melhor. No entanto, essa função do sistema não deve estar subordinada às duas anteriores. Infelizmente, hoje as cadeias brasileiras não cumprem nenhuma dessas funções.

Em primeiro lugar, por causa de fugas e de rebeliões frequentes, a chance de alguém permanecer na cadeia é bastante baixa. Como vimos, a lei permite inclusive aos presos sair da cadeia em certas datas especiais, o chamado indulto. Caso a família do preso viva em outra cidade, o Estado é obrigado a arcar com os custos de viagem. Ou seja, enquanto cidadãos honestos, mas pobres, têm de passar o Natal longe da família, assassinos cruéis obtêm esse privilégio de graça. Como grande parte dos presos que recebem permissão para sair não voltam, cai ainda mais a taxa de permanência na cadeia.

O auxílio-reclusão, apelidado de “bolsa-bandido”, é outra aberração brasileira. Atualmente mais de quarenta mil presos recebem esse benefício, um aumento de 550% na última década. A média dos pagamentos é de 730 reais em 2013, acima do salário mínimo, de 678 reais. Ou seja, existe no Brasil um benefício específico para as famílias dos bandidos, mas não existe benefício para as famílias das vítimas. Como todo dinheiro vem sempre dos pagadores de impostos, em certo sentido o Estado brasileiro obriga a família de uma vítima assassinada a sustentar a família do assassino.

Além disso, ao contrário de reabilitar o criminoso para que tenha condições de voltar à vida normal, as cadeias se transformaram em verdadeiras universidades do crime, onde cada criminoso aprende uma série de outras “especialidades” com os demais, geralmente aumentando seu grau de periculosidade. Recentemente, os pesquisadores Keith Chen, da Universidade de Yale, e Jesse Shapiro, da universidade de Chicago, fizeram um estudo comparando presidiários com perfil semelhante que estiveram presos em cadeias diferentes. Realmente, eles observaram que os prisioneiros que estiveram em cadeias piores têm chance 15% maior de cometerem

novos crimes do que aqueles presos em cadeias com condições de vida mais humanas.

Sujas e lotadas, as cadeias são foco de proliferação de doenças e oferecem condições de vida subumanas aos que nela residem. A falta de controle sobre os presos e as regras relaxadas permite que os grandes criminosos, mesmo de dentro da cadeia, continuem a comandar as operações de crime do lado de fora. Por fim, temos o paradoxo de um sistema ao mesmo tempo frouxo em termos de segurança e desumano em termos de condições de vida. Tudo isso gastando mais de R\$ 18 mil anuais por preso, seis vezes mais do que o custo de educar um estudante de Direito⁴ em universidade pública.

O primeiro passo a ser dado para solucionar o problema é aumentar drasticamente a capacidade do sistema presidiário. Existe um mito no Brasil de que há gente demais presa por delitos leves, o que estaria causando a aparente lotação nas cadeias. Nada mais distante da realidade. Existem hoje cerca de 400.000 presos no Brasil, para um sistema com capacidade oficial de apenas 250.000 vagas. Desse número, a Secretaria Nacional de Segurança Pública estima que existam pouco mais de 5.000 presos por delitos leves, os quais poderiam estar em regime semi-aberto. Ao mesmo tempo, existe mais de meio milhão de pessoas que já tem o mandado de prisão expedido, mas que ainda estão em liberdade. Ou seja, para cada presidiário que poderia estar fora da cadeia, existem cem outras pessoas que deveriam estar dentro dela. Se a polícia conseguisse prender toda essa gente, a população carcerária do Brasil quase triplicaria. Existe um alto custo de se manter alguém na cadeia. No entanto, a punição é a melhor e mais rápida forma de se combater o crime, e o custo adicional das prisões é muitas vezes menor do que os estragos causados por meio milhão de bandidos soltos pelo país.



Além do aumento da capacidade prisional, melhorar a segurança e a eficiência das cadeias também é essencial. Isso só pode ser feito pela iniciativa privada. Como tem sido afirmado ao longo deste livro, deve-se sempre dar preferência à iniciativa privada na realização das atividades que hoje são realizadas pelo Estado. Com as cadeias, não precisa ser diferente. Essas deveriam ser privatizadas, sendo que o Estado continuaria com a responsabilidade de bancar o sistema e fiscalizar as cadeias. Deve ser criada uma agência reguladora, a exemplo da Anatel, especificamente voltada para controlar as atividades dos presídios. É preciso estabelecer metas claras, como taxa de fuga dos presos, limpeza, manutenção predial, índice de

reclamação de abusos de presos e outras, e fechar contratos para que empresas assumam o controle sobre os presídios.

O modelo ideal seria um sistema em que o Estado paga um valor pré-determinado por preso, dependendo do grau de periculosidade à sociedade. Líderes de gangue e presos com grande influência política, por exemplo, teriam um preço compatível com a estrutura exigida para mantê-los na cadeia. Na outra ponta, criminosos leves gerariam um valor menor para as empresas responsáveis pela segurança. Esses valores deveriam ser condicionados a alguns indicadores de desempenho. As cadeias devem, por exemplo, estar sempre limpas e oferecer condições decentes de vida, e o percentual de fuga deve ficar abaixo de uma meta estipulada. As empresas que mantiverem esses padrões receberiam o valor integral devido, enquanto erros deveriam trazer punições financeiras.

As empresas seriam muito mais eficientes do que o Estado na administração das prisões assim como o são em qualquer outro setor. A meritocracia, a concorrência e a menor tendência à corrupção (explicadas anteriormente) fariam nascer um número de empresas que atuariam no setor de prisões, sempre interessadas em manter um número maior de presos, para aumentar sua receita e ao mesmo tempo em atender a legislação, para não sofrer com as multas que seriam impostas quando ocorressem falhas.

Presídio privatizado não é fato inédito no mundo. Hoje em dia, países como França e Estados Unidos já praticam amplamente a privatização de parte das tarefas dos presídios, como a limpeza e manutenção. Em alguns casos, já se experimentou com sucesso a privatização completa de presídios. Um desses casos é a empresa *Correctional Corporation of America* (CCA), localizada no estado do Mississippi, que administra presídios e cobra um valor mensal do Estado. Uma das maiores prisões dos Estados Unidos, tal unidade possui ar condicionado, é menos lotada e possui muitas atividades esportivas para os presos. Prisioneiros que passaram pela CCA e pelo sistema público notoriamente preferem a primeira alternativa. Segundo os diretores da CCA, o foco nos esportes tem uma razão muito distante da vontade de criar um resort voltado à diversão. Robert Adams, diretor da CCA, afirma que “nossa estratégia é deixá-los cansados com os esportes, de modo que eles terminem o dia exaustos e durmam como bebês”. Além de oferecer infra-estrutura muito mais digna e ter baixo índice de fugas e rebeliões, o custo por preso cobrado pela CCA é 15% menor do que o valor gasto pelo governo americano com o sistema público, segundo Tony Grade, vice presidente da CCA.

Um aspecto importante a ser ressaltado é o trabalho na prisão. Hoje em dia, os presos passam seu tempo de cadeia no ócio. O tempo livre é preenchido com temas como brigas, rebeliões e fugas. Quando o preso finalmente sai, ele estará desacostumado ao trabalho e sem nenhuma reserva financeira. Isso incentiva ainda mais o retorno ao crime.

Os presos deveriam trabalhar sempre, de preferência aprendendo algum ofício técnico durante o cumprimento da pena. Isso pode ocorrer se a empresa administradora da cadeia terceirizar mão-de-obra para alguma indústria local que precise dela. Nesse caso, seriam montadas linhas de produção dentro do próprio presídio, onde os criminosos poderiam realizar tarefas industriais. Dos 84 mil prisioneiros da Grã-Bretanha, atualmente já existem dez mil empregados na indústria. O governo pretende dobrar isso nos próximos anos. Segundo estudos do ministério da justiça britânico, o fator mais importante que impacta na reincidência de crimes é se o ex-detento consegue ou não obter trabalho. Entre os que não arrumam emprego, 75% acabam condenados novamente após um ano. Entre os que conseguem emprego, somente quarenta por cento voltam a cometer crimes. Acreditamos que a renda obtida com esse trabalho deveria ser dividida em duas partes iguais. Metade iria para a empresa administradora da prisão. Isso tornará mais atraente esse tipo de atividade e teria como efeito reduzir um pouco o valor que o Estado terá de pagar às empresas para administrarem os presídios.

A segunda metade seria depositada em uma conta bancária do próprio preso, a ser sacada no momento da saída da cadeia. O fato de o preso ter trabalhado e juntado alguma economia terá grande valor no futuro e reduzirá as chances de ele voltar à criminalidade. Para muitos cidadãos honestos, gastar dinheiro educando presos pode soar como um desperdício que deve ser deixado de lado frente às demais necessidades de investimento. No entanto, tais pessoas devem se lembrar do fato de que 95% dos presos eventualmente voltam às ruas algum dia. Você prefere que o ex-presidiário na casa vizinha tenha poupança e qualificação profissional ou que ele esteja desempregado e sem perspectivas?

Outra vantagem oriunda da privatização dos presídios é a melhoria no aproveitamento dos presídios. Atualmente, como cada unidade federal paga os custos das prisões em seu território, praticamente não existem criminosos presos fora da sua região de origem. Isso ocorre porque nenhuma unidade federal aceitaria receber presos de fora e ainda arcar com o alto custo. O resultado disso é que existem áreas com superlotação enquanto outras têm capacidade ociosa. Com a privatização, não importa onde o preso será mantido, pois

quem pagará o custo é o município onde ele foi capturado. Um criminoso preso em Recife pode perfeitamente ser enviado ao presídio de Salvador, por exemplo, pois a prefeitura de Recife que será responsável por pagar as taxas cobradas pela empresa de presídios de Salvador. Um sistema de concorrência surgirá, em que diversas empresas espalhadas pelo país competirão pelos prisioneiros gerados em cada cidade, oferecendo condições compatíveis com a regulamentação da agência reguladora e cobrando custos cada vez menores. Nesse cenário, a população carcerária ficará distribuída onde os custos forem menores e onde houver mais vagas, aumentando a taxa de utilização, a eficiência e reduzindo a superlotação.

Por fim, não devemos nos esquecer que manter um preso na cadeia é inevitavelmente custoso ao país. É preciso rever as penas para crimes leves, tornando-as mais curtas e, sempre que possível, substituindo-as por serviços à comunidade.

Propostas para as cadeias: Privatizar todas as cadeias atuais, sendo que o Estado paga um valor por preso à empresa proprietária. Licitar imediatamente mais 400.000 vagas. Criar uma agência para fiscalizar e regular os presídios. Implantar um sistema de trabalho remunerado na prisão, em que os presos recebem 50% do salário e a empresa proprietária da cadeia recebe outros 50%. Aplicar penas alternativas para crimes leves

Se quiser comprar, compre

A questão das drogas

A questão das drogas sempre foi um assunto polêmico, em que paixões e dados empíricos contraditórios vêm dividindo defensores e opositores da liberação. No entanto, é um tema importante a se resolver, uma vez que tem profundo impacto na forma como o governo intervém na sociedade, na natureza do crime e na estrutura policial.

Em primeiro lugar, é discutível se um governo pode impedir alguém de conscientemente fazer mal a si mesmo. É claro que as drogas pesadas causam grandes danos à saúde, mas se uma pessoa decide, por livre e espontânea vontade, se tornar consumidora, isso não é um assunto que diz respeito ao poder público. Carnes gordurosas também fazem mal à saúde, mas ninguém concordaria em ter um policial dentro de cada churrascaria fiscalizando o que cada um está comendo e levando à cadeia quem engolir um bife gorduroso demais. Obviamente que isso é um exemplo extremo, uma vez que drogas fazem muito mais mal do que gordura e em grande parte dos casos leva à alteração de consciência. Mas o princípio fundamental é o mesmo. Enquanto um consumidor de drogas estiver usando essas substâncias sem importunar os outros, isso não é assunto para o governo.

Hoje em dia, um cidadão honesto que eventualmente for pego consumindo cocaína será enviado à prisão, à custa do Estado, onde além de continuar a consumir drogas, ainda aprenderá outras especializações criminosas. Segundo o *Center for Disease Control* (CDC), no final dos anos setenta, cerca de dez por cento dos presos americanos iam para cadeia devido a ofensas não violentas ligadas ao comércio de drogas. Lá, além de custar caro ao Estado, eles invariavelmente entravam em contato com novas e mais perigosas modalidades criminais. Vinte anos e bilhões de dólares depois, a porcentagem de americanos usuários de cocaína se manteve estável, enquanto a população carcerária dos Estados Unidos explodiu. Mais de um quarto dos prisioneiros estão atrás das grades devido a ofensas não violentas ligadas às drogas, mais de meio milhão de pessoas, custeadas pelo governo e se especializando em novas modalidades criminosas.

Apesar dos efeitos nefastos de substâncias como cocaína e *crack*, as drogas funcionam como qualquer outro produto: são determinadas pelas leis de oferta e procura. A rigor, um usuário de drogas não passa de um consumidor, disposto a pagar por tal produto. Da mesma forma, um

traficante é nada menos do que um fornecedor, disposto a entregar produto em troca de pagamento. Hoje o governo se coloca entre os dois, tentando impedir um de comprar e o outro de vender, uma posição inevitavelmente incômoda e ineficiente. No entanto, se não houvesse proibição, provavelmente teríamos no mercado grandes empresas oferecendo essas substâncias a baixo custo para aqueles que desejassem comprar.

Nesse caso, seriam observadas as mesmas características de outro mercado similar, como o de cigarros: grandes empresas oferecendo produtos cada vez “melhores” a baixo custo. A vigilância sanitária faria inspeções regulares às instalações produtoras de drogas e faria força para que a formulação dos produtos seja bolada de modo que cause o mínimo dano possível à saúde. Não seria impossível que os rótulos de um produto da Philip Morris, por exemplo, venha com os dizeres “30% menos alucinógeno”. Em tempo: grande parte dos danos à saúde causados hoje pelas drogas vem da mistura das substâncias puras com produtos de aparência similar, incluídos apenas para baratear o produto final, como o caso da cocaína misturada a pó de mármore. Paradoxalmente, a liberação das drogas tornaria os narcóticos menos ofensivos à saúde humana.

A realidade é que, após décadas de guerra às drogas, o resultado tem sido um fracasso retumbante: o consumo de drogas na maior parte dos lugares não caiu. A proibição levou a danos maciços, através do crescimento do crime organizado, da morte desnecessária de viciados, expostos a drogas adulteradas e do encarceramento em massa de jovens, especialmente os pobres. Hoje a quase totalidade dos narcóticos é proibida, sendo que a mera posse ou o consumo de pequenas quantidades é crime punível com cadeia. O risco de ser pego e o custo de se manter complexas cadeias de suprimentos para abastecer o mercado levam a um preço dezenas de vezes maior do que seria sem a proibição. No Relatório Mundial das Drogas 2011, da ONU, estima-se que o preço do grama de cocaína varia conforme o grau de repressão governamental. No Brasil, onde a polícia é menos eficiente, fala-se em 12 dólares por grama de cocaína, em média. Na Inglaterra o preço sobe cinco vezes, para 62 dólares. Já nos Estados Unidos, onde a política de repressão às drogas é uma das mais severas do Mundo, o preço do grama de cocaína é de 120 dólares, segundo esse relatório. Apesar dos efeitos da repressão sobre o consumo serem discutíveis, uma coisa é inquestionável: quanto mais se combate as drogas, mais atraente seu comércio fica para os traficantes. A 12 dólares por grama, se um brasileiro vender apenas um punhado de cocaína por mês, ele terá renda superior à de um engenheiro recém formado. Nos Estados Unidos, com o preço dez vezes maior, vender droga tem uma atração econômica irresistível.

Quando se multiplica esse alto preço pelo volume de drogas consumido no país, chega-se a uma receita gigantesca auferida pelos fornecedores de narcóticos. Essa massa de dinheiro ilegal financia a formação de complexas redes do crime, compra de armas pesadas que rivalizam com as do exército e a corrupção de agentes policiais, penitenciários e políticos.

A proibição das drogas ofereceu aos bandidos a maior e mais rentável atividade criminosa com a qual poderiam sonhar. Nenhuma outra se compara. Sequestros, assaltos a banco, delitos de rua, todas essas atividades dos bandidos são configuradas em complexidade e escalas ínfimas perto da enormidade que é o tráfico de drogas. É possível comparar o Wal-Mart com a mercearia da esquina? Tampouco é possível comparar o tráfico de drogas com as demais atividades criminosas. A Polícia Federal estima que o crime organizado brasileiro movimentou R\$ 8,1 bilhões por ano. Desse total, estima-se que R\$ 5,2 bilhões seja fruto do tráfico de cocaína e R\$ 1,2 bilhões seja fruto do tráfico de maconha. Somente essas duas substâncias proibidas, portanto, representam nada menos que 80% das receitas dos bandidos.

Nesse sentido, legalizar as drogas seria tirar dos criminosos o seu mais valioso ganha-pão. Seria o mesmo que impedir o McDonalds de vender sanduíches, mandando a rede de lanchonetes se virar apenas com a venda de coca-cola e batata frita. Grandes empresas entrariam no mercado, com técnicas de produção e distribuição modernas, o preço despencaria e as grandes redes criminosas teriam de procurar outras atividades ilícitas para compensar as perdas. Isso infelizmente aumentaria a criminalidade no curto prazo. No entanto, como nenhum outro negócio se compara com o tráfico, essas organizações teriam de diminuir dramaticamente sua estrutura ou ir à falência. Com o poder de fogo da criminalidade severamente restringido, a balança do poder passaria a pender fortemente para a polícia.

A contrapartida que se teme com a liberação das drogas seria a explosão do consumo e o grave risco à saúde pública que isso acarretaria. No entanto, se essa liberação for bem-feita, isso não precisa necessariamente ocorrer. Nos Estados Unidos, percebeu-se que mesmo nos locais onde a maconha é facilmente encontrada para uso medicinal, o consumo não explodiu, como temiam os opositores da liberação. Hoje a maior parte do investimento público nas drogas vem na forma de repressão ao tráfico. Isso reduz levemente o consumo, mas aumenta o preço, fortalecendo os traficantes. Se as drogas forem liberadas, o governo passará a cobrar imposto dos fabricantes. Essa verba poderá ser investida em maciças campanhas de conscientização e informação das pessoas sobre os perigos ligados à droga. Campanhas bem feitas podem ter efeitos benéficos. Na Austrália, desde 1989 se veicula uma premiada campanha de conscientização dos cidadãos sobre acidentes de automóvel. Na época, a

Austrália amargava cerca de três mil mortes por ano nas ruas e estradas do país. Hoje, apesar do aumento da população e da frota de veículos, esse índice caiu mais da metade.

É um trabalho lento e que exige paciência, mas educar a população a respeito dos perigos das drogas pode sair muito mais barato e ser mais eficiente que a guerra às drogas. Além disso, apesar de estar liberada, a venda de drogas pode estar restrita a alguns lugares específicos e bem-controlados. Assim como no caso dos cigarros, a propaganda de drogas deve ser proibida.

Felizmente, as sociedades avançadas já estão rumando para uma visão mais tolerante em relação ao tema. Em 1969, apenas dez por cento da população nos Estados Unidos apoiava a legalização da maconha. Com o tempo o apoio foi subindo até que, em 2010, pela primeira vez na história, a maioria dos americanos passou a ser a favor da legalização. Os estados de Washington e Colorado foram os primeiros a legalizar o uso da maconha tanto para fins medicinais como recreativos.

Apoio similar é visto atualmente na Grã-Bretanha e em outros países desenvolvidos, como Suécia, Uruguai, Austrália e Nova Zelândia. Essa última criou um departamento de pesquisa de substâncias psicoativas para definir níveis máximos de toxicidade a serem permitidos nas drogas. Substâncias com índices abaixo do limite serão legalizadas. O argumento colocado pelo governo neozelandês é que as novas regras protegem os consumidores, expulsam os criminosos desse mercado, economizam dinheiro e aumentam a arrecadação de impostos. Somente lojas especializadas e licenciadas poderão vender, mesmo assim sem poderem fazer propaganda ou oferecer a menores de idade.

Enquanto a nova Zelândia e o Uruguai estão discutindo cientificamente qual é a dose e o nível de toxicidade aceitáveis, o Brasil está deixando esse assunto para os traficantes, que não dão a mínima para controle de qualidade e que oferecem às crianças da mesma forma que aos adultos.

Pesando os riscos, vantagens e desvantagens da liberação das drogas, legalizar é o caminho mais correto.

Propostas para as drogas: Legalizar todas as drogas hoje proibidas, desde que sejam consumidas em locais pré-determinados e seja proibido fazer propaganda

Rumo à paz

Uma reforma profunda, que abranja tanto as polícias, como o judiciário criminal, como o sistema penitenciário, como a legislação das drogas teria como efeito virar de ponta cabeça a situação atual da violência e corrupção. O que é hoje uma linha de produção do crime se tornará uma linha de prevenção do crime.

Com o passar dos anos, um sistema que destrua finalmente a impunidade teria como efeito desestimular o crime. Enquanto isso, um complexo prisional que realmente contribua para a reabilitação ofereceria alternativas de vida para os que saem da prisão. Por fim, a legalização das drogas eliminaria a maior e mais rentável fonte de riqueza dos criminosos.

Com essas medidas, a balança entre as duas fontes de motivação, a pulsão de vida e a pulsão de morte, mudará radicalmente. A punição esperada ao se pensar em realizar um crime será muito maior, fazendo o bandido ponderar muito mais antes de fazer algo errado. O resultado disso tudo seria a drástica redução nos indicadores de violência e a melhoria da qualidade de vida para todos.

Perdendo mais alguns quilos

Privatização

Ao longo do plano de desconstrução do Estado, todas as atividades públicas que se encontrarem fora do escopo restrito do papel do Estado devem ser privatizadas ou eliminadas.

No curto prazo, as empresas públicas remanescentes, tais como Correios, Petrobrás e Banco do Brasil devem ser vendidas, em privatizações abertas e transparentes. Como vimos antes, não é papel do Estado entregar cartas, perfurar petróleo ou administrar agências bancárias. Além de essas atividades serem executadas de forma ineficiente pelo governo, elas tiram o foco do que é realmente importante.

É lamentável que o verdadeiro valor das privatizações ainda não está cristalino para a maioria dos brasileiros. Recentemente, em debates públicos sobre o assunto, vimos políticos competindo sobre quem é o maior amigo das estatais. Em vez de demonstrarem os benefícios inequívocos da privatização, muitos políticos fazem o jogo do medo, afirmando bobagens como dizer que se está vendendo o patrimônio nacional, ou abrindo mão da soberania do país. Na realidade soberania tem a ver com controle de fronteiras e não com o fato do governo deixar de fabricar rolos de alumínio, por exemplo.

A experiência histórica nos mostra que as ondas de privatizações em geral levaram a significativo aumento da produtividade e crescimento econômico. No final dos anos 80, por exemplo, a Inglaterra só conseguiu reverter décadas de declínio devido às privatizações do governo de Margaret Thatcher. Atualmente na China estamos assistindo a um forte processo de privatização. Segundo o Instituto Unirule de Economia, de Beijing, a participação do governo na economia chinesa caiu pela metade a partir dos anos 90, gerando uma das maiores expansões econômicas de que se tem notícia, com crescimento médio da economia acima de 10% ao ano. A rentabilidade média das empresas privadas chinesas foi de 12,9% ao ano, enquanto a rentabilidade média das empresas públicas foi de negativos 1,47%, também segundo o Unirule. Isso significa que enquanto as empresas privadas geraram empregos, lucros, e contribuíram para o aumento da produtividade, as empresas públicas em média destruíram valor e seus prejuízos foram pagos, é claro, pelo contribuinte.

Olhando um pouco para a América Latina, abundam exemplos de melhoria nos preços e serviços pós-privatização. Quando o governo mexicano decidiu vender a Luz e Fuerza, o monopólio nacional de eletricidade, a empresa custava aos contribuintes três bilhões de dólares ao ano em prejuízos. Foram necessários mil policiais para ocupar os escritórios da empresa e vencer a resistência de sindicatos, grupos de interesse e o corporativismo que ali reinava. Atualmente, a espera para novas conexões caiu de dez meses para quatro e o custo despencou. Pegando um caso inverso, podemos citar a companhia de aviação Aerolineas Argentinas, anteriormente privada, porém estatizada em 2008. De lá para cá, apesar do número anual de passageiros ter permanecido estagnado, a quantidade de pilotos dobrou, os quadros de funcionários foram inchados e o prejuízo quadruplicou. Hoje a empresa depende da generosidade dos cofres públicos (ou seja, dos pagadores de impostos) para sobreviver. A empresa de água e saneamento Aysa seguiu destino semelhante. Segundo o jornal argentino La Nacion, após a tomada da empresa pelo governo, foi entregue a sindicalistas, teve sua folha de pagamentos aumentada em quarenta por cento ao ano, desde 2006 e hoje vive de repasses públicos.

No Brasil, um caso emblemático de privatização de sucesso foi o do Banespa. O governo estabeleceu como critério um leilão com envelope fechado, em que aquele com o maior valor compraria o banco. O Banespa vinha apresentando resultados medíocres nos últimos anos e uma oferta de algumas centenas de milhões de reais já era considerada pelos analistas como um bom negócio. O ganhador do processo foi o banco espanhol Santander, que com a aquisição entrou no mercado brasileiro e passou a competir com os outros bancos. O preço oferecido foi de mais de R\$ 7 bilhões, muito acima das expectativas mais otimistas.

De maneira alguma se pode afirmar que a população brasileira saiu perdendo com o processo. Um banco que quase não dava lucro ao governo e prestava um serviço ruim à população agora trazia mais de R\$ 7 bilhões aos cofres públicos além de muitas outras receitas com impostos. O serviço aos correntistas melhorou imensamente, agora eles poderiam contar com a tecnologia de um dos maiores bancos do mundo. O grau de concorrência entre os bancos também aumentou e toda a população pode contar com o benefício de ter os bancos oferecendo serviços cada vez melhores para atrair clientes.

O setor siderúrgico — Cosipa, CSN, Açominas etc. —, por exemplo, costumava dar prejuízos anuais, e o governo era obrigado a fazer aportes de bilhões para tapar o buraco. Pagavam todos os brasileiros. Com a privatização, aumentou tanto a eficiência desse setor que até os Estados Unidos tiveram de tomar medidas protecionistas contra o Brasil. Essas empresas pagam mais impostos e geram mais riqueza ao país. Com a Embraer foi a mesma situação. A empresa estava quase falida, após a

privatização, entrou em um processo de recuperação que a transformou numa líder tecnológica e de vendas.

Aqui vale relembrar também o processo parcial no final da década de 1990, quando muitas das estatais foram privatizadas. As estatais de telefonia, por exemplo, demoravam meses, até anos, para instalar uma linha telefônica. Esta costumava ser tão rara e preciosa que muita gente colocava as suas linhas como herança em testamento; o preço era caro e o serviço ruim.

Hoje, após a privatização e conseqüente competição no setor, as companhias telefônicas prestam um serviço muito melhor à população. O número de telefones fixos triplicou e o número de celulares aumentou 15 vezes. Qualquer um pode ter uma linha, o tempo de instalação é muito menor, assim como o preço. As empresas concorrem pelos clientes, querendo sempre conquistá-los com melhores serviços e tarifas mais baixas. Pode-se argumentar que hoje existem muitas reclamações a respeito do preço e cobertura do sinal das operadoras. No entanto, ambos problemas tem raízes no governo. Os preços são altos em grande parte porque o Brasil embute uma das mais altas taxas do mundo, cerca de 62% de imposto sobre a conta telefônica. Isso mais do que dobra o custo das chamadas. Claro que existem falhas e oportunidades de melhoria, mas ninguém em sã consciência trocaria Telefônica, TIM, Vivo, Claro e outras pela velha Telebrás. Se o governo privatizasse as estatais remanescentes, a sociedade brasileira obteria benefícios semelhantes aos ocorridos nas telecomunicações. Segundo a Revista Exame, as três empresas brasileiras que acumularam maior prejuízo nos últimos anos são estatais (Eletrobrás, Chesf e Furnas), uma conta de nove bilhões de reais por ano para o contribuinte bancar.

Juntamente às empresas públicas, é preciso passar à iniciativa privada a totalidade de estradas, trilhos, portos e aeroportos brasileiros. Hoje a situação da infraestrutura de transporte é crítica. Segundo a escola de negócios COPPEAD, os custos de transporte no Brasil chegam a treze por cento do PIB, contra oito por cento nos Estados Unidos. Terminais lotados, atrasos e perda de mercadoria são a paisagem dominante no Brasil. Um plantador de soja do Mato Grosso precisa gastar vinte e cinco por cento da sua receita para levar seus produtos até o porto. Em Iowa, nos Estados Unidos, o mesmo plantador gastaria apenas nove por cento, praticamente um terço do custo do Brasil. Apesar das dimensões continentais do país e a escassez de vias de comunicação, o investimento em infraestrutura é de apenas míseros 1,5% do PIB. A média mundial é de 3,8%, lembrando-se que isso inclui países avançados, onde a estrutura já está pronta há anos. O valor do total da infraestrutura brasileira é de apenas 16% do PIB, comparado a 71% nas outras economias grandes.

Recentemente, alguns terminais de carga portuários foram privatizados e a produtividade triplicou, sendo que navios que esperavam até cinco dias para atracar agora atracam imediatamente. Depois de privatizados, os aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília receberam em um ano investimento de 2,6 bilhões de reais, quase dez vezes mais que o valor investido pela Infraero anteriormente. As melhores estradas do Brasil são as privatizadas. O mesmo precisa ser feito com o restante da estrutura. Governos não são a melhor alternativa para se cuidar de portos e estradas, muito menos o governo brasileiro. Com exceção das ruas dentro dos municípios, o governo não deve possuir nenhum tipo de estrutura de transporte.

O patrimônio de uma nação não é definido pelo tamanho de suas estatais e sim pela capacidade de essa nação criar riqueza e inovação. Privatizar não é destruir o patrimônio nacional. Só destrói o patrimônio aqueles que defendem empresas corruptas e deficitárias. Se houver uma vigilância efetiva por parte do setor público sobre as grandes empresas privatizadas, a exemplo do que foi feito em telefonia, o Brasil obterá imensos benefícios com as privatizações remanescentes.

Propostas para as empresas estatais: Privatizar todas, como Correios, Petrobrás e Banco do Brasil

Vigiando os musculosos

Agências reguladoras

Quando se fala em privatização, alguns setores da economia são consenso. Pouca gente se oporia, por exemplo, à privatização de uma padaria. Adam Smith, o grande teórico do liberalismo do século XIX, já defendia os benefícios de um sistema em que a competição de interesses privados gerasse benefícios à sociedade. Adam Smith observou que a busca por lucros, realizada simultaneamente por milhares de empresários de determinado setor, invariavelmente faz com que os produtos fiquem cada vez melhores e mais baratos, beneficiando toda a sociedade.

No entanto, no caso de alguns importantes setores econômicos, isso não é tão simples. Estamos falando aqui de atividades como estradas, petróleo, distribuição de eletricidade, telefonia fixa e outros. Nesses casos, a escala da operação das empresas é primordial para gerar lucros. Quanto maior a empresa, mais barato o produto e maior o poder de barganha junto aos clientes. Portanto, esses setores tendem a formar monopólios e oligopólios naturais, à medida que as empresas maiores começam a comprar as menores. Como a competição é muito pequena, invariavelmente poucas empresas acabam dominando o mercado e, se deixadas livres, podem impor à sociedade preços abusivos.

Reformas que destroem monopólios e incentivam a competição são vitais não apenas para aumentar o crescimento econômico mas também para melhorar a distribuição de renda. Um dos principais fatores de concentração econômica é o lucro extraordinário obtido pelos donos de empresas que gozam de monopólios ou oligopólios, bem como políticos bem instalados em cargos estratégicos de estatais. No caso do México, por exemplo, governos sucessivos têm cedido à pressão dos oligopólios e permitido que, em diversos setores importantes, uma empresa domine o mercado. Um estudo da OECD e da comissão mexicana para a competição (CFC) mostra que 31% dos gastos das famílias mexicanas são realizados em produtos providos por monopólios ou oligopólios. Quando se olha somente os lares mais pobres do país, tal proporção se acentua ainda mais, aonde 38% dos gastos vão para tais setores concentrados. Não é de se espantar que o homem mais rico do mundo, Carlos Slim, com mais de setenta bilhões de dólares em 2012, seja mexicano. O custo desse fenômeno é bastante alto, pois setores com concentração abusiva tendem a causar aumento de preços. Remédios mexicanos são um terço mais caros do que na Inglaterra. Tarifas aéreas e de ônibus são dez a trinta por cento acima da média da América Latina, segundo a CFC. Linhas

telefônicas custam 45% mais caro que a média da OCDE. Estima-se que a falta de competição nesse mercado reduza em até 1,5% o crescimento anual da economia, além de reduzir o poder de compra da população mais carente.

Outro efeito colateral da falta de competição e do “capitalismo de amigos” é a dramática concentração de renda que se observa nesses casos. Em alguns países, as regras favorecem tão escandalosamente um pequeno grupo de privilegiados, permitindo monopólios e preços abusivos, que tal grupo rapidamente passa a controlar grande parte da economia. Na Rússia, por exemplo os 0,1% mais ricos do país são donos de 18% do PIB nacional. No Estados Unidos, em contraste, os mesmos 0,1% possuem apenas 5% do PIB. Na Europa esse percentual cai para 3%, segundo estudo recente da OECD.

Para contrabalançar os monopólios e oligopólios, os governos dispõem de alguns instrumentos bastante eficazes, como, por exemplo, os contratos de concessão e as agências reguladoras. Os contratos de concessão determinam como os ativos públicos devem ser passados às empresas e a que preço. Idealmente, a empresa concessionária deve obter uma rentabilidade com aquele ativo compatível com o tipo de negócio e grau de risco envolvido. No caso das agências reguladoras, estas são normalmente autarquias públicas, comandadas de preferência por técnicos profissionais nas respectivas áreas de atuação. Sua função é vigiar o setor econômico de sua responsabilidade, exigindo um mínimo de qualidade para os serviços prestados, bem como um preço compatível com custos e riscos de cada atividade econômica.

Hoje existem diversas agências reguladoras em operação. A Anatel, por exemplo, é responsável pela vigilância do setor de telecomunicações e vem tendo um papel fundamental na melhoria desse setor, averiguando desde a amplitude da cobertura e frequência do sinal de cada operadora até acusações de conta telefônicas erradas. Em julho de 2012, a Anatel determinou severas punições a algumas empresas de Telecom que apresentaram baixa performance, forçando-as a melhorar os serviços. A Aneel, por outro lado, é responsável pelo setor de energia, a Anvisa cuida da vigilância sanitária, o Procon defende os direitos dos consumidores e assim por diante.

É preciso mencionar o papel do Cade, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, uma autarquia ligada ao Ministério da Justiça que visa prevenir abusos do uso do poder econômico. Esse tipo de instituição é fundamental para o bom funcionamento de qualquer economia e deve ser amplamente fortalecido. Ações antitruste e em favor da competição são

historicamente fracas no Brasil. Um estudo de 2007 do pesquisador Edmund Amann da Universidade de Manchester levantou informações a respeito dos maiores segmentos econômicos do Brasil e observou que a participação de mercado das quatro maiores empresas em cada setor tem crescido constantemente.

O Cade é atrapalhado por regras que impedem o órgão de agir até que seja tarde demais. Isso ocorre pois ele não pode impedir uma junção de empresas que seja danosa ao consumidor antes dela ser consumada. A partir daí, as batalhas judiciais podem durar anos. Em 2004, por exemplo, o Cade ordenou à Nestlé vender a Garoto, que havia sido adquirida dois anos antes. A Nestlé continua discutindo nos tribunais essa decisão. Se e quando sair uma decisão definitiva, já será tarde demais. Outro caso é a Brasil Foods, empresa criada em 2009 pela união de Sadia e Perdigão, criando uma perigosa concentração no importantíssimo mercado de alimentos. A fusão foi ameaçada pelo Cade, mas por enquanto as empresas estão se defendendo nos tribunais, o que pode levar muitos anos.

Além da ação tímida na prevenção de monopólios, em alguns setores, o governo ativamente promove a concentração de mercado. O argumento que se usa é a criação dos chamados “campeões nacionais”, que seriam em tese empresas brasileiras fortes o suficiente para competirem no exterior e fazerem fama como grandes empresas nacionais. Isso pode soar atraente à primeira vista, mas representa uma grande bobagem em termos do interesse econômico dos brasileiros. A concentração de mercado, ao invés de aumentar as exportações, normalmente leva a perda de competitividade, aumento de preços e prejuízos para o bolso do consumidor. Isso sem falar do perigo que representa haver técnicos do governo escolhendo ganhadores, ao invés de deixarem as próprias empresas competirem e o mercado premiar os melhores. Tais arranjos e arbitrariedades criam mais uma perigosa ligação entre governos e empresários, onde ser competente conta menos, ao passo que ter bons contatos conta mais. Nos últimos anos, assistimos a megaoperações de empréstimos realizados pelo BNDES a empresas escolhidas, como por exemplo a gigante de carnes JBS, a BR Foods, a Oi e o grupo EBX, esse último tendo recebido sozinho o valor de R\$ 10,4 bilhões de dinheiro público subsidiado. Ou seja, em última análise o governo brasileiro paga altas taxas de juros para captar dinheiro, que por sua vez é emprestado a preços camaradas para empresários favoritos. Quem cobre a diferença, como sempre, é o pagador de impostos brasileiro. Ironicamente, durante esses últimos anos de governo do partido dos trabalhadores, as empresas têm consolidado mercados, reduzido a competição e aumentado seus lucros, tudo com dinheiro público.

O ideal seria o governo fazer exatamente o oposto: focar esforços em quebrar monopólios, fragmentar os mercados ao máximo e garantir que as empresas compitam ferozmente para baixar preços. Só assim o trabalhador brasileiro sairá beneficiado. O setor aéreo doméstico, por exemplo, está atualmente fechado para estrangeiros. Isso faz com que na prática um duopólio tenha se estabelecido entre as empresas Tam e Gol. Se o governo abrir esse mercado e atrair empresas do exterior, veremos fortes quedas nas tarifas, beneficiando a população.

As agências reguladoras são importantíssimas para o bom funcionamento da economia. Elas devem ser valorizadas e atuar com energia nos diversos setores de monopólio natural.

Propostas para as agências reguladoras: Ampliar os recursos e a atuação das agências

A raposa e o galinheiro

A agência nacional anticorrupção

Como sabemos, a corrupção é um dos fenômenos mais perigosos para uma nação. Os efeitos econômicos são devastadores, à medida que o custo das empresas sobe, investimentos despencam, as pessoas começam a perder a confiança nas instituições do país e a democracia começa a ser ameaçada. Não é à toa que os países no topo do *ranking* da transparência internacional, como Finlândia e Singapura, estão entre os mais ricos, enquanto as nações mais corruptas do planeta, como Togo e Gana estão entre as mais pobres. A correlação entre corrupção e subdesenvolvimento é fortíssima.

Nesse contexto, infelizmente, o Brasil encontra-se em péssima posição. Nossos índices de corrupção são africanos, escândalos são freqüentes, envolvendo deputados, ministros, fiscais e funcionários públicos de baixo escalão. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo instituto Sensus, para 41,3% dos brasileiros a corrupção é o principal motivo de vergonha nacional, superando de longe a violência (17,1%) e a pobreza (12,7%). Apesar de um caso ou outro de afastamento do cargo, rapidamente as mesmas pessoas de sempre voltam ao governo. Praticamente não existe punição real. Um estudo da Associação dos Magistrados Brasileiros acompanhou as ações criminais contra políticos entre 1988 e 2007. Dos 463 processos contra autoridades, apenas cinco resultaram em condenação, cerca de 1%. Mesmo assim, todos esses cinco casos tratavam de crimes violentos como agressão e homicídio. Ou seja, nunca, em quase 20 anos, um político foi condenado por corrupção no Brasil.

Isso desmoraliza o governo e faz com que atividades públicas que deveriam ser admiradas, como o exercício de legislador, seja uma atividade desprezada pela população. Pesquisa recente demonstrou que os deputados do Congresso lideram a lista de profissões detestadas pela população. Claro que é ingênuo pretender acabar com toda e qualquer forma de corrupção, mas reduzir drasticamente os níveis atuais é prioridade para o Brasil.

Existe um passo fundamental para se combater eficazmente a corrupção: a primeira coisa a ser feita é, nos casos descobertos pela mídia, impedir que os próprios políticos investiguem e julguem seus colegas. Hoje em dia, qualquer escândalo dessa natureza é investigado somente por uma comissão parlamentar de inquérito (a CPI). Isso significa que políticos estão investigando políticos, muitas vezes do mesmo partido, muitas vezes

com os mesmos problemas (ainda que ocultos) daqueles que estão sendo investigados. É fácil perceber que, nesse caso, a chance de punição real será muito pequena, pois interesses mútuos e corporativismo incentivam os investigadores a proteger seus pares.

É preciso criar uma Agência Nacional Anticorrupção e, acima de tudo, mantê-la independente do governo do momento. A estrutura ideal de poder seria uma dupla composta pelos seguintes cargos:

- Diretor: responsável nominal pela Agência Anticorrupção. Indicado pelo **segundo** partido mais votado para a eleição presidencial. Ou seja, é a oposição política que deve indicar o diretor responsável pelas atividades da agência. Ninguém tem mais interesse em expor a sujeira do governo do que a oposição, uma vez que ela espera se beneficiar do escândalo sendo a próxima a assumir
- Secretário: é o técnico responsável pelo trabalho do dia-a-dia da agência. Deve ser alguém de fora da política e ter feito carreira no Ministério Público ou na Polícia Federal. O secretário da agência deve ser indicado pelo presidente da República, no final de seu mandato, e ter autonomia completa para trabalhar durante todo o mandato do sucessor. Ou seja, em nenhum momento um presidente terá no secretário da Agência Nacional Anticorrupção alguém de sua própria indicação. Será sempre alguém colocado no cargo pelo presidente da República anterior e, portanto, intocável.

Trabalhando de forma completamente independente, só assim a Agência Nacional Anticorrupção teria a isenção necessária para investigar os corruptos.

Como vimos, em Hong Kong, uma instituição similar foi criada na década de 1970 e passou a responder diretamente para a coroa britânica. Em pouco tempo, o problema da corrupção, que parecia ter se tornado endêmico na colônia, foi sendo reduzido, até que hoje o território de Hong Kong é um dos mais bem-avaliados no *ranking* da transparência internacional. Dessa experiência pode-se concluir que, uma vez que os crimes estão sendo investigados, os corruptos estão sendo presos e mantidos na cadeia, isso desestimula os demais a roubar. O mesmo deve ocorrer no Brasil.

Propostas para a agência nacional anticorrupção: Criar a agência para investigar os políticos e funcionários públicos corruptos. Completamente independente, o diretor da agência é indicado pelo partido líder da

oposição, enquanto o secretário é indicado pelo presidente da República no momento que este sai do poder e acompanha todo o mandato do sucessor

A escada no fundo do poço

Assistência social

Como vimos, o Estado tem três atividades essenciais, sendo as primeiras duas garantir as liberdades e manter a ordem. A terceira grande atividade é proteger os cidadãos contra a miséria absoluta. Isso significa dar uma assistência mínima para que uma família possa sair da pobreza absoluta e entrar para o mercado, para depois gerar riqueza por conta própria. Essa atividade deve ser desempenhada com muito critério e seriedade. Em um país como o Brasil, com milhões de miseráveis, a assistência social necessariamente movimenta recursos vultosos. É de se esperar que, com o tempo e o processo de enriquecimento do país, as necessidades financeiras da assistência social passem a ser cada vez menores. Isso não significa que ela deva um dia ser eliminada. Mesmo nas nações mais ricas ainda há aqueles que perderam tudo e precisam desesperadamente de ajuda. No longo prazo, o ideal é que a assistência social deixe de atender toda uma camada da população, como seria necessário no contexto atual e passe a se concentrar apenas em casos mais extremos.

O foco da assistência social é dar condições para que a família possa sair de um ciclo de pobreza e comece a produzir e gerar riqueza por conta própria. Ter um emprego, produzir, responsabilizar-se pelo próprio sustento e pelo sustento da família são as formas mais dignas de um ser humano viver. A assistência social deve pautar-se por ajudar a totalidade dos cidadãos a atingir esse patamar de independência.

Não é papel da assistência social ajudar pessoas que já têm condições de seguirem suas vidas sozinhas, independentemente de ajuda governamental. Hoje, centenas de milhares de pessoas recebem recursos do Estado indevidamente. Nesse aspecto, a legislação brasileira sempre deu ao Estado uma série de obrigações assistencialistas que fazem pouco sentido. Está previsto na lei, por exemplo, que as filhas solteiras de militares falecidos antes do ano 2000 continuem recebendo pensão até o dia do casamento. Na prática, muitas pessoas nessa categoria acabam não se casando oficialmente nunca, de forma a manter o benefício. Isso é mais um dreno para os cofres públicos. Em vez de concentrar o dinheiro sobre as pessoas mais necessitadas, o Estado se incumbiu de um sem-número de obrigações, voltadas para toda uma casta de políticos, servidores públicos e grupos diversos de privilégio. Como veremos adiante, a única forma de transferência de recursos diretamente do Estado para a população deve ser via assistência social, e essa deve desviar-se do direcionamento atual para as castas privilegiadas. É preciso desviar a

prioridade de gastos públicos, trocando subsídios universais por transferências diretas aos mais pobres. A assistência social deve estar inteiramente voltada para os excluídos.

Nas últimas duas décadas, os programas sociais voltados para as famílias mais carentes do Brasil cresceram bastante. Um deles, inicialmente chamado de bolsa escola, foi fortemente ampliado sob a bandeira do bolsa família e conseguiu levantar dezenas de milhões de brasileiros da miséria absoluta. Bastante elogiado dentro e fora do País, o bolsa família tem como mérito ser relativamente simples de gerenciar e transferir recursos financeiros diretamente aos necessitados, sem intermediários. Ao custo anual de 24 bilhões de reais, apenas meio por cento do PIB, o programa cresceu de 3,6 milhões de famílias em 2002 para 13,8 milhões em 2012. Isso significa quase cinquenta milhões de brasileiros, um quarto da população do país, é atualmente contemplada.

Apesar dos inegáveis méritos do programa, é preciso tomar cuidado com os riscos e efeitos colaterais que tamanha transferência de dinheiro, realizada durante tanto tempo e para tanta gente, possa causar. Após dez anos, apenas 1,7 milhão de famílias deixou o programa, o que significa menos de três por cento por ano. Dos 5.570 municípios brasileiros, em 1.750 deles mais da metade da população vive do bolsa família. Existem cidades, como Sebastiao Barros, do Piauí, onde noventa por cento da população vive do bolsa família, sendo que o restante trabalha para a prefeitura. Grande parcela dos recebedores de benefícios abandonam seus trabalhos prévios e passam a viver somente do bolsa família. Segundo o sindicato das indústrias de confecção, uma das consequências diretas da implantação do bolsa-família foi o abandono, por parte de milhões de donas de casa, de suas atividades remuneradas prévias como tecelãs independentes. Elas calcularam que receber a ajuda governamental valia mais a pena do que permanecerem no emprego.

A dependência absoluta em relação ao programa e ao governo é danosa para o indivíduo, para a comunidade, para a economia e para a democracia brasileira como um todo. O que estamos construindo com isso? Uma nação de famílias compradas mensalmente pelo governo? Pessoas que enxergam essa riqueza transferida como um presente pessoal do governante, ao invés de verem como impostos extraídos do que produzem?

Não se deve de forma alguma abandonar esses programas sociais. O que sim precisa mudar são os critérios para concessão, as regras de permanência e as contrapartidas exigidas da família. A assistência social deve identificar as famílias que se enquadram no perfil para receber ajuda. É preciso atingir primeiro os casos mais extremos de pobreza, em seguida os menos graves e assim por diante, de modo a priorizar as famílias mais

carentes. Uma vez que a família recebe o dinheiro, ela deve prestar contas de seus gastos, apresentando notas fiscais e comprovantes de pagamento da escola dos filhos e de um plano de saúde. Se a família não comprovar pelo menos esses dois tipos de gastos ela está sujeita a ter cortada sua bolsa. Mais adiante veremos que os sistemas de saúde e educação deverão sofrer profundas alterações em seu funcionamento e que, segundo o sistema que estamos propondo, todas as pessoas devem buscar tais serviços dentro da iniciativa privada.

Outro fator importante é que, salvo os casos permanentes, como por exemplo deficientes físicos, o valor da bolsa deve ser regressivo com o passar do tempo. Quando uma família se candidata para receber a bolsa é porque ela está precisando de ajuda para sair da pobreza e não para viver eternamente com auxílio estatal. Assim, uma bolsa que vai diminuindo com o tempo gera o estímulo certo para que a família se esforce para voltar a produzir e gerar riqueza, e não se acomode e viva eternamente com um dinheiro que não lhe pertence.

A assistência social é função do município. A administração municipal tende a conhecer muito melhor as necessidades da população do que o governo central. Apesar disso, deve haver um órgão centralizador na capital federal para elaborar as diretrizes básicas e fiscalizar as assistências sociais locais, evitando abusos.

Caberá ao governo federal controlar as assistências sociais de cada cidade para verificar se não estão ocorrendo desvios de recursos ou gastos indevidos. O controle deverá ser forte, pois essa é uma área com muitas possibilidades de desvios. Basicamente teremos três tipos principais de controle. O primeiro é se os recursos que uma família recebe não estão sendo maiores do que deveriam. Nesse modelo a verificação é simples, pois os valores deverão ser sempre baixos, porque o objetivo da assistência social é apenas garantir que a população saia do nível de miséria. O valor dos recursos destinados às famílias deverá ser revisado periodicamente para se certificar que, passado algum tempo, elas ainda precisem do auxílio estatal.

O segundo é verificar se somente as pessoas que realmente precisam de ajuda é que estão recebendo auxílio, e não famílias que já dispõem de uma situação econômica estável.

O terceiro controle é garantir que as famílias não sejam beneficiadas por tempo demais. Já é conhecido o pernicioso efeito de se manter alguém sustentado por tempo demais na caridade do Estado. Após esse período, existe uma clara tendência a se acomodar, desistir de procurar trabalho e passar a depender cada vez mais profundamente de tal ajuda. Isso é o exato oposto do que se busca com a assistência social.

O Brasil, assim como os demais países em desenvolvimento, possui milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. É de se esperar que um programa de crescimento econômico acelerado, por si mesmo, possibilite que grande parte dessa população escape da pobreza por conta própria, à medida que as empresas contratam mais gente e mais oportunidades aparecem. No entanto, uma assistência social efetiva pode acelerar esse processo e melhorar rapidamente a qualidade de vida das pessoas, ajudando-as a entrar no mercado.

Propostas para a assistência social: Instituição ligada ao município. Transfere recursos diretamente às famílias que comprovarem dificuldades financeiras. O auxílio é dado em caráter temporário, vai diminuindo com o tempo e está atrelado ao fato de a família comprovar pagamento de estudo dos filhos e plano de saúde familiar. Dinheiro é fiscalizado pelo governo federal

A cura para todos os males?

Educação

De todos os clichês que se usa a respeito do Brasil nenhum é mais comum do que a questão da educação. Qualquer conversa a respeito dos problemas brasileiros em algum ponto passará pela afirmação de que “o problema é a educação”. Da corrupção à baixa eficiência industrial, da violência à mortalidade infantil, a responsabilidade é geralmente jogada sobre essa atividade social. Isso deriva de uma visão por demais ampliada do que seria educação. Ora, se excluirmos os fenômenos puramente naturais (como a existência da atmosfera, por exemplo), todo o resto é fruto do comportamento humano. E se considerarmos que esse comportamento deriva da educação que cada pessoa recebe, realmente é possível associar tudo o que o homem faz à forma como foi educado. No entanto, essa visão por demais filosófica não nos ajuda em nada na hora de resolver de forma prática os problemas nacionais. A corrupção deve ser combatida colocando-se os corruptos na cadeia e mantendo-os lá. Esbravejar genericamente sobre a educação e esperar 20 anos para as crianças teoricamente mais bem-educadas governarem o país não resolverá o problema da corrupção agora nem provavelmente no futuro.



A verdade é que educação é um conjunto de influências diversas que moldam o caráter e a qualificação de cada pessoa. Ela é composta em primeiro lugar por valores transmitidos pela família e depois pela experiência escolar, pelas amizades e experiências extracurriculares, enfim, por um sem-número de influências. Trataremos da educação vista de forma mais estreita, ou seja, puramente no âmbito escolar.

A questão da educação escolar é vista sob variados pontos de vista. Diversas linhas pedagógicas convivem dentro de um amplo espectro de caminhos para se atingir a formação de uma pessoa. Algumas dessas correntes defendem a filosofia democrática, segundo a qual as crianças devem participar ativamente da condução dos assuntos escolares, inclusive decidindo o que devem e o que não devem estudar. Outras seguem caminhos mais tradicionais, valorizando a disciplina e a padronização. A verdade é que quase todas as linhas são válidas e, se bem-implantadas, conseguem atingir os objetivos a que se propõem. O território de Xangai e a Finlândia, por exemplo, possuem modelos muito diferentes de educação. Ambos, contudo, aparecem no topo dos rankings internacionais a respeito. Para tanto, basta que a linha pedagógica seja clara para pais, alunos e professores, e a escola possua uma boa gestão. Segundo o especialista em educação Claudio de Moura Castro, as melhores escolas são aquelas em que existe a figura de um diretor forte e profissional, metas claras de desempenho, medições regulares e incentivos para os professores que atingirem as metas. Instituições de ensino falidas, nas quais se gasta mais do que se arrecada e os salários atrasam, dificilmente produzem bons resultados acadêmicos.

Como sabemos, o Brasil não é um primor em matéria de educação. Proporcionalmente, nossos gastos em educação equivalem a média dos países ricos. Com 5,8% do PIB dedicado a isso, investimos proporcionalmente mais do que Japão, China e Coreia do Sul (todos abaixo de cinco por cento). O maior problema é a má gestão. Como grande parte desses recursos é desperdiçada em obras tolas, ineficiência, quadros administrativos inchados e corrupção, o volume de recursos que efetivamente chega às salas de aulas é muito menor. Em um teste administrado em 40 países, o Brasil pegou último lugar em matemática e penúltimo lugar em leitura. Metade dos alunos de dez anos é analfabeta funcional, 40% dos professores faltam pelo menos uma vez por semana. Uma nova pesquisa, conduzida pela Fundação Carlos Chagas, mostrou que apenas 2% dos estudantes do ensino médio demonstram interesse em seguir a carreira de professor. Para agravar, mesmo esses poucos alunos interessados no magistério são habitualmente oriundos dos 30% com as piores notas. Ou seja, escolhem pedagogia por acreditarem que essa carreira seria a única porta para o ensino superior. Após formados, os professores brasileiros têm um dos mais altos índices de faltas do mundo. Em média, os docentes da rede pública de ensino faltam 15% das aulas,

ou seja 32 dias letivos por ano, segundo estudo conduzido pelo governo de São Paulo. Para se ter uma ideia comparativa, a média de faltas na Inglaterra, segundo a OCDE, é de 5 dias por ano e na Coreia do Sul é de apenas 1 falta. Assiduidade trinta vezes melhor do que a brasileira é um fator importante para explicar as diferenças de performance do coreanos. As regras aplicadas ao setor público brasileiro são tão lenientes que, em tese, um professor poderia comparecer apenas 27 dias por ano à escola e faltar os demais 183 dias, sem qualquer prejuízo à carreira ou ao salário, usando-se apenas das brechas previstas em lei.

O índice de repetência, um dos maiores do mundo, custa ao país R\$ 13 bilhões adicionais por ano, segundo Alberto Rodrigues do Banco Mundial. Os trabalhadores brasileiros estudam em média, apenas 4,1 anos. Na China, esse índice é de seis anos e vem crescendo rapidamente.

As consequências da má qualidade da educação são desastrosas. No contexto de um mundo globalizado, em constante mudança, com base na tecnologia, a qualificação das pessoas é o fator primordial de sucesso econômico para qualquer nação. Países como Japão, Coreia do Sul e Dinamarca, por exemplo, pobres em recursos naturais, tornaram-se nações muito ricas com base na educação da população. Isso ocorreu porque tais nações souberam traduzir o potencial econômico de uma população bem educada em altas taxas de produtividade e inventividade. Segundo dados de 2010, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, o Brasil registra anualmente apenas cerca de três mil patentes, comendo poeira atrás de países muito menores como Coreia do Sul (95 mil) e sem comparação com China (172 mil), Estados Unidos (225 mil) e Japão (238 mil). No ano 2000, os chineses já venciam o Brasil em quantidade de registros de patentes por quatro a um. Em 2011, eles já estavam registrando sessenta vezes mais patentes do que os brasileiros. O Brasil conta com apenas um pesquisador para cada sete mil trabalhadores ativos, um sétimo da média das nações industrializadas. Enquanto a educação no Brasil permanecer no patamar atual, são pequenas as chances de desenvolvimento.

A melhoria da educação no Brasil passa por uma questão fundamental: é o Estado a entidade certa para operar dezenas de milhares de escolas? Será que o controle público é a melhor forma de gerir um colégio, escolher material didático, pagar professores e cuidar da manutenção?

No caso da maioria das nações do planeta, a resposta ainda é sim, apesar de que esse quadro está mudando rapidamente. Em quase todos os países, o governo ainda opera um sistema público e gratuito de educação. No entanto, uma série de casos de sucesso inquestionável, em nações avançadas como Estados Unidos, Inglaterra, Suécia e outros, está

mudando a visão dos especialistas a respeito da melhor estrutura educacional e apontando as vantagens dos sistemas de *vouchers*.

O *voucher* educacional é um sistema bastante simples de entender: o Estado paga, os pais escolhem, as escolas competem, o nível de ensino sobe e todos saem ganhando. Ou seja, cada família recebe uma espécie de cupom com valor pré-determinado, com o qual pode matricular seu filho em escola particular e o valor do cupom é pago diretamente à escola pelo governo. Nesse cenário, apesar de o governo estar financiando a educação, o processo é gerido pelos princípios da competição e livre iniciativa. Escolas boas recebem muitos alunos, ganham dinheiro e crescem. Escolas ruins perdem alunos e precisam ou melhorar ou fechar as portas. Uma irresistível pressão por melhoria é formada.

Simples, porém controverso, o sistema tem sido atacado duramente por parte do *establishment* educacional. Até o momento, a visão predominante entre os educadores é que é papel dos profissionais do ensino escolher onde cada criança deve estudar, e não dos pais. As crianças, afirmam, possuem diferentes graus de habilidade para o aprendizado, habilidade esta que deriva tanto de fatores biológicos quanto do ambiente doméstico. Isso faz com que diferentes crianças demandem doses diversas de esforço para serem educadas. O sistema de *vouchers* é atacado pelos críticos em parte porque estes temem que as crianças mais problemáticas sejam deixadas para trás pelos colégios e por famílias negligentes. Apesar de algumas dessas premissas serem verdadeiras, essa visão tem lentamente sido derrotada por um grande volume de evidências, tanto de países desenvolvidos quanto emergentes, demonstrando que a simplicidade e genialidade desse sistema têm corrigido a maior parte das distorções.

Recentemente a Colômbia criou um programa de *vouchers* com o objetivo de aumentar o acesso à escola secundária. Segundo Harry Patrinos, do Banco Mundial, por intermédio dessa iniciativa, 125 mil crianças receberam *vouchers* com valor equivalente à metade da mensalidade das escolas privadas. Como havia muito mais candidatos do que vagas, foi instituído um sistema de sorteio para definir quem receberia, ou seja, isso representou um experimento perfeito, uma vez que o sorteio garantiu uma amostra aleatória para esse experimento. Os estudos subseqüentes demonstraram que as crianças que receberam *vouchers* tinham de 15% a 20% mais chances de terminar os estudos, 5% menos chance de repetir de ano, notas melhores e chances muito maiores de entrar na universidade.

Sistemas de *vouchers* em diversos locais dos Estados Unidos tiveram resultados semelhantes. Segundo Greg Foster, da Fundação Friedman, todos os oito programas independentes de *vouchers* demonstraram ser superiores ao sistema geral de educação. Os alunos que usavam *vouchers* foram melhores mesmo nos casos em que o custo para o governo foi menor

do que o custo por aluno na escola pública; o valor do *voucher* nos Estados Unidos é metade do custo por aluno em escola pública. Outro estudo da Universidade de Harvard demonstrou que a qualidade das escolas norte-americanas tende a melhorar quando elas precisam competir por alunos. Como afirmou a revista inglesa *The Economist*, aparentemente as pessoas que trabalham em escolas públicas são exatamente iguais a todas as outras: elas tendem a trabalhar melhor quando confrontadas com um pouco de competição.

Deve-se admitir de saída que o sistema de voucher pode ser visto por muitos como um "experimento" ou uma "privatização do ensino". Esse sistema de modo geral contorna o poder dos sindicatos de professores. Existem atualmente 5.600 escolas americanas usando o sistema de vouchers, em praticamente todos os estados do País e atendendo mais de dois milhões de alunos. Um local de destaque é Nova Orleans, onde o sistema de educação foi revolucionado pela introdução em massa de vouchers. Atualmente mais de dois terços dos alunos estão em escolas particulares, pagando com vouchers bancados pelo governo. As escolas particulares estão evoluindo mais rápido, em leitura e matemática do que as públicas. Os pais gostam do sistema e em todo o país as filas de espera são maiores do que nas escolas públicas. Apesar da oposição dos sindicatos de professores, quase sempre avessos a mudanças e receosos em perder seus privilégios, o sistema de vouchers tem crescido 7,5% ao ano desde 2006. Um estudo conduzido em Nova York comparou estudantes de origens similares em escolas públicas com outras em sistema de voucher. Esse último grupo tirou trinta pontos a mais em matemática. Estudo recente do Centro para Reinvenção da Educação Pública, de Seattle, comprovou que escolas particulares no sistema de voucher eram mais eficientes para ensinar leitura e matemática. Outro estudo, em Massachusetts, do Departamento Nacional de Pesquisa Econômica, concluiu que o sistema de vouchers é especialmente eficaz para educar alunos pobres, de minorias e com baixo aproveitamento pedagógico. Os estudos indicam também que os melhores resultados são obtidos quando o Estado acompanha a performance das escolas, fechando os piores e incentivando o crescimento daquelas com melhores índices de aprendizado. O sistema de vouchers oferece vantagens em relação à escola pública, pois nesse caso as escolas estão livres para adaptar a instituição aos alunos e não o contrário. Além disso, podem determinar a duração do período letivo, podem demitir os piores professores e investir recursos como quiserem. Elas representam também uma competição às escolas públicas e, ao demonstrarem que conseguem ajudar alunos pobres e com dificuldades a evoluir, destroem o argumento de certos sindicatos de professores que culpam o ambiente das famílias pelo baixo desempenho. A Universidade de Chicago opera quatro escolas pelo sistema de vouchers, especialmente para crianças negras e pobres. A Taxa de aprovação em

faculdades foi ano passado de 98%, comparado a 35% para a média das escolas públicas da cidade.

Todas as escolas e universidades públicas devem ser privatizadas e o governo deve financiar a educação fundamental por meio de um sistema de *vouchers*. Além do valor recebido do Estado, cada escola deveria ter autonomia para determinar o preço que quer cobrar adicionalmente à verba do governo. Ou seja, se determinada escola possui mais candidatos do que vagas, ela pode cobrar um valor adicional para que se estude nela. Usando-se esse valor adicional como regulador, a demanda pela escola em questão será ajustada para a oferta disponível, equilibrando o sistema. Quem tiver condições e interesse de pagar o valor adicional o fará, enquanto os demais procurarão a escola vizinha que atenda com melhor qualidade pelo valor fixo do governo.

À primeira vista, a questão do preço pode parecer um pouco cruel, uma vez que, na prática, deixará as famílias mais carentes de fora das melhores escolas. No entanto, não podemos nos esquecer que isso já ocorre hoje em dia, com o agravante que as escolas de base são hoje de péssima qualidade. Em nenhum momento propõe-se colocar a totalidade dos jovens dentro de ilhas de excelência, até porque isso seria impossível. O foco dessa proposta é elevar a eficiência e qualidade da base da pirâmide educacional, permitindo que todos tenham acesso a escolas de nível pelo menos aceitável. Com o passar do tempo e com o crescimento econômico, é de se esperar que as famílias migrem cada vez mais para escolas que apliquem preços adicionais e não dependam exclusivamente da verba do governo.

As razões para privatizarem-se escolas e universidades são basicamente as mesmas já expostas: a iniciativa privada é intrinsecamente mais eficiente na gestão de qualquer coisa. Assim como é melhor que uma empresa privada frite hambúrgueres do que o governo, o mesmo ocorre no caso de uma escola. Como vimos, existe muito mais espaço para a corrupção no caso de uma escola pública do que uma privada. A meritocracia, o foco nos resultados, a ação da concorrência pressionando a escola para melhorar fazem a iniciativa privada ter mais chances de aumentar a qualidade de ensino.

Assim como em qualquer atividade econômica, ter uma boa gestão é fundamental para que a atividade dê certo. No caso da educação, ter mais dinheiro não significa necessariamente que o ensino será melhor. Em 2005, o Município de São Paulo gastou em média R\$ 1.060 por aluno e obteve média na prova Brasil de 168 pontos. No mesmo período, o município de Rio Branco no Acre, muito mais pobre e gastando apenas R\$ 589 obteve média de 177 pontos. O fator crítico para tal disparidade foi a melhor gestão por parte dos diretores de escola no Acre, que conseguiram

com maior frequência realizar ações simples como controlar gastos, evitar desperdícios e monitorar as aulas.

A lógica da concorrência se aplica às escolas assim como a qualquer setor econômico. Alguns colégios tendem a ser mais bem-geridos do que outros. Com o tempo, os alunos migram para as escolas que oferecem o melhor custo-benefício, fazendo com que essas cresçam e se multipliquem. No caso das escolas ruins, elas devem ou melhorar ou acabar fechando as portas.

Os administradores mais competentes farão com que suas escolas ofereçam uma excelente qualidade de ensino, com preços competitivos. Eles também passarão a selecionar os professores, demitindo os incompetentes, valorizando os melhores docentes que ensinam de forma adequada a seus alunos. As demandas por cursos e atividades extracurriculares serão atendidas rapidamente, porque as escolas e as universidades terão o maior interesse em conquistar mais clientes.

O processo de privatização deve ser lento e gradual, iniciado pela reforma do ensino superior, que é a instância em que ocorrem as maiores distorções. Quase metade do orçamento público da educação é hoje destinado ao ensino superior, inchado e ineficiente. Nossas universidades públicas viraram cabides de emprego. Há só dez alunos por professor nas universidades federais, ante 15,5 nos países desenvolvidos e dezoito nas universidades privadas.

Segundo o pesquisador Gustavo Ioshpe, se as universidades públicas passassem a cobrar mensalidades semelhantes às particulares, o governo teria uma receita adicional anual de 7,4 bilhões de reais. Na maioria dos países desenvolvidos, incluindo Canadá, Itália, França e Japão, a universidade pública cobra mensalidade dos alunos. O Brasil é um dos poucos países onde o dinheiro dos impostos pagos pelas empregadas domésticas financiam as caras faculdades dos filhos dos patrões.

É um ensino público que educa um grupo de alunos relativamente pequeno, dominado em sua maioria pelos filhos da classe alta e média alta. Ou seja, enquanto a maioria da população estuda em instituições de ensino fundamental de péssima qualidade e sem recursos, os filhos da elite econômica estudam de graça em universidades públicas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o custo de um aluno no ensino público superior é doze vezes maior do que o custo no ensino fundamental. Hoje se fala muito sobre a qualidade do ensino dessas instituições, que geralmente são consideradas de alto nível. No entanto, se considerarmos que as universidades públicas costumam receber a nata dos estudantes e que esses estudantes costumam obter bons desempenhos independentemente da qualidade de ensino, ficam

algumas dúvidas sobre quanto mérito o ensino público realmente possui. Greves frequentes, estrutura administrativa inchada e burocrática, baixo grau de informatização dos processos são algumas características frequentes do ensino público superior.

Após uma fase de cobrança de mensalidades, deve-se partir para a completa privatização do ensino superior e, em seguida, fazer o mesmo com o ensino fundamental, com os cursos técnicos e com a pré-escola. Todos esses ciclos devem ser adaptados ao sistema de vouchers.

É preciso tomar cuidado para só aprovar uma determinada privatização quando ficar evidente que a escola possui massa crítica de alunos ao seu redor para viabilizá-la financeiramente. Outra preocupação é vender a estrutura a um preço superior ao custo do imóvel. Se a escola for vendida muito barato, haverá investidores que simplesmente fecharão a escola e venderão o imóvel para auferir lucro sobre ele. Ao final do processo, a grande maioria das escolas estará nas mãos da iniciativa privada e sob um regime de competição por alunos. Regiões mais remotas ou nas quais não foi possível atrair empresas devem permanecer nas mãos do governo, até o momento em que for possível completar a privatização.

Pagar uma quantia de cem reais para uma escola particular é muito melhor do que o governo gastar essa quantia operando diretamente o sistema educacional. Em primeiro lugar, a escola particular saberá certamente fazer melhor uso dos recursos. Em segundo, o governo estará se livrando de uma atividade econômica direta. Em terceiro, isso será muito melhor para as contas públicas. Mesmo assim, o governo teoricamente gastará com educação o mesmo valor total que gasta hoje (5,5% do PIB), porém ele não mais precisará possuir uma imensa rede de propriedades imobiliárias. Como a totalidade das escolas e universidades será vendida, o Poder Público levantará um valor de dezenas de bilhões de reais, valor que pode ser abatido da dívida pública. Portanto, apesar do gasto operacional ser o mesmo, financeiramente a privatização do ensino sairá muito mais barato.

Propostas para a educação: Privatizar todas as escolas e universidades públicas, implantando o sistema de *vouchers*. Para cada aluno matriculado, o governo paga uma bolsa diretamente à escola. Cada escola pode optar se receberá apenas a verba do governo ou se cobrará uma taxa extra

Cheque em branco sem fundos

Saúde

Em 1988, a assembleia constituinte brasileira passou um cheque em branco para toda a sociedade brasileira. Segundo a Constituição, todo cidadão do país tem direito a tratamento de saúde completo e gratuito. Ideia bonita na teoria, impraticável na vida real. Uma nação com economia pobre decidiu se comprometer com um benefício que apenas alguns poucos países ricos podem se dar ao luxo de oferecer, e mesmo assim às custas de déficits cada vez menos sustentáveis. Para atender a essa obrigação constitucional, o governo veio aumentando impostos regularmente, desde 1988, mesmo assim sem sucesso na tarefa de construir um sistema de saúde de qualidade.

Hoje em dia a situação da saúde no Brasil é lamentável. Com exceção de algumas ilhas de excelência, a maior parte dos hospitais e postos de saúde encontram-se sobrecarregados pelo excesso de demanda, falta de médicos, remédios e estrutura. Filas intermináveis fazem com que muitos doentes cheguem a esperar meses para obter uma consulta. Condições precárias de higiene fazem a transmissão de doenças dentro dos postos de saúde ser um grave problema. Hoje, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil gasta cerca de 7% do PIB com saúde, nível semelhante ao do Japão, Espanha e Suécia, países com tradição em medicina de qualidade. Ou seja, o grande problema não é o volume de recursos e sim a forma como eles são aplicados.



Novamente nesse caso, a presença direta do poder público brasileiro na saúde é uma afronta ao bom senso. Dirigir um hospital é tarefa bastante complexa, pois é preciso gerir as necessidades de milhares de profissionais especializados e administrar uma complexa cadeia logística de medicamentos, equipamentos médicos e materiais diversos. Isso sem contar a gestão de procedimentos delicados, que exigem atenção e detalhe. Poucas atividades econômicas são tão complexas quanto a atividade da saúde. Se o governo não consegue nem tapar buracos em estradas, o que dizer de administrar um grande hospital, contratar e treinar enfermeiros, operar e dar manutenção a frotas de ambulâncias, comprar equipamentos sofisticados e as inúmeras tarefas operacionais ligadas à saúde.

Assim como no caso da educação, é preciso privatizar todos os hospitais e postos de saúde do país. Isso deve ser feito de forma ordenada, garantindo que mesmo as regiões mais isoladas e esparsamente povoadas mantenham acesso ao sistema de saúde. O importante é que as instalações hoje sob o comando estatal sejam vendidas e que essas passem a atender tanto pacientes avulsos quanto membros dos diversos planos de saúde existentes no país.

O plano de assistência médica é peça chave na melhoria da saúde, pois é a forma mais barata e eficiente de se levar tratamento médico a milhões de pessoas. Pela lógica da concorrência, cada plano de saúde consegue agregar centenas de milhares de clientes, conseguindo assim melhores condições de preço junto aos hospitais. Isso permite que eles cobrem preços cada vez mais competitivos dos pacientes. Ao mesmo tempo, precisam se preocupar com a qualidade, pois se um determinado plano estiver abaixo do padrão do mercado, as pessoas tenderão a mudar de plano. Desse conflito entre qualidade e preço baixo saem as melhorias na saúde. Hoje em dia existem planos de saúde básicos a partir de trinta reais mensais por pessoa. O sistema de planos de saúde já se provou ser um modelo de sucesso. Atualmente, segundo a Agência Nacional de Saúde (ANS), mais de 40 milhões de brasileiros, quase um quarto da população, já possui plano de saúde privado.

A venda dos ativos públicos da saúde e o incentivo aos planos de saúde privados constituem o alicerce da melhoria. No entanto, o que fazer com as famílias que estiverem passando por dificuldades agudas? Ora, como vimos, a assistência social municipal terá como função justamente identificar esses indivíduos. Para aqueles que comprovarem precariedade financeira, a assistência social incluirá na sua ajuda mensal valor suficiente para que a família possa pagar um plano privado familiar durante o período da ajuda. Esse plano será escolhido pela própria família, desde que o custo não ultrapasse o valor teto determinado para cada região. Para fazer jus ao dinheiro, bastará que a família demonstre estar pagando o plano de saúde.

Atualmente, a maioria das empresas oferece planos de saúde privados a seus colaboradores. Como veremos mais adiante, quando abordaremos as reformas trabalhistas, com o aumento do emprego formal, veremos uma parcela cada vez maior da população coberta naturalmente via emprego. Outros tantos pagarão de forma privada pelos planos de saúde. Quanto à parcela dependente da assistência social, deverá encolher gradativamente. Mesmo no início, período durante o qual muita gente ainda dependerá de dinheiro público para ir ao médico, o custo total com saúde será muito menor do que o gasto atual do governo.

Nesse modelo proposto, o foco da atenção do poder público deverá mudar. Em vez de gerir diretamente os hospitais, contratando e demitindo médicos, estocando remédios e consertando encanamentos, o governo terá o papel de fiscalizar as condições de saúde e práticas dos convênios médicos.

Propostas para a saúde: Privatizar todos os hospitais e postos de saúde do governo. Cada pessoa deverá escolher um plano de saúde e usá-lo para satisfazer suas necessidades de saúde. A assistência social paga os planos das famílias que comprovarem incapacidade de pagamento

O cofre enferrujado

Previdência social

No final do século XIX, o chanceler da Alemanha Otto von Bismark instituiu o que era na época uma generosa concessão social aos cidadãos mais idosos. Para os alemães que atingissem a idade de 65 anos, o governo pagaria uma pequena pensão mensal. Esse valor era financiado pelos impostos recolhidos aos cofres públicos e tinha peso ínfimo no total da economia. Realmente, para os padrões demográficos da época, atingir 65 anos era uma proeza semelhante a chegar aos cem anos hoje em dia! Pouca gente chegava a receber os benefícios e, mesmo quando o fazia, era por pouco tempo. Uma massa de jovens produtivos chegava ao mercado de trabalho anualmente para cobrir os pequenos gastos com os idosos.

Como sabemos, de lá para cá o panorama demográfico do mundo desenvolvido mudou radicalmente. Em primeiro lugar, os avanços da medicina e do saneamento básico fizeram saltar drasticamente a expectativa de vida. No Japão de 1935, por exemplo, as pessoas costumavam viver até os 45 anos em média. Hoje esse número subiu para 81 anos. Isso fez com que a população com idade de receber os benefícios aumentasse exponencialmente. Ao mesmo tempo, a queda na taxa de natalidade fez com que o grupo dos jovens, como proporção da população total, diminuísse. Hoje existem cada vez menos pessoas em idade produtiva para cada pessoa aposentada. Os rombos nas previdências sociais dos países ricos são tão graves que esse problema já é considerado como o maior desafio socioeconômico do mundo contemporâneo.

Em termos demográficos, o Brasil é um país que ainda não atingiu um perfil semelhante ao da Europa e do Japão, mas que caminha para tal. A expectativa de vida aqui é de 71 anos, valor menor que o dos países ricos, porém crescente. A taxa de natalidade, apesar de maior que a do mundo desenvolvido, vem caindo lentamente. Estamos passando pelo segundo estágio natural no perfil demográfico de todos os países. Entender esses estágios é muito importante para uma compreensão mais aprofundada dos problemas da previdência social.

O primeiro estágio do desenvolvimento ocorre quando um país muito pobre tem acesso aos avanços econômicos básicos, a economia cresce e os primeiros degraus da medicina são conquistados. Saneamento básico, hospitais e vacinas são difundidos, o que reduz drasticamente a mortalidade. Com o número de mortes reduzido e a natalidade ainda alta nessa fase, ocorre a explosão populacional. Muitas crianças, poucos idosos

e uma população se expandindo rapidamente são as principais características desse estágio. A economia como um todo cresce mas, com a riqueza dividida entre cada vez mais gente, a qualidade de vida avança menos.

No segundo estágio do desenvolvimento, a classe média cresce, a urbanização transforma a vida das pessoas e a taxa de natalidade despenca. Isso faz com que o país comece a ter proporcionalmente muito menos crianças do que tinha durante o primeiro estágio. Por outro lado, ainda há poucos idosos. Nessa fase, que costuma durar de vinte a trinta anos, o país tem a maior proporção de trabalhadores ativos entre todos os países do mundo. Com menos crianças para educar e ainda muito poucos idosos para sustentar, a nação tem algumas décadas preciosas com uma enorme participação de pessoas produtivas na sociedade. Os pesquisadores batizaram esse estágio de “dividendo demográfico”. Nações sábias como a Coreia, o Japão e a Alemanha usaram esse período como trampolim do desenvolvimento, para prepararem-se para um futuro apertado. Eles usaram esse período para poupar, investir em infraestrutura e desenvolver seus países, pensando nos anos mais apertados que virão na frente. Como veremos adiante, nós brasileiros estamos desperdiçando miseravelmente essa fase preciosa.

Por fim, no terceiro estágio, que ocorre cerca de trinta anos após o início do segundo, a população acima de 65 anos cresce rapidamente, há poucas crianças e cada vez menos adultos produtivos para sustentar a economia. O custo da previdência aumenta exponencialmente e torna-se um grande desafio para qualquer governo, mesmo os mais eficientes. Segundo reportagem do jornal Estado de São Paulo, alguns países do leste europeu, como Lituânia e Estônia, estão vendo sua população encolher dois por cento ao ano, sendo que as contas públicas estão sendo massacradas pelos compromissos previdenciários.

A médio e longo prazo, nosso perfil populacional tenderá a seguir o perfil dos países ricos. Isso significa que os mesmos desafios (que hoje já existem) tendem a se acentuar no futuro, ou seja, cada vez menos jovens brasileiros trabalhando para pagar as aposentadorias a um grupo cada vez mais numeroso de idosos.

O Brasil tem o típico perfil de país jovem, onde apenas 6% da população têm mais de 65 anos, contra 16% na média dos países desenvolvidos. Mesmo assim, nosso perfil de gastos previdenciários nos assemelha ao de uma nação de geriátricos. Nossos gastos atuais com a previdência já passam de 12% do PIB, índice superior à maioria dos países ricos e três vezes maior do que a verba da educação! Isso apesar de termos proporcionalmente apenas um terço dos idosos desses países. Como a arrecadação é limitada, é gerado anualmente um rombo de dezenas de

bilhões de reais. Isso ocorre em virtude de algumas distorções ligadas à previdência.

Em primeiro lugar, no Brasil a aposentadoria está ligada ao tempo de trabalho. Apesar de algumas tímidas reformas, mais de 60% das pessoas se aposentam aos 54 anos. Apenas alguns poucos países exportadores de petróleo construíram um sistema tão generoso. Outro aspecto é que dois terços das pensões são ligados diretamente ao valor do salário mínimo. Governo após governo, em tentativas populistas de agradar ao público, tem elevado esse valor acima da inflação, inchando os compromissos públicos para com os aposentados. Boa parte das pensões vai para os aposentados da área rural, a maioria dos quais nunca contribuiu com a previdência. Dados de 2009 mostram que apesar das receitas do regime previdenciário rural serem de apenas 4,6 bilhões de reais, os gastos são de 44,9 bilhões, gerando mais de 40 bilhões de déficit.

Acima de tudo, existe outra distorção que é típica do Brasil: no nosso país existem dois sistemas previdenciários que funcionam em paralelo, um para o setor privado e um para o setor público. Segundo a legislação brasileira, um trabalhador da iniciativa privada precisa contribuir com a previdência durante em média 35 anos, destinando a ela obrigatoriamente até 31% do seu salário bruto (11% pagos pelo empregado e 20% pagos pelo empregador). Quando se aposentar, digamos, aos 60 anos, ele passará a receber para o resto da vida um valor muito inferior ao último salário na ativa. É um péssimo negócio para quem está nesse regime - a maioria da população. Por exemplo, se um trabalhador assalariado que recebe o teto da previdência, três mil reais, aplicasse numa poupança à menor taxa possível (meio por cento ao mês) as contribuições que ele e o empregador fazem à previdência, ao final de 35 anos ele teria na poupança cerca de um milhão e trezentos mil reais. Isso é suficiente para uma pensão próxima a dez mil reais por mês durante vinte anos. Atualmente, o máximo que a previdência paga é R\$ 3.689,00 reais, significando que mais de sessenta por cento do valor contribuído será roubado pelos saqueadores. Esse é um exemplo de alguém que ganha três mil reais por mês. Quanto maior o salário, mais a pessoa é prejudicada pelo sistema previdenciário, conforme tabela abaixo.

Salário na ativa	Contribuição previdenciária (empregado mais empregador)	Valor na poupança após 35 anos	Teto do INSS	Pensão Privada	Percentual Roubado pelos saqueadores
R\$ 3.000	R\$ 930	R\$ 1,3 milhão	R\$ 3.689	R\$ 9.493	61%
R\$ 5.000	R\$ 1.330	R\$ 1,9 milhão	R\$ 3.689	R\$ 13.575	73%
R\$ 10.000	R\$ 2.330	R\$ 3,3 milhão	R\$ 3.689	R\$ 23.782	84%
R\$ 20.000	R\$ 3.330	R\$ 4,8 milhão	R\$ 3.689	R\$ 33.990	89%

Paralelamente a esse sistema, os servidores públicos possuem um conjunto de regras próprias para definir suas aposentadorias. Eles têm descontos menores que os demais e possuem privilégios na aposentadoria. Além disso, por meio de uma infinidade de minúcias e brechas legais, muitos servidores públicos acumulam mais de uma aposentadoria. Em nada ajuda o fato do governo, ao contrário da iniciativa privada, não entrar com a contribuição da cota patronal sobre os salários dos servidores públicos. Enquanto o primeiro sistema de previdência ao menos consegue cobrir 80% dos gastos com recursos próprios, o sistema dos servidores públicos cobre apenas 30%. Nesse setor, o governo arrecada cerca de R\$ 20 bilhões e gasta R\$ 67 bilhões por ano, gerando um rombo anual de R\$ 47 bilhões. Atualmente, existem quase quatro milhões de funcionários públicos aposentados, recebendo valores muito acima dos valores praticados para quem não é funcionário público. O governo federal, por exemplo, pagou em 2009 quase 6 mil reais mensais aos aposentados do Executivo, o triplo da média nacional. Para o Legislativo e Judiciário a média foi acima de 15 mil reais mensais! A existência desses dois sistemas faz com que o gasto total com previdência seja de mais de 12,2% do PIB, contra 7,6% no caso do Japão, que tem população bem mais idosa. O Brasil gasta três vezes mais com os aposentados do que com as crianças em idade escolar.

As regras escandalosamente generosas do sistema de previdência dos servidores são típicas de um regime em que as raposas tomam conta do galinheiro. Como vimos, as filhas solteiras de militares falecidos, por exemplo, têm direito à pensão mensal até se casarem oficialmente. Não é preciso dizer que a maioria delas nunca o faz, para não perderem esse privilégio. Essas regras fazem com que uma quantidade astronômica de recursos dos impostos sejam destinados a beneficiários das classes A e B, uma clara inversão de qualquer propósito distributivo de renda.

Outro problema é o dos beneficiados-fantasmas, estimados pelo governo em centenas de milhares de pessoas, que retiram dinheiro em duplicidade dos dois sistemas previdenciários sem terem cumprido as devidas contribuições em ambos sistemas.

Existem casos em que a lei brasileira força trabalhadores ativos e produtivos a pararem de trabalhar, contra sua vontade, gerando custos adicionais para o país. A Constituição brasileira perpetua os efeitos da aposentadoria precoce, ao definir para uma série de profissões a regra da aposentadoria compulsória por idade. Por exemplo, em setembro de 2012, na fase mais crítica do julgamento do Mensalão, o juiz do Supremo Tribunal Federal Cezar Peluso completou setenta anos. Nem mesmo o fato dele estar em meio ao trabalho mais importante da história do tribunal foi considerado para evitar o sumário afastamento do juiz. A aposentadoria

compulsória impôs um custo a mais para a sociedade e nos privou de mais um talento produtivo.

A primeira ação para se resolver o problema da previdência é recalculando todos os benefícios dos servidores públicos usando como base as regras dos trabalhadores da iniciativa privada. Deve-se trazer os valores pagos para a média do mercado privado e eliminar abusos e brechas. Isso reduziria fortemente os valores a pagar e eliminaria parte das distorções do sistema.

Em seguida, é preciso revisar as regras, de modo que o sistema pelo menos seja sustentável a longo prazo. Da forma como está, o Brasil está criando uma bomba-relógio financeira, que certamente explodirá nas próximas décadas, à medida que a população sofrer o inevitável envelhecimento que está projetado. Hoje o Brasil possui uma participação relativamente baixa de crianças e idosos na população, comparado ao resto do mundo. Mesmo assim, a previdência gera um grande rombo. Com as inevitáveis mudanças no perfil etário, o buraco crescerá exponencialmente e engolirá a economia toda. Aumentar idade mínima para aposentadoria, incentivar as pessoas a trabalharem até muito mais tarde e investir em reciclagem de mão de obra são essenciais.

Nenhum país tem lidado tão bem com o problema do envelhecimento como a Finlândia. Em 2001, apenas cinco por cento das pessoas acima de 65 anos estavam empregadas lá. Dez anos depois, já são 12%. Isso é o resultado de uma série de políticas inovadoras. Desde a década de 90, o país criou um fundo para financiar o treinamento de trabalhadores idosos e faz constante campanha de conscientização e incentivo para as empresas contratá-los. Além disso, quem decide se aposentar aos 62 anos (idade mínima nacional) recebe apenas 70% da média dos salários recebidos na vida (ao contrário do Brasil, que paga sobre o último salário). Os que continuam no mercado de trabalho mais seis anos passam a receber 90% da média salarial. Com as mudanças, a população idosa e economicamente ativa explodiu, o que reduziu bastante o peso da previdência social nas contas públicas. É um exemplo que deve ser seguido.

Por fim, precisamos ter em mente que o objetivo final, a longo prazo, é a completa extinção do conceito de previdência pública. Dados os compromissos já assumidos e o tamanho da mudança, claro que isso levaria décadas para ser feito. Mas é preciso desde já estarmos conscientes de que ao final do projeto, precisamos mudar o paradigma atual. O modelo criado por Bismark partia do pressuposto de que a geração atual deve ser sustentada às custas das gerações futuras. Em um mundo em que as “gerações futuras” serão cada vez menos numerosas, tal visão é impraticável. O governo não deve fazer promessas aos aposentados usando

o bolso dos que ainda nem nasceram. Deve o governo obrigar todos os cidadãos a destinar parte de sua remuneração à aposentadoria? Devem esses recursos ficar nas mãos exclusivamente dos bancos do governo? Devem alguns cidadãos ser obrigados a pagar os gastos de outros? Acreditamos que não.

Cada pessoa deveria estar livre para poupar quanto quiser, se quiser, e colocar o dinheiro onde bem entender. Com os avanços na medicina, as pessoas podem hoje em dia realizar trabalho produtivo por muito mais tempo do que antigamente, aumentando o tempo para se aposentar. Uns podem preferir fazer poupança e viver de renda em vez de receber pensão mensal. Outros podem escolher um plano de previdência privada. Outros ainda podem ser menos prudentes e serem obrigados a contar com a família. Nos casos mais extremos, a pessoa ainda poderá contar com a assistência social. No entanto, é inadmissível que todos os trabalhadores brasileiros sejam obrigados a poupar o valor que o governo determina e deixar o dinheiro onde o governo determina. Cada pessoa deve responsabilizar-se ao longo da vida, pelo seu próprio futuro. Cada pessoa terá a oportunidade de escolher se quer fazer um plano particular ou não. As estruturas ligadas à previdência devem ser fechadas, e os funcionários públicos que trabalham nesses órgãos devem ser realocados ou demitidos.

Propostas para a previdência social: Abolir completamente a previdência, tanto a do setor público quanto a do setor privado. Cada pessoa decide se quer ou não realizar plano privado de previdência social

Rompendo os grilhões

Reforma fiscal

Todos os brasileiros pagam impostos. Mesmo sem saber, a criança de oito anos que compra um chocolate na escola está destinando cerca de quarenta por cento do valor do doce pra os cofres públicos. Na média, cada cidadão do Brasil passa cinco meses por ano trabalhando apenas para pagar impostos.

Como vimos, a carga tributária brasileira sobre o setor produtivo é uma das mais altas do mundo. Ela evoluiu em apenas dez anos de 28% para cerca de 40% do PIB, contra 18% na China e na Rússia. Considerando-se que o PIB é composto também pelo setor informal (sonegação), a carga tributária sobre a parcela oficial da economia é ainda maior. De acordo com análise feita pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o Brasil apresenta a terceira maior carga tributária do mundo entre as maiores economias mundiais, ficando atrás somente de França e Itália. Se levarmos em conta que esses dois países são nações muito ricas, cujos governos oferecem excelentes serviços públicos, a situação do Brasil é lamentável.

A diferença entre a carga tributária brasileira e a dos demais países faz com que uma série de produtos custe muito mais caro aqui. Por exemplo, uma TV de led em junho de 2011, mesma marca e modelo, custava o equivalente a 2 mil dólares no Brasil, contra mil e cem dólares nos Estados Unidos. A diferença? Impostos. O efeito perverso dos impostos recai sobre todos os segmentos, inclusive as indústrias de base. Apesar de o Brasil possuir a mais extensa capacidade hidroelétrica do mundo, um quilowatt aqui custa cinquenta por cento mais caro que nos Estados Unidos, 27 centavos de dólar, contra 18 centavos nos EUA. O minuto de celular nos Estados Unidos custa 17 centavos de dólar. No Brasil, proibitivos 60 centavos. Impostos abusivos, regras opacas, impostos em cascata e bitributação aumentam drasticamente o preço dos produtos e serviços e dão ao Estado uma fatia obscena da riqueza produzida.

Peguemos, por exemplo, a cadeia de distribuição de uma câmera fotográfica digital. Imaginando que esse produto custa ao consumidor cerca de trezentos reais, ele passa pela mão do varejista, que comprou o produto do distribuidor, que por outro lado, adquiriu-o do fabricante. Neste exemplo, depois de pagar os custos, juros e impostos, o lucro líquido unitário do fabricante é de cerca de oito reais. O lucro do distribuidor, de seis reais. Nesse mesmo exemplo, a loja de varejo que o vendeu tem um

lucro unitário de trinta reais. Ou seja, as três empresas da cadeia de distribuição ganharam juntas R\$ 44,00. No exemplo, o total de impostos pagos pelos três é de nada menos do que R\$ 170,00, quatro vezes mais do que o lucro de todas as empresas que trabalharam para que o produto chegasse às mãos do consumidor. Dos R\$ 300,00 do preço, nada menos do que 56% foram direto para o governo. Esse tipo de cálculo é válido para os demais setores produtivos. Do preço do ar-condicionado, 48% é composto por impostos. Bola de futebol é 46%. Escola particular é 38% e assim por diante. Para quase todos os produtos existentes, uma enorme parcela é destinada ao governo. A cada dia, em cada compra de qualquer brasileiro, o leão devorador avança voraz e saqueia parte do trabalho duro das pessoas.

Na composição descrita acima, encontram-se algumas dezenas de taxas, impostos e contribuições. Segue abaixo uma lista de alguns desses encargos:

- IR — Imposto de Renda
- CSLL — Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados
- ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- PIS — Programa de Integração Social
- Cofins — Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- IST — Imposto de substituição tributária
- CPMF — Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
- IOF — Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários
- INSS — Instituto Nacional de Seguridade Social
- ISS — Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- IPVA — Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- IPTU — Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
- II — Imposto de Importação
- Senac — Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- Senai — Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- ITBI — Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
- ITCMD — Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação sobre Quaisquer Bens ou Direitos
- SAT — Contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho
- Incra — Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Sebrae — Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa
- Sesi — Contribuição ao Serviço Social da Indústria

- Sesc — Contribuição ao Serviço Social do Comércio
- Cide Combustíveis — Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico
- Cide Remessas Exterior — Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico
- Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública
- Contribuição aos Órgãos de Fiscalização Profissional (OAB, CRC, Crea, Creci, Core etc.)
- IE — Imposto sobre a Exportação
- ITR — Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural



Cada um dos encargos acima possui regulamento específico e forma própria de cálculo. O ICMS, por exemplo, muda de Estado para Estado, aumentando a complexidade. Isso significa que, para estar dentro da lei, uma empresa precisa conhecer 27 legislações diferentes sobre ICMS, em um total de mais de 3500 normas espalhadas por calhamaços de legislação do Rio Grande do Sul a Roraima. Como se já não bastasse a complexidade de calcular os impostos existentes, o governo ainda criou 91 chamadas “obrigações acessórias”, os guias, formulários e livros que precisam ser preenchidos pelas pessoas ou empresas depois de pagar um tributo.

Algumas regras mudam tão rapidamente que muitas empresas são forçadas a suportar grandes departamentos fiscais na tentativa de se manterem atualizadas. A unidade da Gerdaui nos Estados Unidos, por exemplo, possui apenas dois funcionários trabalhando na área tributária. No Brasil, a empresa possui mais de duzentas pessoas. O tempo médio de processamento de impostos no Brasil é de 2.600 horas por homem, o maior índice em todo o mundo. Nos últimos cinco anos, o governo brasileiro criou uma média de oito mil novas regras tributárias por ano.

A burocracia é infernal: abrir um novo negócio no Brasil demanda dezessete diferentes procedimentos, em diversas repartições públicas. Deve-se pagar diversas taxas e ainda o chamado “imposto da pressa”, pequenos subornos destinados a fazer com que o burocrata de plantão efetivamente faça o trabalho para o qual foi contratado. Segundo estudo do Banco Mundial chamado "doing business", a média mundial de tempo para se abrir uma empresa é de trinta dias. No Brasil, o tempo é de 119 dias, ou seja, quatro meses de espera para alguém poder finalmente começar a produzir e gerar empregos. Em estudo do Fórum Econômico Mundial entre as 144 nações pesquisadas, o Brasil ficou em último lugar no quesito regulamentação governamental.

Isso tudo aumenta ainda mais os custos para quem produz. Em Hong Kong abre-se uma empresa em 24 horas. Em diversas ocasiões, nós, autores deste livro, nos vimos na situação de tentar explicar a estrangeiros, nunca com sucesso, o sistema tributário nacional. Após algumas horas debruçados sobre as planilhas, eles invariavelmente desistem, perplexos.

Mesmo esforçando-se para cumprir a lei, mesmo investindo em exércitos de analistas fiscais, contadores e consultores tributários, a complexidade da selva legal brasileira é tamanha que as empresas invariavelmente erram. Agentes fiscais ambiciosos escrutinam as minúcias operacionais para encontrar brechas e pretextos de multa. Abre-se espaço para os chamados vendedores de facilidades, onde gordas propinas podem ser pagas para comprar a vista grossa dos fiscais. A indústria do jeitinho vai

se solidificando nesse processo, prejudicando a competitividade do Brasil e reduzindo a arrecadação.

Além da complexidade e peso dos tributos, outro problema que aflige a produção é a capacidade financeira das empresas. Na maioria das vezes, as empresas vendem a prazo, chegando em alguns casos a parcelar em 24 ou 36 vezes seus produtos. No entanto, os tributos são sempre cobrados a vista, ou seja, antes mesmo de saber se o cliente pagará a mercadoria, o fabricante já precisa pagar seus tributos. Conclusão: quem produz precisa financiar tanto o cliente quanto o governo.

Isso sem contar alguns aspectos bizarros e injustos da legislação tributária. Peguemos, por exemplo, o caso de uma empresa que vende determinado produto para outra, e a empresa compradora vem a falir, deixando de pagar a dívida. Mesmo tendo prejuízo por ter entregado uma mercadoria e não ter recebido por ela, a empresa vendedora, ainda assim, é obrigada a pagar os impostos relativos ao produto em questão. Outro caso curioso ocorre quando uma empresa importadora tem a mercadoria roubada no trajeto. Da mesma maneira, ela é obrigada a recolher todos os impostos de importação como se estivesse operando normalmente.

Por fim, o sistema tributário brasileiro é muito opaco. Nos Estados Unidos, por exemplo, o imposto sobre a venda vem destacado na nota fiscal. Cada consumidor sabe quanto está pagando pelos produtos e exatamente quanto de imposto. Espertamente, o governo brasileiro não optou pelo mesmo caminho. Imagine a alegria de um jovem brasileiro, que souou a camisa para comprar um MP3 Player, vendo na nota fiscal que o produto custa R\$ 130 e os impostos custam R\$ 170, totalizando os R\$ 300 do preço. É verdade que finalmente, depois de mais de vinte anos, o congresso regulamentou a lei que obriga a discriminação do valor dos impostos incidentes sobre cada produto e serviço listado nas notas e cupons fiscais. É um ótimo avanço, desde que seja implementado e torne-se uma realidade em todo o país.

Todos os fatos acima relatados tornam o sistema tributário brasileiro profundamente ineficiente, além de injusto. Como vimos, a principal função da diminuição das atividades do Estado que está sendo proposta é para permitir a redução da carga tributária e a simplificação de impostos.

Para solucionar o problema tributário, a primeira ação que deve ser tomada é abolir a quase totalidade dos impostos atuais, começando pelos impostos em cascata (cobrados seguidamente de cada elo da cadeia de distribuição), como a antiga CPMF, que são os mais nocivos à economia. Em seguida, conforme o tamanho do Estado diminua, devem ser abolidos os demais impostos. Após um longo período de ajustes gradativos, devem sobrar única e exclusivamente os impostos listados abaixo:

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO: O ideal seria um imposto de importação com alíquota zero e a prática do livre comércio. Nessa situação, as barreiras são eliminadas e chega-se à maximização da riqueza geral. No entanto, eliminar rapidamente todas as barreiras à importação teria o efeito de destruir de imediato a indústria nacional. Após anos de proteção e levando-se em conta o custo Brasil e os juros estratosféricos praticados no país, poucas indústrias seriam capazes de sobreviver a uma invasão maciça de produtos estrangeiros (como ocorreu em alguns setores). No entanto, após um período de ajustes, os impostos de importação precisarão ser derrubados. Somente assim o estímulo à competição estará garantido. Ao governo restará a possibilidade de aumentar as alíquotas apenas em casos específicos, como *dumping* ou subsídios governamentais². O imposto sobre importação deveria ter um impacto praticamente insignificante sobre a economia.

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS NOCIVOS: Hoje em dia as empresas de cada cadeia produtiva pagam impostos sobre as vendas de uma para outra. Isso precisa ser abolido. O único imposto a ser admitido será o imposto sobre a venda aos consumidores finais, ou seja, aqueles que consumirão definitivamente o produto ou serviço. Mesmo assim, o imposto deve ser mantido em nível relativamente baixo e variar conforme o impacto social de cada produto/serviço. Além disso precisa estar claramente destacado na nota fiscal, de modo que os consumidores saibam quanto estão pagando de impostos.

Quando se trata de imposto sobre o consumo, todos os produtos ou serviços devem ser avaliados de acordo com os impactos, benéficos ou nocivos, aos demais cidadãos e à sociedade em geral. Produtos e serviços nocivos são aqueles cujo consumo causa dano significativo às demais pessoas ou ao meio ambiente. Não se está aqui fazendo julgamento de valor, sobre o que cada um pode ou não pode consumir. Essa é uma decisão individual e, como vimos, não está sujeita às opiniões do governo. No entanto, certos produtos, ao causarem problemas de saúde, poluição ou desgaste desproporcional de infraestrutura ou do meio ambiente, devem sofrer taxa de consumo mais pesadas.

Um exemplo claro de produto nocivo é o álcool. Mortes ligadas ao álcool triplicaram mundialmente desde 1990. Segundo a agência British Crime Survey, mais da metade das ofensas violentas entre 2009 e 2010 foram ligadas ao álcool, bem como cerca de um milhão de internações de hospital. A bebida passou de sexta para terceira principal causa de morte, em grande medida devido à drástica queda de preço que o álcool sofreu ao longo do período. Atualmente, na maioria dos países, um operário consegue, com o dinheiro de uma hora de trabalho, comprar bebida suficiente para uma semana de embriaguez. A conta disso recai sobre todos, incluindo aí o aumento da violência e dos acidentes ligados ao

álcool, bem como os custos de tratamento dos milhões de dependentes e a perda em massa de empregos e isolamento social.

A melhor forma de atacar o problema é através de impostos cobrados sobre o conteúdo alcóolico (ao invés da cobrança tradicional de um percentual sobre o preço de venda). Isso fará com que as bebidas mais fortes tornem-se, também, as mais caras. Como em qualquer mercado, preço e consumo estão intimamente ligados. Aumentos de impostos levam ao imediato aumento do preço, o que inevitavelmente causa queda no volume consumido. Isso será especialmente benéfico para os consumidores pesados e para os jovens em geral, ambos grupos mais sensíveis a preço que os demais. Segundo o pesquisador Tim Stockwell, da universidade de Victoria no Canadá, um aumento de dez por cento no preço da bebida leva a uma queda de 4,6% no consumo. Isso foi testado e comprovado em diversos estados do Canadá e observou-se que após dois a quatro anos do aumento dos impostos, o consumo de álcool, bem como os crimes e problemas de saúde associados caíram significativamente.

Alguns outros exemplos de possíveis produtos nocivos são os automóveis de passeio, as pilhas e baterias de celular, o cigarro, as drogas e as armas de fogo. O princípio por trás dessa cobrança é que esses produtos causam efeitos expressivos à sociedade e o imposto teria a função de financiar a resolução dos problemas por eles causados, bem como desestimular o consumo.

Outro caso que merece destaque e que ilustra bem essa questão é o imposto do carbono (*carbon tax*). Economistas de destaque tem recomendado a criação desse imposto como uma maneira simples e direta de reduzir o consumo de hidrocarbonetos poluentes (petróleo, carvão, etc) ao mesmo tempo incentivando a pesquisa de fontes de energia alternativa. Ao invés dessa taxa recair sobre o preço do combustível, ela é definida de acordo com o grau de poluição causado por cada tipo de energia. Energia poluente, como por exemplo o carvão sofreriam taxa maior, enquanto energias limpas, como eólica, hidráulica e solar teriam taxa zero. Ao contrário da prática de subsídios, em que o governo gasta verbas públicas escolhendo tecnologias que julgar vencedoras, no caso do imposto do carbono o próprio mercado descobre qual é a forma mais eficiente de abastecer a demanda. Instituir o imposto do carbono é um claro exemplo de como o governo pode usar a arrecadação para desestimular uma prática nociva (queimar hidrocarbonetos) e incentivar uma prática benéfica (desenvolver energia limpa).

IMPOSTO DE RENDA: Após a eliminação das dezenas de diferentes taxas brasileiras, o imposto de renda deverá reinar soberano como a grande fonte de arrecadação de recursos do governo. Esse imposto é o mais justo e é o que menos prejudica a economia, pois é cobrado sobre o lucro efetivo

auferido pelas empresas e pessoas físicas. Atualmente, as maiores alíquotas são cobradas sobre o lucro das empresas (até 34%), seguidas pelos salários (até 27,5%), sendo que o imposto sobre aplicações financeiras é bem menor (até 15%). Isso desestimula a criação de riqueza, pois quem paga mais são as empresas, que deveriam ter recursos para realizar investimentos e promover o crescimento econômico. O imposto de renda corporativo, de 34%, está entre os maiores do mundo, acima até de nações notoriamente pesadas quando se trata de tributos. As empresas brasileiras, após sobreviverem ao massacre de regras, burocracia e outros tributos, ainda têm que pagar um imposto de renda maior do que o da França (33,3%), Índia (33%), Alemanha (29%), Finlândia (26%) e demais nações desenvolvidas. Enquanto isso, muitos países têm definido alíquotas menores para estimular o investimento, como a China (25%), Rússia (20%), Taiwan (17%) e Chile (17%).

O imposto de renda deve ter alíquota única para todos, e essa alíquota deve ser mantida a mais baixa possível, entre 15% a 20% dos lucros ou do salário. Outro ponto importante é garantir que todos paguem, sem exceção. No Brasil (como na maioria dos países) existe um piso de renda, para pagamento de imposto de renda. Quem ganha abaixo de tal valor está isento. A lógica para isso é sensata, a princípio. Qual é o sentido de cobrar imposto de renda de um trabalhador humilde? Certamente o valor arrecadado não fará muita diferença sobre as contas públicas. Acreditamos que tal visão é perniciosa. Um brasileiro só é cidadão de verdade se ele sente na pele o que é pagar impostos. Nas palavras de Margaret Thatcher, ex-primeira ministra britânica, "Como esperar de um cidadão que ele ajude a manter as ruas limpas se ele não paga nada para bancar o recolhimento do lixo? Se uma pessoa não paga nada, como esperar que ela cobre as autoridades, exija qualidade, faça seu papel de cidadão? Todos devem pagar impostos para poderem cobrar o governo e se sentirem donos do patrimônio público." Quem não paga nada, não exige nada e não espera nada.

IMPOSTO SOBRE HERANÇA E DOAÇÕES: Atualmente, quando ocorre um óbito, incide o imposto de apenas quatro por cento sobre o patrimônio a ser passado aos herdeiros. É muito pouco, especialmente quando se compara ao imposto de renda atual de 34% para empresas. Uma boa oportunidade de aumentar a arrecadação sem prejudicar a economia seria cobrar uma taxa maior sobre as heranças. Impostos sobre consumo reduzem o incentivo às pessoas comprarem. Imposto sobre a renda reduzem o incentivo às pessoas investirem. Já o imposto sobre heranças não atrapalha ninguém. Cobrar uma taxa de trinta a quarenta por cento sobre o patrimônio dos falecidos é coerente com a ideia de dar oportunidades a todos. Porque deve um herdeiro, que pode ter ou não méritos próprios, receber a quase totalidade dos bens? Um princípio fundamental da Constituição brasileira deveria ser o da igualdade de oportunidades.

Buscar tal objetivo pode ser concretizado em grande medida ao usar-se os recursos do imposto sobre herança para financiar a educação por exemplo (via vouchers, explicados anteriormente). Conceitualmente, está-se separando parte da riqueza da pessoa falecida e entregando-a via educação para crianças de classe social mais humilde, ao invés de repassar a totalidade dos bens aos herdeiros. Uma medida adicional que ajudaria nesse aspecto é fazer com que o imposto sobre herança recaia sobre o beneficiário e não sobre o inventário de bens total, o que já ocorre hoje na Alemanha. Isso seria um incentivo para que as pessoas ricas espalhem ao máximo possível seu patrimônio, reduzindo a concentração de renda, já que quem receber menos bens pagará uma alíquota menor, em um sistema progressivo. Essa ação reduziria bastante a tendência do Brasil formar elites hereditárias.

Nenhum imposto além dos quatro citados acima deve ser tolerado, e a Constituição deverá proibir expressamente aos governantes aumentarem os impostos ou criarem novas taxas sem a aprovação popular.

A implantação dessas medidas causará queda dramática na carga tributária que hoje sufoca o setor produtivo. De todos os fatores que emperram o crescimento econômico brasileiro, nenhum chega aos pés do problema da carga tributária. Mesmo assim, será possível manter as contas públicas equilibradas em virtude dos fatores a seguir:

a)

A nova carga tributária, reduzida e simplificada, desestimulará a sonegação que hoje corrói as receitas públicas;

b)

O enxugamento do Estado aqui proposto reduzirá dramaticamente as necessidades de caixa do governo;

c)

As medidas antiimpunidade aqui propostas reduzirão ainda mais a sonegação e a perda de recursos via corrupção.

É importante entender claramente como a redução de impostos afeta o crescimento econômico. Peguemos o mercado de geladeiras, por exemplo. O que aconteceria se o governo de repente reduzisse a carga tributária em 10%?

Quando caem os impostos, cai o custo das empresas. Em um primeiro momento, com a queda dos custos, a margem de lucro das empresas

aumentaria. No entanto, como existe um sistema de concorrência, em pouco tempo cada empresa estaria oferecendo mais descontos aos clientes em busca de maiores vendas. Esse processo costuma fazer com que o preço comece a baixar até que as margens de lucro atinjam o mesmo ponto de antes da redução dos impostos. O que isso importa para as demais pessoas? Muito.

Quando o preço da geladeira cai, mais pessoas passam a ter condições de comprá-la, o que gera uma melhoria imediata na qualidade de vida. Como mais gente está comprando geladeiras, aumentam as vendas das fábricas, que precisam investir em mais máquinas e trabalhadores para a produção. Com esses novos investimentos, cai a taxa de desemprego, fazendo com que mais pessoas tenham renda e possam comprar ainda mais geladeiras, alimentando esse círculo virtuoso de produção, consumo e crescimento. Cada mercado que é incentivado dessa forma gera centenas de milhares de novos empregos diretos e indiretos, o investimento aumenta e a economia cresce.

Inversamente, quando se aumenta uma taxa, como vem sendo feito no Brasil há mais de dez anos sem parar, ocorre um nefasto círculo vicioso. Os custos aumentam, elevando os preços, gerando inflação, perda de poder aquisitivo e desemprego. Nesse caso, a economia fica estagnada e o governo costuma aumentar ainda mais a carga tributária para cobrir seus gastos crescentes. Esse processo, como vimos, tem envenenado a economia brasileira e nos impedido de crescer há mais de 20 anos.

Há um consenso entre economistas, segundo a OECD, de que corte de gastos é mais eficiente e atrapalha menos a economia. Segundo o Instituto, quando um governo corta 1% do PIB em gastos, os danos gerados para a economia por esse esfriamento geram queda de arrecadação de apenas cerca de 0,15% do PIB. Por outro lado, quando o governo aumenta impostos, uma fatia muito maior da arrecadação é perdida devido ao esfriamento da economia. Impostos reduzem a eficiência, espantam empresas produtivas e um terço do que o governo cobrou a mais de impostos vai embora no resto da economia.

Apesar de cortar gastos ser mais eficiente, a maioria dos governos acaba fazendo o oposto: aumentando tributos. Isso ocorre por razões políticas e não tem nada a ver com racionalidade econômica. Aumentar tributos é mais fácil, pois isso acaba sendo cobrado esmagadoramente de algumas grandes empresas, que embutem o custo no preço e passa despercebido do público. Já o corte de gastos envolve demissão, redução de benefícios e atinge diretamente poderosos grupos de interesse organizados, como sindicatos de professores, deputados e fornecedores bem conectados com o

governo. É preciso criar uma forte conscientização entre a população de que a causa da redução e simplificação de tributos é vital para todos.

Eliminar a carga estratosférica de impostos que existe hoje, cobrada de forma confusa e caótica por uma enorme burocracia pública, é a tarefa mais importante a ser realizada no país.

Propostas para a reforma fiscal: Todos os tributos, as taxas e os impostos devem ser eliminados. Deve permanecer apenas o imposto sobre a herança, o imposto de renda, o imposto sobre a venda de produtos nocivos à sociedade e a tarifa de importação nos casos de práticas desleais de concorrência internacional

Dispensando a babá

Reforma trabalhista

As leis do trabalho brasileiras são uma herança da era Vargas e foram consideradas, na época, importantes conquistas para os trabalhadores. Naquele período, a industrialização começava a despontar na paisagem econômica brasileira, e as fábricas passavam a absorver centenas de milhares de habitantes do meio rural que migravam para as cidades e começavam a formar o que se tornaria mais tarde as grandes metrópoles brasileiras. Se, naquela época de rigidez econômica, essas leis trabalhistas até poderiam ser compreendidas, hoje, numa época de mercados globalizados, competição ferrenha, flexibilidade e customização, elas representam para o país um verdadeiro desastre econômico. Enquanto o mundo inteiro se moderniza e cria formas flexíveis de trabalho, que adapta horários, salários e atividades à necessidade do momento, o Brasil insiste no velho e rígido modelo.

Em primeiro lugar, ao impor um conjunto de inflexíveis regras para as relações de trabalho, o governo assume a premissa de que os trabalhadores são absolutamente incapazes de tomar decisões próprias. Quanto tempo cada um trabalhará, quantos dias de férias serão tiradas, em que investirá sua poupança de aposentadoria — todas essas questões são definidas pelo governo por intermédio da legislação trabalhista. Para a empresa, a situação também é ruim, pois é tão caro demitir uma pessoa que as empresas pensam muitas vezes antes de abrir novos postos de trabalho. Hoje em dia no Brasil existem 32 milhões de brasileiros com carteira assinada e 48 milhões trabalhando na informalidade.



É nítido observar que, no espectro da legislação existente ao redor do mundo, os países com menor desemprego são justamente aqueles com leis mais flexíveis, enquanto os países mais pesadamente regulamentados apresentam as maiores taxas de desemprego. A África do sul tem a maior taxa de desemprego de jovens da África subsaariana. Ao mesmo tempo, é o país com os sindicatos mais fortes e as regras mais rígidas para contratar e demitir. A França mantém pesados encargos e sofre com alto desemprego, que atinge mais de um quarto dos jovens franceses. Na França, a jornada de trabalho é reduzida e os encargos sobre salários são de 80%. Nesse quesito, o Brasil é campeão mundial. Apesar de sermos muito mais pobres que a França, nossos encargos somam espantosos 103% do salário. Nos Estados Unidos, os encargos são de apenas 9%, e o desemprego é extremamente baixo. Em vez de tentar proteger os poucos privilegiados com carteira assinada através de uma muralha de benefícios, os americanos preferem trabalhar para que o próprio mercado de trabalho, sempre aquecido e flexível, possa absorver todos que buscam emprego. Países nórdicos estão limitando o tempo de benefícios de desemprego e implantando planos individualizados de treinamento e retorno ao mercado de trabalho. A Alemanha é outro exemplo. Realizou importantes reformas nos anos noventa, reduziu o tempo de auxílio-desemprego bem como o valor do benefício. Hoje o país possui o segundo nível mais baixo de desemprego entre todos as nações desenvolvidas.

Enquanto isso, muitos legisladores brasileiros estão ignorando os exemplos vindos do exterior e continuam apostando em mais regras e mais burocracia como forma de preservar postos de trabalho. O oposto deveria ser feito. As ações de desregulamentação são as que tradicionalmente geram mais empregos. Agilizar a abertura de novas empresas, acelerar as licenças de construção ou permitir lojas abrirem até mais tarde são alguns exemplos de medidas rápidas de forte impacto sobre empregos e produtividade. Acima de tudo, é preciso destruir as amarras que tornam um inferno a vida de qualquer empregador brasileiro.

Seguem, abaixo, alguns exemplos de regras trabalhistas praticadas no Brasil e o que deve ser feito com cada uma delas. Além das regras abaixo, existem outras dezenas que precisam ser destruídas para flexibilizar as relações e ao mesmo tempo ampliar a disponibilidade de postos de trabalho.

Adicional de férias: A legislação prevê que cada trabalhador tem direito a 30 dias de férias anuais, durante os quais não apenas ele recebe seu salário normalmente, mas ainda recebe um valor adicional de um terço do salário contratual. Em tese, o governo espera que as pessoas saiam os 30 dias e usem o valor adicional para pagar a viagem. Na prática, a lei brasileira obriga as empresas a arcarem com os custos mais pesados justamente quando o trabalhador não está produzindo. O que geralmente

ocorre é que a maior parte dos trabalhadores fica em casa e usa o adicional para pagar dívidas. O adicional de férias é uma ilusão que distorce o verdadeiro valor do salário (remuneração por riqueza produzida) e deve ser abolido. O adicional de férias deve ser rateado pelos meses normais e incorporado ao salário.

13° salário: Uma das maiores aberrações trabalhistas no Brasil é o 13° salário. Por essa regra, cada trabalhador tem direito a um salário extra no final do ano. Para muitas empresas, dezembro é um mês fraco, devido ao baixo número de dias úteis e à parada do setor produtivo para as comemorações de fim de ano. Mesmo assim, são obrigadas a arcar com o dobro dos custos com folha de pagamento sem receber nada em troca. Na prática, o que ocorre é que as empresas calculam esse encargo em seu custo e reduzem as ofertas de salário para gerar uma reserva suficiente para pagar o 13°. Os trabalhadores, em contrapartida, acabam gastando tudo em bens de utilidade duvidosa durante o Natal, e têm a ilusão de que receberam “algo a mais”. Pior do que essa distorção econômica é a mensagem que a legislação passa aos cidadãos. O 13° salário parte da premissa de que as pessoas são incapazes de poupar para gastar, se quiserem, nas compras de fim de ano. Mensalmente, incute-se em cada trabalhador a ideia de que no momento da necessidade de comprar presentes, um dinheiro extra surge do nada. Recompensas precisam ser atreladas ao mérito e ao esforço, não à necessidade. O 13° salário deve ser abolido rapidamente, sendo que o valor anual deve ser rateado e incluído nos salários normais mensais.

Valor do salário: Segundo a legislação brasileira, determinado salário pode aumentar a qualquer momento, sem poder, em hipótese alguma, ser reduzido. Na prática, quando ocorre uma crise, muitas empresas acabam demitindo bons funcionários, os quais, caso houvesse flexibilidade, aceitariam de bom grado permanecer na empresa mesmo ganhando um pouco menos. Na maioria dos casos, funcionários que perderam produtividade ou que trabalham em setores com dificuldades econômicas acabam ficando desempregados ou aceitam empregos de remuneração inferior em outras empresas. À medida que um trabalhador envelhece, é natural que ele perca gradualmente parte da capacidade produtiva. Um operário de 70 anos é quase sempre menos produtivo do que um de 25 anos. Apesar disso, é bastante desejável, tanto do ponto de vista econômico como da saúde do idoso, que este possa trabalhar sempre que possível. Se a lei obriga as empresas a pagarem o mesmo pelos dois trabalhadores, a tendência é o desemprego dos menos produtivos. Ou seja, uma lei que tenta forçosamente contrariar as leis de mercado acaba trazendo apenas desemprego e perda de competitividade.

Essa lei deveria ser abolida e os salários deveriam ser negociados livremente entre empresa e trabalhadores. No setor de transporte aéreo

americano, por exemplo, houve diversos casos após os atentados de 11 de setembro em que as companhias aéreas renegociaram os salários dos funcionários. Por diversas vezes, essa redução nos ganhos manteve os empregos, e os salários voltaram ao normal após a crise. O valor dos salários é assunto particular entre empresa e funcionário. Qualquer decisão sobre a qual ambos concordem e contratem é soberana e não deve ser alvo de intervenção do governo.

Equiparação de atividades: Reza a legislação brasileira atual que dois funcionários com a mesma atividade tenham o mesmo salário. Essa excrescência jurídica joga um banho de água fria na tentativa de premiar o melhor desempenho. O correto seria abolir essa regra, deixando as empresas livres para pagar conforme o desempenho de cada um.

Horas extras: A legislação brasileira prevê uma jornada de trabalho fixa de 8 horas diárias. Acima desse período, até o limite de 10 horas por dia, a empresa precisa pagar hora extra a um custo 50% a 100% maior. Na prática, sabendo do horário fixo e dos altos ganhos com horas extras, muitos funcionários fazem corpo mole, deixando as tarefas para a última hora e forçando a empresa a aceitar pagar. Isso eleva os custos e atrapalha a produtividade, gerando perda de competitividade e desemprego. O tempo de trabalho deveria ser decisão de empresas e trabalhadores, não sendo fixado pelo governo. Cada negociação deve estipular o período a ser trabalhado e como serão tratadas as horas adicionais. Idealmente, todo o conceito de hora extra deve ser abandonado e substituído pelo conceito de tarefa realizada. Os funcionários devem receber por resultado extra, nunca por hora extra.

Cipa: Empresas brasileiras de médio e de grande porte devem criar um grupo chamado Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Composto por membros eleitos pelos empregados e indicados pela diretoria, a função da Cipa é aumentar a segurança do trabalho, propondo e implantando melhorias de segurança. Como faz freqüentemente, a legislação brasileira conseguiu transformar uma boa idéia em um pesadelo trabalhista ao conceder aos membros da Cipa estabilidade de emprego por dois anos. Se a empresa quiser demitir um membro da Cipa (apelidado comumente de cipeiro), deve pagar os salários até o limite da estabilidade. Na prática, a existência da estabilidade atrai para a Cipa os piores elementos do quadro de empregados das empresas. Essas pessoas muitas vezes usam a politicagem e a pressão sobre os colegas e, uma vez eleitos, se aproveitam da estabilidade para parar de produzir e garantir uma permanência folgada ou uma demissão custosa para a empresa. Deve-se eliminar a estabilidade dos cipeiros o mais rápido possível.

Multas rescisórias: De todos os benefícios trabalhistas, as multas rescisórias representam um dos mais danosos à economia. Trata-se de um

conjunto de custos em que as empresas incorrem na demissão de um funcionário. Aqui está se falando do aviso-prévio, da multa sobre o FGTS e alguns outros. À primeira vista, parece justo que um funcionário com longo tempo de casa receba recursos extras na hora de ser demitido. Infelizmente, na prática, essa lei desestimula a contratação e incentiva o trabalho informal. Caso não houvesse multas rescisórias, as empresas contratariam pessoas muito mais rapidamente, reduzindo o desemprego. Todas as multas rescisórias devem ser abolidas.

Abandono de emprego: Caso um funcionário simplesmente abandone a empresa de uma hora para outra, é preciso passar por um longo processo até que a lei brasileira finalmente reconheça o direito de demitir por justa causa. O empregador precisa, ao longo de pelo menos trinta dias, enviar três ou mais telegramas registrados para a residência do empregado, convocando-o a voltar para o emprego. Se o empregado retornar depois de vinte e nove dias em que passou sem dar nenhuma satisfação, ele pode retomar normalmente eu trabalho. Segundo a interpretação de alguns juizes, tal empregado pode após um dia de retorno desaparecer novamente, de modo que a empresa é forçada ou a indenizar o funcionário ou agüentar essa situação.

INSS: Provavelmente o mais pesado de todos os encargos é o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Uma parte das verbas para o INSS vem do desconto direto na folha, teoricamente pago pelo empregado, enquanto outra parte é paga pelo empregador. É o INSS que financia o sistema previdenciário, o auxílio-desemprego e o auxílio-doença. Hoje em dia, quando um funcionário fica doente, o INSS paga até 70% de seu último salário durante um período específico. A cobrança do INSS faz com que milhões de brasileiros sejam forçados a escolher o sistema previdenciário público para garantir sua aposentadoria. Além da remuneração desse capital ser muito baixa, os prêmios mensais pagos são pequenos e existe enorme burocracia para receber os benefícios. O INSS deve ser extinto, conforme vimos anteriormente quando abordamos a previdência social.

FGTS: Outro encargo trabalhista que é cobrado sobre a folha de pagamento é o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esse fundo pode ser sacado caso o funcionário seja demitido ou decida comprar uma casa. Esse benefício é um dos casos mais patentes de quão incapazes as pessoas são vistas aos olhos do poder público. Para o governo, o trabalhador é tão inconstitucional que não tem a menor capacidade de, por conta própria, poupar parte do salário para eventualmente comprar uma casa. Esse é forçado a recolher parte de seu dinheiro, depositá-lo em um fundo público de baixo rendimento e só sacá-lo nas situações descritas acima. A decisão da compra da casa própria, quando e se a pessoa quiser,

compete unicamente à esfera particular. Deve-se abolir por completo o FGTS.

Licença-maternidade: Quando uma mulher fica grávida, segundo a legislação brasileira, ela adquire automaticamente estabilidade no emprego durante todo o período da gestação e por mais seis meses após o parto. Além disso, a partir do oitavo mês de gestação, ela tem direito a, em média, quatro meses de licença remunerada. Segundo o sistema atual, a empresa paga o salário integral da funcionária enquanto ela estiver ausente, mas desconta esse custo do imposto a pagar. Portanto, em tese, não há custo para a empresa com a licença-maternidade. Esse sistema é problemático em primeiro lugar por causa da estabilidade de emprego. A princípio, parece uma boa ideia proteger as gestantes contra demissão sumária em virtude da gravidez. No entanto, os sistemas que incluem a estabilidade são perversos porque permitem um sem-número de distorções e abusos contra as empresas. Muitas mulheres desempregadas, assim que descobrem estar grávidas, aceitam trabalhos de baixa remuneração para, imediatamente, declararem-se gestantes. Assim elas conseguem remuneração fácil por mais de um ano. A estabilidade no emprego é um problema, e ela deve ser eliminada. Além disso, a licença-maternidade e os custos associados a ela costumam causar discriminação contra mulheres jovens dentro das empresas. Muitas companhias, sabendo que moças entre 20 e 30 anos podem ter um filho atrás do outro, evitam contratações dentro desse perfil.

Acima de tudo, o sistema de licença-maternidade é falho porque coloca o custo da gestação sobre a sociedade como um todo, e não sobre a família que tomou a decisão de ter um bebê. Se o governo precisa arcar com o custo da gestação (ou seja, todos os cidadãos), como fica a responsabilidade individual e a decisão de ter uma família? Essa medida incentiva a explosão populacional e força as famílias que decidem ter menos filhos a subsidiar as famílias com mais filhos. O sistema da Austrália, por exemplo, prevê até 14 meses de licença não-remunerada. Nesse caso, a mãe consegue passar muito mais tempo com o bebê e amamentar com leite materno durante um período muito mais adequado do que o previsto na lei brasileira (até os 6 meses de idade, segundo especialistas, o leite materno supre 100% das necessidades nutricionais do bebê). A estabilidade no emprego deve ser eliminada, e a licença-maternidade deve ser não-remunerada.

Licença paternidade, casamento e funeral: A mesma lógica aplicada à licença maternidade pode ser usada aqui. A lei define uma quantidade de dias pagos que uma pessoa pode tirar por ocasião do casamento, paternidade ou em caso de morte de parentes. Não se pretende aqui menosprezar a importância dessas ocasiões na vida de uma pessoa, tanto as datas alegres quanto as tristes. É natural que uma pessoa precise se

afastar do trabalho nesses casos. No entanto, novamente ao prever em lei e definir quem, ao longo do ciclo da vida, deve pagar a conta (a empresa, claro, sempre), o governo está novamente passando o sinal errado. Estamos a cada passo destruindo a ideia de responsabilidade individual, de que cada um deve assumir suas decisões e reforçando mais e mais o conceito da babá. Casou? A empresa banca. Teve filho? A empresa banca. Falecimento? A empresa banca. Como sempre, tais custos serão repassados aos preços o que faz com que, no final, é sempre a sociedade toda que paga.

Feriados: Os feriados, sejam locais ou nacionais, não podem ser considerados como encargos trabalhistas diretos. Indiretamente, porém, eles aumentam o custo para as empresas e forçam o empregador a pagar dias não produtivos dos funcionários, o que reduz a eficiência. O Brasil, com treze feriados nacionais oficiais, está bem acima dos Estados Unidos, que possui apenas oito. Pode parecer pouco, mas jogar fora cinco dias úteis significa cerca de dois por cento de todo o tempo trabalhado no ano. Reduzir a quantidade de feriados traria um impacto direto na produtividade e prosperidade econômica. Outra medida que ajudaria é definir que os feriados restantes serão comemorados sempre ou no início ou no final da semana (respectivamente segunda feira e sexta feira) de modo a evitar a existência de “dias enforcados”, que reduzem ainda mais a eficiência.

Dissídio: Anualmente, cada categoria profissional recebe o dissídio, ou seja, o aumento salarial obrigatório. Normalmente, tal reajuste é baseado na inflação passada, acrescido de algum percentual de aumento real. Ou seja, se a inflação foi, por exemplo, de 5%, é comum o aumento acabar sendo de 7% ou 8%, concedendo um ganho real econômico aos trabalhadores. Soa bem em teoria, mas tal regra traz graves prejuízos econômicos a todos. Em primeiro lugar, ao incorporar forçadamente a inflação às negociações de salário, o dissídio coloca uma pressão desnecessária sobre preços. Fazendo com que a inflação passada seja obrigatoriamente incorporada nos custos de mão-de-obra das empresas, o dissídio praticamente garante inflação futura. Além disso, o dissídio ignora a situação da empresa onde as pessoas estão empregadas, ignora se o setor em questão está indo bem ou mal e, pior de tudo, não leva em conta quem fez por merecer ou não o aumento. Em muitos casos, a obrigação do dissídio leva ao aumento do desemprego e perda de qualificação profissional. Se uma empresa estiver em dificuldades financeiras e perceber que os salários de mercado estão abaixo daqueles que está pagando, no momento do dissídio, a tendência é que essa empresa demita grande parte dos empregados, evitando assim dar aumento, e contrate outros mais baratos, ainda que menos preparados. É preciso acabar com o dissídio e tornar a negociação salarial um assunto a ser tratado diretamente entre empresa e empregado.

Transporte grátis: A lei exige também que o empregador arque com o custo total de locomoção do empregado, de sua residência ao trabalho e o retorno. Independentemente de onde cada um more e quantas conduções tenham que pegar, a empresa deve arcar com a conta. Isso tem um efeito perverso especialmente quando combinado à obrigatoriedade de isonomia salarial - pagar o mesmo valor para todos. Se o salário é fixo e travado, então existe um incentivo para as empresas demitirem pessoas que vivam longe do emprego, pois o custo de transporte pode chegar até trinta por cento do custo total do empregado. Esse é um dos fatores que causam aumento do desemprego em bairros mais distantes dos centros produtivos. Ao mesmo tempo, para o caso das empresas que recrutam funcionários em regiões distantes, aumenta a pressão sobre os meios de transporte público, o trânsito e a emissão de gases poluentes. Se a regra do transporte grátis for removida, haverá um incentivo econômico natural para as pessoas buscarem empregos o mais próximos do trabalho possível, pois o custo de deslocamento seria arcado pelo próprio funcionário. Estudos de 2009 realizados pela CET demonstraram que uma redução de dez por cento na distância média percorrida entre a casa e o trabalho teriam como efeito reduzir em mais de vinte por cento a extensão dos congestionamentos de São Paulo. Esse exemplo paulista certamente seria válido para as demais metrópoles também.

Hora intínere: Em mais um bizarro desdobramento do item anterior, sobre transporte, existe a previsão por lei do pagamento da hora intínere. Isso significa que, caso por algum motivo, não haja oferta de transporte público entre a residência do trabalhador e a porta da empresa, todo o tempo de deslocamento entre os dois pontos devem ser considerado como hora trabalhada e pago ao trabalhador. Ou seja, na hipótese do governo falhar em seu suposto dever de prover transporte acessível a todos, não apenas a empresa precisa cobrir essa falta, colocando gratuitamente transporte particular, mas ela ainda precisa pagar aos trabalhadores o valor desse tempo de deslocamento, como se eles estivessem dentro da empresa produzindo.

Faltas e atestados: Caso um funcionário venha a adoecer e não possa comparecer ao trabalho, diz a lei que ele pode apresentar atestado médico e receber o pagamento normalmente. À primeira vista, nada pode soar mais justo e humano. Afinal, como é possível punir alguém por estar doente? É certo que um funcionário tenha seu salário cortado devido a problemas de saúde? Tal lógica tem dois problemas. Em primeiro lugar, quando um trabalho não é feito, existe sempre alguém que paga. Se não é o próprio funcionário, então é a empresa, ou porque pagará hora extra ao colega para que faça o serviço dobrado ou porque terá prejuízos ao não ter determinada tarefa realizada. Reiterando: não há dúvida - alguém paga. A lei atual deixa muito claro que é a empresa que deve arcar sozinha com cem por cento dos custos das faltas do seu pessoal. Isso representa mais

um peso na competitividade, jogando mais esse custo sobre o empregador. É um forte incentivo para contratar pessoas jovens e saudáveis, deixando os mais idosos e os com problemas de saúde desempregados. Outro problema, mais grave ainda, é que a lei incentiva de tal modo as pessoas a buscarem comprovação de doença que se formou no País uma verdadeira indústria de atestados. É notório, ao se conversar com grande parte dos empregados, que as pessoas fingem frequentemente doenças ou compram atestados médicos que lhes dão dias, às vezes semanas, de licença, sem necessidade real. Toda essa conta é jogada sobre as empresas, que por sua vez repassam mais esse custo Brasil aos consumidores. O efeito, como sempre, é que os consumidores honestos e trabalhadores pagam a conta dos atestados falsos, emitidos aos milhões anualmente no Brasil. Um caminho mais justo e equilibrado seria estabelecer que em dias de falta, o trabalhador recebe cinquenta por cento do salário daquele período. Ou seja, ele recebe algum desconto, tornando custosa a prática de fraudar o empregador, ao mesmo tempo em que não tem seu salário cortado completamente, mantendo alguma renda no período.

Contribuição sindical: Outro absurdo previsto na legislação brasileira é a contribuição sindical obrigatória, item praticamente inexistente fora do Brasil. Quer pertençam ou não ao sindicato, todo trabalhador brasileiro é obrigado a pagar o equivalente a um dia de salário para o sindicato da sua categoria. Isso significa que o trabalhador não precisa apenas arcar com os altos impostos trabalhistas e com a carga tributária embutida nos preços dos produtos. Eles ainda precisam financiar, compulsoriamente, as centrais sindicais, cujas atividades e propósito nem sempre são claros. Em muitos casos, tais entidades acabam se tornando templos do atraso e dos interesses particulares de grupos de extrema esquerda. Segundo dados do Ministério do Trabalho, há mais de 14 mil sindicatos no país, sendo que todo mês surgem em média 105 novos pedidos de abertura. Todos de olho nas gordas verbas obrigatórias da contribuição sindical. É mais um exemplo em que a lei favorece grupos saqueadores em detrimento dos que produzem. Deve-se extinguir a sindicalização obrigatória e deixar cada trabalhador se filiar onde quiser, se quiser.

DSR: Diz a lei trabalhista que qualquer funcionário que receba qualquer tipo de remuneração variável tem direito ao chamado descanso semanal remunerado (DSR). Isso se aplica a comissões, prêmios, bônus, horas extras, tudo que não for o salário base fixo. Para tanto, deve-se calcular o total de domingos e feriados no mês e pagar o valor proporcional desses dias não trabalhados em relação ao salário variável. A mensagem que está contida nesse dispositivo é a pior possível. Uma empresa não pode simplesmente chegar para um funcionário e desafiá-lo a bater meta, oferecendo um prêmio, adicional a tudo que já é de direito. Se tal meta for batida, a empresa terá que calcular o valor proporcional e pagar o prêmio também referente aos domingos e feriados não trabalhados. O conceito de

receber por resultado, ser premiado por gerar valor, fica prejudicado. Isso além do fato de ser o DSR mais uma complicação na hora de rodar as folhas de pagamento das empresas.

PLR: Talvez entre todos os dispositivos bizarros exigidos em lei, o PLR obrigatório seja o campeão. PLR significa participação nos lucros e resultados. Trata-se da obrigação legal que cada empresa tem de pagar uma parcela dos lucros aos trabalhadores. Até aí tudo bem. Ocorre que essa obrigação independe da empresa ter ou não ter lucro! É bastante comum que empresas com graves prejuízos e em risco de falência tenham que pagar participação nos lucros (que não existiram). Tudo isso contribui para cristalizar a ignorância geral a respeito da importância de se gerar resultado. Se o funcionário é isento de todo o risco do negócio, tem todos os direitos e se ele, na hora de receber participação nos lucros, sequer precisa se preocupar sobre se houve ou não lucro, o que isso está ensinando aos trabalhadores?

Estabilidade de emprego: A lei prevê também uma série de situações em que o trabalhador adquire estabilidade empregatícia, que é a garantia de não poder ser demitido. Isso ocorre no retorno da licença maternidade, no retorno de afastamentos por doença, no período anterior à aposentadoria e outras situações. Uma vez adquirida a estabilidade, o incentivo para o trabalhador dar o melhor de si cai significativamente, sendo que em alguns casos a empresa se vê amarrada a um profissional indesejado durante meses ou anos.

Estabilidade pré-aposentadoria: É possível que nenhuma minúcia legal seja tão injusta ou bizarra quanto essa. Diz a lei brasileira que um determinado funcionário que esteja há vinte e quatro meses ou menos da data de aposentadoria tem estabilidade no emprego. Isso significa que uma empresa que precise demitir alguém a dois anos de se aposentar precisa ou engolir o funcionário todo o período ou pagar até vinte e quatro salários adicionais a título de indenização. Mais um absurdo jurídico do País. O pior de tudo: é difícil para a empresa sequer saber se a pessoa está ou não no período pré-aposentadoria. Tal informação não consta necessariamente na carteira de trabalho nem nas fontes oficiais. Empresas desavisadas que ousarem demitir alguém nesse período precisarão contar com a boa vontade do empregado para aceitar ser reintegrado ao trabalho. A alternativa é levar um pesado processo judicial e pagar para a pessoa ficar em casa.

Cotas especiais: Para complicar ainda mais a vida de quem produz no Brasil, o governo prevê uma série de obrigações de contratar um certo percentual de funcionários entre os deficientes físicos e outro percentual para menores aprendizes. Como praticamente toda lei imposta às empresas, essas cotas podem soar boas na teoria, porém trazem nefastas

consequências na aplicação prática das mesmas. Como a quantidade de vagas ofertadas costuma ser maior do que a quantidade de deficientes dispostos a trabalhar, ocorre uma inflação de mercado, em que indivíduos protegidos pelas cotas cobram salários maiores e pedem mais regalias do que seus colegas não-portadores de deficiência. Isso sem falar na indústria de deficiência que se criou, em que pessoas com pequenos problemas físicos subornam agentes do governo para receberem a documentação oficial de deficiente e assim gozarem das condições especiais a que tal grupo tem direito. Com os menores aprendizes, ocorre situação similar. As empresas são forçadas a contratar jovens muitas vezes sem nenhuma qualificação de trabalho, para períodos que não podem ultrapassar seis horas diárias quatro vezes por semana. O custo de trazer essas pessoas ao trabalho muitas vezes é maior que o valor do trabalho em si, o que faz muitas empresa efetivamente pagarem para esse pessoal ficar em casa. É mais um exemplo do governo cuspiendo leis para fazer as empresas arcarem com a falência educacional do País. Deve-se acabar com cotas e regras detalhadas sobre quem deve ser contratado e deixar as pessoas produtivas o mais livres possível contratar.

Disputas judiciais: Outro grande empecilho à competitividade é o fato de as empresas, invariavelmente, perderem disputas judiciais trabalhistas. Tradicionalmente, a justiça do trabalho brasileira vem seguindo uma linha paternalista e tem como princípio a ideia de que as empresas são sempre culpadas até a prova em contrário. Muitas vezes, mesmo após apresentação de provas definitivas, inocentando as empresas, existem juízes que sentenciam a favor do empregado com base no argumento de que essa é a parte mais fraca. É uma clara distorção dos princípios de justiça. O resultado prático dessa situação é que as empresas incorrem em altos custos para se defender da enxurrada de processos que essa banalização acaba causando. Esses custos acabam indo para o preço dos bens e acaba sendo pago pela sociedade como um todo. É preciso acabar com essa situação e colocar empresa e funcionários em um mesmo patamar: ganha quem estiver mais bem-ancorado nos fatos. As ações judiciais de cunho trabalhista atingiram tal grau de banalização que hoje em dia se processa por qualquer motivo. Como vimos, o Brasil é o país com o maior número de ações trabalhistas do mundo. Isso causa altos custos para as empresas e para o governo também. Um caminho que deve contribuir para a melhora é cobrar as custas do processo da parte perdedora. Caso um funcionário entre com pedido absurdo, desprovido de qualquer evidência daquilo que acusa o empregador, cabe ao juiz determinar um valor de custa que deverá ser arcado pelo litigante. O objetivo é desencorajar pessoas com causas frívolas que só sobrecarregariam mais ainda o judiciário.

Desmantelar a atual legislação trabalhista e o apoio incondicional do judiciário aos trabalhadores pode parecer, à primeira vista, um mau

negócio para os empregados. A realidade é bem diferente quando se leva em conta o preço que se está pagando pela situação atual.

Hoje em dia, calcula-se que, para cada R\$ 100,00 que a empresa desembolsa com a folha de pagamento, apenas R\$ 43,00 vão parar no bolso do funcionário. O restante é desviado para cobrir os custos dos benefícios e encargos trabalhistas. Em um sistema de alta competição como o nosso, caso os encargos fossem abolidos, esse dinheiro extra seria canalizado ou para aumento de salários ou para redução dos preços dos produtos. Em ambos os casos, os trabalhadores sairiam ganhando. Uma pessoa que receba, por exemplo, R\$ 1.500,00 de salário poderia ter seus rendimentos mensais dobrados se a legislação trabalhista atual for desmantelada. Com o dinheiro extra, essa pessoa poderia escolher o seguro saúde que bem entender, comprar os presentes de Natal quando e se quiser e optar por comprar ou não a casa própria no momento que preferir.

Isso sem contar a queda do desemprego, que interessa tanto às empresas como aos trabalhadores. Uma economia de pleno emprego é o primeiro requisito para um crescimento ainda maior dos salários e melhoria das condições de trabalho. Em uma economia de pleno emprego, os funcionários não precisam das regras do governo para obter boas condições de trabalho. A própria competição entre as empresas faz com que a busca por mão-de-obra de qualidade ofereça empregos bem pagos e com benefícios interessantes. Ou seja, em vez de impor regras rígidas que desafiam as leis de mercado (desafio esse que invariavelmente falha), a lei deveria facilitar o emprego, aumentando a flexibilidade e o espaço para negociação, de modo a incentivar uma economia de pleno emprego. Foi por meio do pleno emprego, e não de legislação, que países como o Japão viram a produtividade e os salários subirem, elevando a qualidade de vida de todos.

Por fim, a atual legislação trabalhista tem um impacto negativo sobre a forma como os trabalhadores gerem seu dinheiro. Os trabalhadores com carteira assinada geralmente gozam de um amplo pacote de benefícios, não apenas os previstos em lei. Eles sabem que todo mês receberão um valor pré-determinado, que suas férias serão pagas pela empresa mesmo quando não estão produzindo, que receberão um valor extra todo fim de ano e que possivelmente terão as despesas médicas cobertas. Mesmo se forem demitidos, sabem que receberão uma gorda indenização que os permitirá buscar outro trabalho com relativa tranquilidade. Obviamente que isso gera certa sensação de segurança, aparentemente positiva quando vista superficialmente.

Por outro lado, pegue-se, por exemplo, o caso de um jovem professor particular de inglês. Ele não tem carteira assinada e ganha um valor fixo

por aula. Se por acaso essa pessoa ficar doente, não receberá nada durante tal período. Se quiser sair de férias, terá de fazê-lo usando suas próprias economias. Se perder um cliente, não será indenizado por isso. É verdade que esses fatores de incerteza aumentam a insegurança econômica do professor em questão. No entanto, eles fazem com que a pessoa precise ser muito mais conservadora e econômica na hora de cuidar de seu dinheiro. Comparando-se um professor particular com um empregado com carteira assinada, é muito mais provável que o primeiro seja um poupador de recursos enquanto o outro seja um gastador. O nível de endividamento privado dos empregados com carteira assinada é muito maior do que o dos trabalhadores autônomos. Como sabemos, o motor de crescimento econômico de qualquer nação é o investimento, e investimento só pode ser feito quando há poupança. Isso nos mostra que o fato da legislação trabalhista ser super-protetora pode ter um forte impacto no fato de os brasileiros serem, culturalmente, notórios gastadores endividados.

Em termos trabalhistas, a grande decisão que precisa ser tomada é se as pessoas querem realmente ser donas do próprio destino ou se precisam de uma babá autoritária e ineficiente para tomar decisões por elas.

Reforma trabalhista: Eliminar todos os encargos trabalhistas atuais. Liberalizar as negociações de salário. Forçar os magistrados a defender os acordos contratados e não defender incondicionalmente os empregados

CONCLUSÃO

A direção da estrada

Recentemente, um dos autores deste livro esteve em Nova York e, caminhando pelo Central Park, escutou dois passantes falando português. Ao abordá-los e cumprimentá-los, descobriu que se tratava de dois jovens profissionais formados pelas melhores universidades brasileiras e que agora desenvolviam brilhantes carreiras nos Estados Unidos. Um deles era analista financeiro e o outro trabalhava em pesquisas na área de biotecnologia. Por que esses dois jovens deixaram família, amigos e a incomparavelmente calorosa cultura brasileira para enveredarem-se numa das cidades mais competitivas do mundo?

A resposta de ambos foi: “a busca pelas oportunidades”.

Outro caso é o de um pesquisador na área de energias alternativas, também entrevistado pelos autores. Fluente em cinco idiomas, formado pelas melhores escolas do Brasil e com um currículo recheado de especializações, esse profissional sofreu longos anos no país, sem encontrar oportunidades condizentes com sua qualificação. Acabou emigrando para o exterior e hoje ocupa um alto posto técnico no centro de pesquisa eólica de Toronto, Canadá.

Assim como eles, centenas de milhares de outros jovens talentosos brasileiros fizeram o mesmo caminho, sejam esses jovens técnicos e pesquisadores qualificados ou pessoas menos graduadas, porém com energia e ambição maiores do que as poucas oportunidades no Brasil. Nós, autores, fizemos um rápido exercício de observação e, pegando como amostra o próprio círculo de amizades, percebemos que nada menos que quarenta por cento dos amigos e conhecidos próximos estavam ou vivendo no exterior ou buscando oportunidades por lá.

A verdade é que as pessoas “votam” com os pés. Se existe um meio objetivo de medir qualidade de vida, esse meio é verificar para onde estão se mudando as pessoas. Na época da Guerra Fria, sob a camada externa de propaganda de cada lado (comunista e capitalista), os povos dos dois lados se movimentavam. Quantas pessoas por ano fugiam da União Soviética para tentar a vida no Ocidente? Quantas pessoas fugiam por ano dos Estados Unidos para ir morar em Moscou? Como sabemos, a pressão exercida pelas pessoas para fugir do mundo comunista foi um dos fatores que aceleraram o colapso do regime. As cenas da queda do muro de Berlim e dos milhares de alemães orientais correndo para o Ocidente para sempre ficarão gravadas na memória de todos como a prova final do fracasso do socialismo soviético.

Claro que hoje em dia o Brasil não é um país totalitário como a ex-URSS, mas se analisarmos à luz de outras dimensões, podemos fazer a mesma pergunta: quantos brilhantes jovens brasileiros, educados durante vinte anos no Brasil, se mudam para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida? Quantos jovens brilhantes americanos, educados durante vinte anos nos Estados Unidos, se mudam para o Brasil pelos mesmos objetivos? De acordo com a Polícia Federal, existem cerca de 22 mil cidadãos norte-americanos no Brasil. Ao mesmo tempo, segundo a socióloga Teresa Sales, pesquisadora do Núcleo de Estudos de População da Unicamp, existem oitocentos mil brasileiros vivendo nos Estados Unidos, quase quarenta vezes mais. O que faz com que uma nação consiga atrair para seu território quarenta vezes mais pessoas do que outra nação de mesma dimensão demográfica e territorial?

Mais relevante até do que o número total de imigrantes é a qualidade dessa imigração. Um dos fatores mais importantes de diferenciação entre países é a capacidade de uma nação absorver imigrantes altamente qualificados e bem educados. O fluxo de pessoas capacitadas estimula dramaticamente a economia, pois os imigrantes apresentam alta probabilidade de serem cientistas de sucesso, pesquisadores e empreendedores. No Brasil, infelizmente esse número não chega a 0,1% da população economicamente ativa, muito pouco se comparado à Europa, com 1,7% (17 vezes mais) ou Estados Unidos, com 3% (trinta vezes mais que o Brasil). Nesse quesito, a Austrália (dez por cento da população ativa) e Canadá (sete por cento) são campeões mundiais, sendo que a maior parte dessas pessoas atua em áreas estratégicas como engenharia, sistemas e tecnologia médica. Entre vários fatores, esses países possuem sistemas de pontuação para atrair e agilizar a concessão de vistos para jovens de alto potencial. A vantagem econômica de um país ser tal polo de atração é imensurável e é possível afirmar com segurança que boa parte do dinamismo dessas economias se deve à imigração qualificada.

A turma no restaurante

Depois de observar tantos exemplos de sonhos e ilusões desfeitos, tantas oportunidades e talentos perdidos, a pergunta clara que vem à mente é por que continuamos na mesma situação?

Nem todos perdem com a atual configuração socioeconômica e política do país. Como em qualquer lugar do mundo, existem grupos que perdem e grupos que ganham. Estaríamos nós falando aqui de ricos contra pobres? Estaríamos aqui falando de empresários contra trabalhadores? Ou burgueses contra proletários, para usarmos termos tirados do museu ideológico comunista?

Para entendermos essa questão, é preciso primeiro compreender o verdadeiro embate que ocorre dentro de cada pessoa, opondo dois impulsos que todo ser humano tem dentro de si.

Um dos impulsos é o da produção. É da natureza humana ser produtivo, querer fazer alguma coisa de útil com o tempo, criar riqueza para si e para os outros, fazer algo melhor do que foi feito antes. Isso inclui ficar rico por meio do próprio trabalho, inventar um remédio novo, ser reconhecido, prover recursos para a família pelo próprio trabalho. O homem produtivo sabe que não pode consumir mais do que produz, pois estará forçando alguém a cobrir a diferença. O impulso para a produção presume que uma pessoa será premiada ao criar riqueza e que a maior parte dessa riqueza ficará para ela, seja para consumir, poupar ou mesmo para doar aos mais necessitados, caso essa seja a vontade do produtor.



O segundo impulso é o impulso do saqueador. Aqui a pessoa se acomoda e tende a acreditar que os bens necessários para seu consumo e conforto devem vir do trabalho alheio. Em vez de acreditar em seu próprio trabalho, esse impulso leva cada um a querer tirar uma fatia do bolo geral. É a tendência à mediocridade, a ficar na média, aparecer o mínimo possível e sugar ao máximo da riqueza coletiva. As pessoas que se orientam com base nesse impulso desconhecem o verdadeiro significado da riqueza e do trabalho. Elas acham que essas coisas vêm fáceis e que podem indefinidamente tomar riqueza daqueles que produzem.

Como afirmamos anteriormente, todo ser humano possui dentro de si a propensão para os dois impulsos, desenvolvendo mais um lado ou o outro, dependendo da vocação natural e dos estímulos externos. Enquanto o impulso do saqueador é mais cômodo, o impulso da produção é o que oferece mais chances de auto-realização. Enquanto o primeiro torna as pessoas medíocres e assustadas, o segundo permite o desenvolvimento de seres humanos destemidos e confiantes. O primeiro leva uma sociedade à estagnação, enquanto o segundo leva ao crescimento. O sistema político e econômico de cada país pode ser desenhado para favorecer um impulso ou o outro. Um sistema pode ser produtivo ou saqueador.

As consequências de se manter um sistema saqueador podem ser catastróficas para todos. Imagine-se uma cena em que um navio transatlântico afundou e milhares de passageiros nadam amontoados entre si desesperados por salvar suas vidas. Como a proximidade entre as pessoas é grande, alguns espertalhões percebem que podem, discretamente, se apoiar nos vizinhos e parar de nadar. No início são apenas alguns poucos, portanto o coletivo não é afetado. Em um sistema em que impera a produção, os demais passageiros percebem o que está acontecendo e expulsam os aproveitadores do grupo. No entanto, em um sistema em que imperam as “relações cordiais” e a impunidade, os demais farão vista grossa para o que está ocorrendo. Dirão algo do tipo “coitado daquele que está cansado”. Lentamente, mais e mais pessoas descobrirão que podem também ficar na posição confortável de se apoiar nos demais, e o restante das pessoas terá de nadar cada vez mais forte para se manter acima da água. No final, se esse processo não for revertido, todos afundam. Essa cena não é muito diferente do que ocorre atualmente no Brasil. Cada vez mais e mais pessoas estão “se apoiando” sobre cada vez menos gente produzindo.

Quando um homem vai ao restaurante com a esposa e os filhos, tende a olhar os preços do cardápio e pedir os pratos com cautela. Sabe que o que ele escolher terá de pagar. Pensará duas vezes antes de pedir um vinho caro e provavelmente dividirá as sobremesas entre duas pessoas. Essa situação muda quando a mesma pessoa vai ao restaurante com mais 30 amigos e sabe que a conta será dividida igualmente entre todos. As

pessoas com mais espírito produtivo provavelmente farão seus pedidos com modéstia, ou então se oferecerão para pagar sua parte caso comam mais. Já as pessoas com espírito saqueador pedirão os pratos mais caros, entrada, vinho e sobremesa. Elas sabem que a conta será bancada pelo coletivo e joga sobre o grupo a responsabilidade de cobrir a diferença entre o quanto consome e o quanto contribui.

O Brasil é um imenso restaurante, no qual 180 milhões de fregueses sentam-se à mesa. Nesse restaurante, os saqueadores comem os pratos mais caros e, para piorar a situação, a conta recai inteiramente sobre aqueles que mais produzem. No momento em que esses percebem a enrascada em que se meteram, pagando R\$ 200,00 por um copo de água, enquanto os saqueadores comem lagosta de graça, acabam saindo do restaurante e se mudando para outro lugar onde podem comer sossegados apenas com a família. Muitas vezes esse outro restaurante, um pouco mais justo, chama-se Nova York.

O que fazer?

A primeira e mais simples saída para qualquer brasileiro que esteja na habitual situação de ser saqueado é ir embora. Sair do país, mudar-se para algum outro local onde seu talento e sua capacidade serão mais apreciados tem sido a solução adotada por muita gente, como vimos. Quem pode condená-los? Durante a elaboração deste livro, entramos em contato com diversas pessoas nessa situação e quase todas se consideram felizes com a decisão. Para elas e outros brasileiros que optaram por ir embora, nós desejamos boa sorte. O caminho que trilharam é a defesa mais legítima e inquestionável para se defender dos saqueadores.

Ironicamente, as pessoas que vão embora do Brasil prejudicam mais os saqueadores do que qualquer outro que fique aqui dentro. Cada cidadão produtivo no Brasil é um pilar do salão de festa dos saqueadores. Quando alguém vai embora, remove um pilar que sustenta o telhado. Em tese, se milhões de trabalhadores saíssem simultaneamente do país, começando pelos altamente qualificados, todo o prédio ruiria, e o sistema saqueador seria destruído imediatamente.

Nem todos seguem o mesmo caminho, por diversas razões. Uns pelos vínculos familiares, outros por questões financeiras, outros tantos ainda têm o mau hábito e a ingenuidade, como nós, autores deste texto, de acreditar que existe solução. Para todos os que permanecem no Brasil, qualquer que seja o motivo, restam apenas duas alternativas: fazer ou não fazer algo a respeito.

Conscientização

As pessoas que quiserem fazer algo a respeito precisam primeiramente definir qual é o problema. Claro que todo mundo acha ruim que existam crianças na rua e ninguém gosta do fato de a economia brasileira estar estagnada há tanto tempo. No entanto, saber exatamente qual é a causa dos problemas é mais complexo que isso.

Quando uma pessoa faz terapia, o primeiro objetivo do psicoterapeuta é fazê-la tomar consciência de seus problemas. O mesmo precisa ser feito no Brasil. É preciso que as pessoas tomem consciência do que está por trás das questões do país. Esperamos que este livro possa contribuir para que fique evidente qual é a raiz dos atuais problemas brasileiros. Apontar nas direções erradas só pode trazer soluções erradas também. É preciso que todos tenham claramente em vista o fato de que a maioria dos problemas do Brasil decorre em primeiro lugar da forma como o Estado está organizado.

Hoje o panorama ideológico brasileiro é povoado por uma infinidade de mitos e distorções, que fazem com que as pessoas interessadas em fazer alguma coisa frequentemente apontem para a direção errada. Quando se fala na história brasileira, a versão oficial mais ensinada nas escolas é absolutamente derrotista. Enquanto os Estados Unidos se veem como uma nação de idealistas para os quais qualquer coisa pode ser alcançada desde que se trabalhe, para muitos dos nossos professores, o Brasil não passa de uma marionete jogada ao longo dos tempos de potência a potência. Tudo que ocorre de ruim é atribuído a tal “herança colonial”.

Para muita gente, um país ou é explorador, destinado a ser rico, ou é explorado, destinado a ser pobre. Ora, tal visão desmorona quando se dá a menor das espiadas nos fatos concretos. A Nova Zelândia, por exemplo, é um país pequeno da Oceania, sem exército, que foi colônia por duzentos anos e que nunca dominou ninguém. Talvez pelo fato dos professores nunca terem explicado aos neozelandeses que eles precisavam ser pobres, esses fatores históricos aparentemente negativos nunca impediram os cidadãos de trabalhar, prosperar e construir uma das nações mais desenvolvidas do planeta. A Coréia do Sul, até quarenta anos atrás, estava muito atrás do Brasil em termos econômicos. Mesmo assolado por guerras e dividido, o país investiu em seu crescimento e atualmente é três vezes mais rico que o Brasil, em termos de renda *per capita*. A ideia de que os problemas do Brasil vêm do exterior é uma das noções mais perniciosas para o país. Melhorar ou piorar está unicamente em nossas mãos.

Outra distorção que deve ser eliminada diz respeito ao que se espera do governo. Um dos autores deste livro fez uma série de entrevistas em favelas de São Paulo. Ao perguntar aos moradores o que eles gostariam de mudar nas vidas deles, tudo o que souberam responder era que queriam mais benefícios governamentais. “Queremos mais creches”, “queremos vale-leite”, “queremos centro de lazer”. É compreensível que essas pessoas sofridas estejam mais interessadas em benesses de curto prazo. A verdade é que o papel assistencialista do governo, como provedor de pequenos benefícios dos quais as pessoas vão se tornando cada vez mais dependentes, está cada vez mais cristalizado. Em vez de ser facilitador da economia e garantidor de liberdades, o governo é visto como uma gigantesca babá, que toma recursos não importa de onde para distribuir a uma população cada vez mais abandonada e carente. Esse aspecto da nossa cultura não tem passado despercebido pelos sucessivos governos federais a ocupar o Palácio do Planalto, e a política do “pão e circo”, a concessão de pequenas esmolas à base da pirâmide social, tem sido praticada constantemente para aumentar as chances de vitória eleitoral.

Enquanto essa visão do Estado perdurar, as chances de mudança serão mínimas. Que político teria coragem de entrar numa favela e afirmar que se for eleito enxugará o Estado? A visão atual das coisas induz os políticos a prometerem cada vez mais. O adversário prometeu dois sacos de leite por semana? Então serão prometidos dois sacos de leite e um de batata. Ninguém se importa em perguntar quem está realmente pagando a conta. É preciso mudar a visão do governo como um permanente provedor de pequenas esmolas. O papel social do governo deve ser exercido somente nos casos mais graves, por um curto período e de forma bastante intensa, tendo como objetivo único tirar as pessoas da miséria, nunca perpetuá-la.

Uma terceira grande distorção é a visão deturpada a respeito das empresas e da economia em geral. No livro "a cabeça do brasileiro", de Alberto Carlos Almeida, 74% dos entrevistados concordam com a afirmação de que "cada um deve cuidar do que é seu e o governo cuida do que é público". Setenta por cento acreditam que "o governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil", enquanto 54% creem que "o governo deve definir qual é o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do país". Muita gente quer as benesses de uma democracia liberal, mas não está disposta a pagar o preço delas. É gente que alega defender a meritocracia, mas não aceitaria ser demitida por baixo desempenho. Mais de oitenta por cento acreditam que o governo deve socorrer empresas em dificuldade. T tamanha inclinação por intervencionismo estatal esconde um quase completo desconhecimento a respeito de como a economia realmente funciona e de quais seriam os reais efeitos de tão desastrosa política. Aliás, nem é preciso especular muito. Basta dar uma olhada no funcionamento de países como Cuba e

Coreia do Norte para se ter uma noção dos efeitos da planificação econômica.

As pessoas vêem as empresas ora com desconfiança ora com indiferença. Para muitos, os grandes empresários são considerados parte do problema e pessoas que lucram com a precária situação econômica brasileira. Quando se fala do empresariado, coletivamente, a visão que se tem é de um grupo mesquinho, ganancioso, pouco comprometido com o Brasil e que está lucrando com os desequilíbrios brasileiros. Para muitos, os empresários fazem parte do grupo dos saqueadores. Realmente, se nos basearmos nas interpretações mais arcaicas do marxismo, a própria dinâmica econômica das sociedades é constituída com base no conflito entre proletários e burgueses, ou seja, entre trabalhadores e empresários.

Em parte, essa visão é criada pelo contexto que o sistema econômico brasileiro criou em torno das empresas. Com um Estado gigante cujos tentáculos se espalham pelos mais diversos ramos econômicos, é muito comum encontrarmos no Brasil relações incestuosas entre interesses empresariais e públicos. Especialmente nos ramos mais diretamente ligados aos investimentos estatais, abre-se espaço para práticas irregulares, influência política indevida e corrupção. Isso é bastante visível em áreas como construção civil, petróleo, fornecimento de suprimentos ao governo e diversos outros. Empresários lucrando com a situação atual existem aos montes. No entanto, tais distorções são causadas justamente pelo gigantismo do Estado e pelo fato do mesmo se envolver em atividades indevidas. Quando mais enxuto for o governo, menos espaço haverá para conluíus, pagamentos de propinas e atividades obscuras.

Como vimos ao longo deste livro, a legislação brasileira impõe sobre as companhias tal regime de terror, saqueando a maioria dos recursos por intermédio de uma lista sem fim de impostos e regulamentos que se autocontradizem, que ninguém tem absoluta certeza de estar no caminho correto. Segundo os relatórios oficiais da própria Receita Federal, o valor das multas aplicadas nos últimos cinco anos têm subido 11,4% ao ano, quase quatro vezes mais rápido que o PIB brasileiro. Somente em 2012, a Receita Federal aplicou um total de 116 bilhões de reais em multas, o que é mais que todo o lucro somado das quinhentas maiores empresas do País. Grande parte dos autos de infração são lavrados mediante argumentações fracas e explorando partes obscuras e contraditórias da impenetrável legislação brasileira. Essa situação faz com que, na prática, o direito à propriedade nunca esteja seguro. Cientes de que a montanha-russa da economia brasileira faz com que nada esteja garantido, muitos empresários preferem manter recursos aplicados em renda fixa do que fazer investimentos produtivos como fábricas ou maquinário e ver a fortuna feita com tanto suor ir parar nas mãos dos saqueadores do governo.

O empresário é, por definição, um desbravador econômico. Ele é a pessoa que reúne capital e talento em torno de uma ideia inovadora e, com o poder de sua mente e de sua liderança, cria riqueza e oportunidades sem precedentes. As principais invenções humanas foram conquistadas justamente reunindo uma equipe de pessoas brilhantes, dinheiro, energia e reinvestindo o lucro obtido com essas atividades. Isso inclui desde as primeiras caravelas que descobriram o Novo Mundo até os remédios mais inovadores. No final do século XIX, um obstinado empresário norte-americano, chamado Thomas Edison, inventou produtos como o telefone e a lâmpada elétrica, fundando em seguida o que se tornaria a General Electric, uma das empresas mais admiradas de toda a história. Empresas fortes, competição e investimento são parte indispensável de qualquer projeto de crescimento.

Com o advento das bolsas de valores e dos mercados de capitais, a própria distinção entre patrão e empregado começou a tornar-se nebulosa. Privatizar e expandir o mercado de ações é vital para criar uma nação de proprietários, significando que o velho conflito entre capital e trabalho pode ser drasticamente atenuado quando o público verdadeiramente torna-se acionista das empresas públicas. Uma senhora de classe média que vive dos dividendos pagos pelos seus investimentos e um presidente de multinacional que recebe milhões de dólares anualmente podem se enquadrar no arcaico estereótipo de capitalista e assalariado? Se levarmos em conta somente a definição mais estreita de capitalista (quem tem ações) e proletário (quem tem salário), então essa senhora aposentada é a capitalista enquanto o presidente da empresa, dezenas de vezes mais rico, é o proletário.

É preciso que fique claro para o máximo possível de brasileiros qual é o real significado do lucro e o motivo pelo qual ele é indispensável. Só existe desenvolvimento econômico através da produção e da produtividade. Essas por sua vez só existem quando há investimento. E o investimento só pode vir do lucro. Lucro é bom. Lucro não é feio. O lucro das empresas é o único motor de longo prazo que permite investimento e geração de empregos.

É preciso mudar a forma de se ver as empresas e os empreendedores. Os brasileiros precisam começar a admirar mais aqueles que produzem e inventam. Temos nossos ídolos de futebol e música? Precisamos também de ídolos no mundo da produção. É preciso que seja evidente para todos que as regras devem ser feitas para facilitar a criação de riqueza e que os empecilhos devem ser removidos.

Em resumo, a conscientização dos brasileiros a respeito dos nossos problemas e as soluções necessárias é o primeiro passo a ser dado. É preciso livrar-se de alguns mitos que atrapalham nossa visão, como o mito

do Brasil explorado de fora, o mito do Estado provedor de soluções e o mito do empresariado ganancioso.

É preciso conhecer o caminho.

Mobilização

Conhecer o caminho é diferente de trilhar o caminho. É possível que o grande problema do Brasil seja o fato de sermos, todos, revolucionários de sofá. Ficamos sentados confortáveis, no sofá da sala, lendo os jornais e exclamando: “que absurdo!”, “alguém precisa fazer alguma coisa!”. Em seguida, a campanha toca, chega o entregador de pizza, e a novela das oito começa. Enquanto desce pela garganta um pedaço de calabresa após o outro, esvaem-se os sonhos de ter um país que funcione. Dividindo o tempo livre entre cerveja, futebol e carnaval, quanto tempo sobra para o exercício da cidadania? Poucos povos são mais acomodados do que o brasileiro.

Essa faceta do caráter nacional serve aos interesses dos saqueadores e deve ser extirpada se quisermos alguma chance de sucesso. O papel individual de cada pessoa é a peça fundamental para mudança. Você, leitor, pode fazer alguma coisa pela mudança. Se você teve acesso a este livro e chegou até este ponto na leitura é porque você se enquadra em um grupo que deve fazer alguma coisa. É a sua responsabilidade como cidadão.

Se o leitor realmente quer contribuir para um país melhor, precisa se mobilizar. E isso só poderá ser feito se conseguirmos influenciar o sistema político. Ou seja, se quisermos que algo aconteça, em algum momento será necessário que políticos votem pelas mudanças. Não há outro caminho.

É um enorme desafio. Como esperar que o grupo atualmente mais beneficiado pelo *status quo*, resolva mudar alguma coisa? A classe política é numerosa, poderosa, rica, e está muito feliz com o modo como as coisas andam no Brasil. O que nesse mundo teria capacidade de fazê-los mudar de ideia e votar pela destruição do próprio palácio de privilégios?

Ao conversar com muita gente a respeito, escutamos diversas ideias. Muita gente fala em ir às ruas, pedir mais ética e a redução do Estado. Apesar disso soar bonito na teoria, somos bastante céticos a respeito. O brasileiro é um povo com memória notoriamente curta, logo as manifestações são esquecidas e as pessoas voltam aos seus afazeres. Tampouco acreditamos que os políticos propriamente ditos sejam muito sensíveis a manifestações genéricas. Faça-se uma passeata em nome da “ética”, da “honestidade”, da “paz” ou qualquer outro slogan genérico. Todos irão apoiar. Todos vão sorrir, posar para as fotos... e depois continuar as mesmas práticas anteriores.

Indignar-se é fácil, do conforto das nossas poltronas. Como uma criança fazendo castelos de areia à beira mar, ficamos com raiva quando a onda encharca nossa criação. Então continuamos com nosso trabalho, até a próxima onda vir. E a próxima. E a seguinte. Os escândalos se sucedem e nossa atitude não muda. Dizer nas conversas de bar que "são todos iguais", que "político não presta" é um enorme favor aos saqueadores. Ora, se são todos iguais - e portanto não há nenhum bom (ou ao menos um pouco menos pior) - então realmente não há nada a fazer. Continue no bar tomando sua cerveja e esbravejando contra o sistema. Os saqueadores agradecem. A solução passa por entender o que os saqueadores querem e negar isso a eles.

Existe uma e somente uma coisa que interessa a todos os políticos. Qual é essa coisa? O leitor rapidamente pode estar pensando na palavra "roubar", certo? De tempos em tempos, os escândalos mais escabrosos brotam pela superfície da mídia brasileira. Capas de jornais e revistas desfilam os detalhes da ousadia dos corruptos e da fome do Estado brasileiro. Escândalos como o mensalão (compra sistemática do congresso), dos sanguessugas, dos aloprados, se revezam em nos espantar e nos anestesiar ao mesmo tempo, com a sensação de que não há mais conserto. Impostos sobem, regulamentos e regras se multiplicam. Vemos constantemente a classe política, associada a parentes e amigos do setor privado, se organizar para rapinar todo e qualquer canto onde houver dinheiro público, seja nas obras superfaturadas, seja fornecendo material de segunda categoria aos hospitais e cobrando o dobro do material de primeira, seja até mesmo roubando a merenda escolar das crianças. E a lambança sendo financiada com impostos crescentes sobre a parcela trabalhadora da sociedade.

No entanto, roubar não é o objetivo de todo político. É verdade que existe uma enorme proporção de bandidos entre os legisladores brasileiros. Talvez a maioria. No entanto, dizer que todos são bandidos é falso e pernicioso. Podem ser minoria, mas há honestos sim. Nesse ponto, em muitos casos a divulgação da mídia é danosa aos interesses do país. Como sabemos, notícia ruim vende mais jornal do que notícia boa. Os bandidos obtêm uma exposição tão pesada e completa que a população fica com a impressão de que toda a classe política é corrupta. Se, por exemplo, todo deputado do Congresso é automaticamente considerado corrupto, então qual é o incentivo para que boas pessoas se candidatem? Se não existe um instrumento neutro e inquestionável para distinguir o joio do trigo, então não há como melhorar. Afinal, se você será considerado bandido de qualquer jeito, melhor entrar no jogo e pelo menos se beneficiar, certo?

Existe outra coisa, extremamente poderosa e valorizada por toda a classe política. Tal grupo pode ter o controle do país na mão, pode saquear anualmente centenas de bilhões de reais da população. Pode ter o sistema

na mão e aparentemente ter o controle absoluto. No entanto, há um elemento do qual todo e qualquer político depende vitalmente: o voto. Mesmo o mais arrojado dos bandidos precisa de votos para se eleger. A classe política só respeita aqueles que têm voto. Político sem voto é como um arbusto sem água: ele seca e morre.

Isso é uma ótima notícia. Existe uma coisa que todo brasileiro pode fazer desde já, coisa essa gratuita e que dá pouco trabalho e que pode mudar radicalmente o país: votar melhor.

Paremos um momento para refletir a respeito disso. Sim, “votar melhor” pode parecer a princípio a proposta mais óbvia e automática do mundo. Após um conjunto tão completo e detalhado de projetos para o Brasil, sobre tão amplo leque de assuntos, o leitor pode se questionar se não temos nada mais criativo para dizer nesse momento. Podem indagar como é possível que os autores de “Carregando o Elefante” tenham como única sugestão incentivar as pessoas a “votar melhor”.

No entanto, às vezes não nos damos conta do poder que temos nas mãos. Imagine o leitor por um momento se todos os eleitores do Brasil fizessem o seguinte pacto hipotético: cada um vota no político que quiser, desde que ele não esteja concorrendo a reeleição. Isso significa que, independente de linha política, ideologia ou preferências, todos concordam em escolher somente candidatos que não tenham ocupado aquele cargo específico no último mandato. Sabem qual seria o resultado lógico dessa combinação? Sim, exatamente o que o leitor está pensando. O resultado seria, nesse caso, que todos os políticos atuais, sem exceção, seriam demitidos sumariamente. Nesse exemplo, a câmara dos deputados inteira, com seus vícios e membros eternos, seria de uma só vez substituída. Nada mal, certo?

A ideia acima é apenas um exemplo da importância e do poder do voto. Não estamos aqui defendendo a troca simultânea de todos os políticos, até porque, além de não ser algo realista, isso com o tempo acabaria se tornando também contraproducente. Se os políticos soubessem com certeza que, o que quer que façam, seriam demitidos após quatro anos, então o incentivo para trabalhar direito desapareceria. O que sim queremos reforçar é que, pelo voto, pode-se direcionar os políticos, incentivar os melhores e demitir os piores.

A população brasileira, uma vez conscientizada a respeito de quais são os maiores problemas do Brasil e uma vez conhecedora das soluções pode estar pronta para votar em massa naqueles políticos que fizeram o que é certo. Mesmo que hoje os honestos sejam digamos dez pessoas em um congresso de seiscentos, após uma enxurrada de votos, eles, no próximo mandato, podem muito bem se tornar vinte pessoas. E depois cinquenta. E

depois duzentos. E então começar a fazer a diferença. Os céticos podem dar de ombros, reclamando da suposta ignorância do povo, da propensão a votar em coronéis de distantes grotões. Sim, é verdade que infelizmente uma parcela da população vive em tal profundidade de miséria e ignorância que é difícil esperar grande discernimento eleitoral dessas pessoas. No entanto, não é preciso obter cem por cento do congresso para fazer a diferença. Pode-se começar com muito menos. Certamente os eleitores das classes A e B teriam condições de votar bem. A classe C, em rápido processo de expansão e enriquecimento no Brasil, também tem boas condições. Acesso à informação, seja impressa ou eletrônica, certamente há. Juntos tais grupos representam mais de 70% do eleitorado. Precisamos parar de culpar os miseráveis brasileiros pela nossa alegada incapacidade de votar bem.

Você sempre desejou realizar trabalho voluntário? Você sempre teve como ambição fazer alguma coisa pela população mais carente? Não existe nada mais importante que você possa fazer do que ajudar a destruir o sistema saqueador. Aquela criança de rua que você ajudaria hoje dando um brinquedo estará mais bem-servida daqui dez anos, tendo um bom emprego, casa própria e renda adequada dentro de um país de alto crescimento econômico. Naquele momento ela comprará para o filho, orgulhosa, o brinquedo que bem entender. Ajudar os carentes (e a si mesmo) passa por melhorar a qualidade do voto.

Dedique um tempo pré-determinado para investir nesse assunto. Use esse tempo para conscientizar seus conhecidos sobre os problemas do Brasil bem como as soluções. Determine, por exemplo, uma hora por semana, ou um sábado por mês ou o que quer que seja. Acha que é muito? Hoje você passa cinco meses por ano trabalhando apenas para pagar os impostos. Qualquer tempo que você invista nessas atividades será insignificante perto do tempo que você já gasta hoje financiando os saqueadores.

O ranking

Se nós queremos votar melhor, então necessariamente precisaremos de informações melhores no momento do voto, e entre eleições também. Como lidar com a montanha de informações que são diariamente despejadas sobre os brasileiros? Como lidar com a nossa limitada capacidade de lembrar fatos e eventos? Como distinguir entre as centenas de rostos de homens engravatados sorrindo, impressos em folhetos e despejados sobre nós na época da eleição? Escolheremos pelo mais bonito? Pelo melhor vestido? Por aquele que o vizinho indicou? Ou então levaremos em conta os slogans vazios, como por exemplo: “vote em fulano, pela saúde, segurança, moradia e educação!”? Se você é do tipo escolhe o candidato na última hora, sabendo pouco a respeito do histórico dele e, após a eleição, esquecendo-se rapidamente em quem votou, então talvez você mereça o governo que tem. É preciso mudar essa atitude.

Se nós votamos em determinado cargo a cada quatro anos, uma infinidade de fatos e eventos ocorre envolvendo cada candidato entre eleições. Alguns compareceram mais vezes às sessões. Outros faltaram grande parte do tempo em que deviam estar trabalhando. Uns foram acusados de crimes, outros foram condenados, outros permaneceram com a ficha limpa. Uns estouraram a verba de gabinete e propuseram aumento de impostos. Outros defenderam a privatização e ajudaram a indiciar colegas corruptos. Alguns tiveram seu patrimônio pessoal curiosamente aumentado vertiginosamente durante o mandato. Outros permaneceram iguais. Como colocar tudo isso na balança, fazer uma escolha que realmente faça a diferença, e assim influenciar os rumos do país?

A solução mais eficiente que encontramos foi compilar um **ranking dos políticos**, mantido atualizado e divulgado abertamente na Internet. Tendo critérios claros e dando tratamento justo a todos, sem favorecimentos pessoais e com critérios iguais para todos. Se um eleitor concorda com os princípios e propostas aqui apresentados, mas reconhece que é impossível acompanhar todos os fatos relevantes para uma boa escolha, então esperamos que o ranking ajude as pessoas a decidir.

Claro e rápido, o ranking permite que um eleitor veja de forma simples o resumo de um enorme número de fatos sobre o político em quem pretende votar. Selecionamos uma lista com critérios objetivos que dará pontos aos políticos brasileiros de acordo com suas atitudes e ações. No ranking, o político perde pontos na medida em que falta às sessões plenárias, se envolve em casos de corrupção, gasta inapropriadamente a verba parlamentar e vota a favor do aumento de impostos e inchaço dos gastos. Por outro lado, se ele está presente nas sessões, tem a ficha limpa, não utiliza recursos públicos de maneira exagerada e vota pela redução dos

impostos e pela punição dos corruptos, passa a ganhar mais pontos no Ranking.

As informações que dispomos vêm de bancos de dados públicos e isentos, como, por exemplo, as informações disponíveis no próprio site da câmara dos deputados, dos veículos de mídia de primeira linha e outros. Além disso, recebemos informações de internautas e voluntários, desde que os fatos sejam devidamente documentados. Dessa maneira ficará muito mais simples e rápido comparar e escolher os políticos. É um sistema mais eficiente do que cada pessoa ter que pesquisar a fundo cada candidato de uma eleição. A informação estará imediatamente acessível e podem-se comparar políticos melhores ou piores no ranking. O eleitor poderá saber com facilidade quais os melhores políticos para se votar.

Sempre que alguém tiver dúvida sobre o que levou tal político a receber uma determinada pontuação, bastará clicar no nome dele que imediatamente aparecerá a ficha com todos os eventos, positivos ou negativos, que influenciaram a pontuação de alguém. Por exemplo, digamos que o deputado Fulano tenha trinta pontos no ranking e o deputado Beltrano tenha menos vinte, ou seja, pontuação negativa. Fulano, nesse caso, estará acima de Beltrano no ranking. O eleitor que quiser saber mais clicará em Fulano e verá que ele ganhou cinco pontos por votar a favor de uma determinada privatização, depois mais cinco pontos por estar presente a mais de 95% das sessões da câmara, depois mais dez pontos, por ter mantido ficha limpa durante o mandato e seu patrimônio pessoal ter uma trajetória normal, significando não haver enriquecimento súbito e inexplicável. Por outro lado, ao clicar em Beltrano, verá que ele falta frequentemente, empregou parentes no gabinete e foi indiciado por corrupção, daí ter pontuação negativa. Com milhões de eleitores conscientes usando esse sistema é de se esperar que Fulano seja premiado com a reeleição, com votação recorde, enquanto Beltrano estará desempregado no próximo mandato. O sistema de ranking tornará o processo de votação extremamente fácil e lógico, aumentando a qualidade dos votos que os brasileiros depositam atualmente.

O ranking, é uma ferramenta muito poderosa. Ele deixa a decisão do voto muito mais simples e fácil. Com o poder de divulgação que a Internet possui, milhões de pessoas podem utilizar o ranking para decidir seu voto. Isso fará uma grande diferença nas urnas e os políticos com menor pontuação no ranking terão muito menos chance de conseguirem se eleger.

Ele também traz outro grande benefício. À medida que mais e mais pessoas o utilizarem, os políticos irão ficar preocupados com esse sistema de ranqueamento. Se a conduta honesta e produtiva for algo a ser recompensada com milhões de votos, certamente isso influenciará muitos

políticos, algo que já vem sendo observado recentemente em relação aos que conhecem o ranking. Um político, ciente que seus atos estão sendo monitorados e divulgados, tende a adotar medidas mais nobres e condizentes com suas reais atribuições. Não é exagero afirmar que na medida em que o ranking vá sendo divulgado e ganhando força, influenciará a atitude de um grande número de políticos, que pretendem ver seus pontos subindo.

Políticos têm amigos, familiares e reputação a zelar. Eles se importam muito com sua imagem. O ranking é uma forma de consolidar e resumir o grande número de informações que cada político gera com seu comportamento. É como um vestibular, que consolida todo o conhecimento alcançado pelo aluno. Da mesma maneira que um estudante quer ver seu esforço recompensado com uma alta colocação no vestibular, os políticos desejam estar no topo do ranking. Quanto mais forte e conhecido ele for, maior o desejo dos políticos de subir no ranking, e maiores serão suas ações nesse sentido. O ranking está postado no site www.politicos.org.br e convidamos o leitor a entrar lá, conferir com os próprios olhos e indicar. Divulgue o ranking para todos. Quanto mais divulgado, mais poderoso ele se tornará e maior o número de políticos que terão o cuidado de agir de forma exemplar, sabendo que toda a sociedade pode avaliá-los de forma rápida e simples.

No site, você também pode contribuir para dar e retirar pontos de um político, fornecendo informações positivas e negativas sobre qualquer um deles. É só entrar lá e sugerir a informação que quer adicionar ao nosso banco de dados. Pode ser um novo processo de corrupção aberto contra um deputado, uma lei proposta por um senador, ou o fato de que um vereador está empregando parentes no seu gabinete. Assim que a informação for comprovada, ela passará a contar pontos para o político indicado, seja ela positiva ou negativa.

Divulgue o ranking e participe. Não deixe para os outros. Os outros são você.

Qual João?

O João do vale-legumes

1º de janeiro de 2030 – 7h da manhã

O despertador toca no canto esquerdo do barraco. Mais uma manhã como qualquer outra. João abre os olhos lentamente e se vira para o lado. Chacoalha a esposa e, um por um, vai ajudando os filhos a se levantar. São três garotos e cinco garotas no total. A mais velha, Lucilene, com 14 anos de idade, já está grávida. Dentre os suspeitos pela paternidade, o tio Valdir e o garoto Wesley do barraco vizinho estão dentre os principais candidatos. Se for tio Valdir, provavelmente vai demorar para ele ver a criança, pois está preso. A refeição da manhã consiste em um jarro de café velho dissolvido na água da bica. As crianças sorvem meia caneca cada e dão tapinhas na pele para espantar as moscas. Comida sólida somente à tarde, quando voltarem do semáforo com alguma esmola. Dos dez membros da família, três trabalham. Maria, a esposa, é ajudante de lavadeira na creche da comunidade. Lucilene acaba de ser demitida como empacotadeira do supermercado, mas dois outros fazem pequenos bicos. Os demais passam o dia chutando latinhas e pedindo moedas na avenida vizinha. João, como chefe da casa, fica o dia todo assistindo programas na pequena TV. No final da tarde, vai ao bar e, usando parte dos recursos arrecadados durante o dia pelos filhos, manda uma ou duas garrafas de pinga para anestesiarem os neurônios. Com o desemprego na faixa dos 30% e nível de renda africano, o Brasil se tornou um lugar em que João pode se considerar na média. Nas conversas de bilhar, culpa-se os burgueses e os “traidores”, uma parcela de profissionais qualificados que abandonaram o Brasil aos milhões ao longo das últimas décadas. Após três anos de procura por trabalho, ele finalmente desistiu. “Ano que vem tudo irá melhorar” é o comentário geral. O candidato à presidência parece ser uma pessoa muito dedicada e que prometeu diversas melhorias para o povo. Parece que eles finalmente vão pegar os culpados pela situação. O presidente fala bonito, ele discursou alguma coisa sobre o “imperialismo chinês, que vem explorando o Brasil”. Entre as medidas principais, o candidato prometeu reforçar a aliança com as nações centro-africanas e criar um novo imposto a ser extraído das empresas para financiar o vale-legumes e o auxílio-vestuário. Para João, o jeito é aguardar até que essas melhorias cheguem.

O João do pôr-do-sol

1º de janeiro de 2030 – 7h da manhã

O despertador toca no canto esquerdo do quarto. Quais surpresas trará essa nova manhã? João abre os olhos lentamente e vira-se para o lado. Chacoalha a esposa e dirige-se ao quarto dos filhos. São dois garotos e uma garota no total. A mais velha, Lucilene, com 14 anos de idade, apresentará hoje seu trabalho na feira de ciências da escola. Melhor aluna da classe, ela apresenta surpreendente aptidão para projetos de robótica. O garoto Wesley aparentemente trilhará caminho diferente. Amante das artes, ele demonstrou desde cedo talento musical e para a pintura. O caçula ainda é muito novo para pensar nessas coisas. Ele tem muito tempo e muitas portas abertas à sua frente. A refeição da manhã é preparada rapidamente por João. As crianças tomam seu leite, comem pão, frutas e pegam os *tablets* com as lições de casa já realizadas. João dirige até o colégio onde descem os filhos, em seguida ele encaminha-se ao trabalho. Nos últimos seis meses, ele tem atuado como consultor de microfinanciamento para pequenas empresas em expansão. Sua esposa, Maria, no momento estuda três propostas de trabalho distintas. Ela está em dúvida entre trabalhar numa fabricante de cosméticos, numa construtora ou numa empresa de televendas que presta serviço via Internet para a Europa. Com a economia aquecida, arranjar bons trabalhos não tem sido muito difícil para quem é dedicado. Praticamente não há desemprego, e as pessoas costumam tocar suas vidas sozinhas. O crescimento contínuo da produtividade nas últimas décadas fez com que os salários subissem bastante enquanto os preços caíam. Apenas alguns milhares de pessoas recorrem ao governo anualmente para ajuda, mesmo assim por pouco tempo. Além de quererem atingir logo o orgulho de andarem com as próprias pernas, essas pessoas sabem que o setor público é impiedoso com aqueles que se acostumam com as benesses governamentais. Cada centavo de dinheiro público é valioso, obtido pelo consentimento de cidadãos produtivos e não pode ser tratado levemente.

Chega o final de semana e a família vai para a casa de praia. Sentado na varanda da casa e olhando seus filhos brincarem na areia, João reflete um pouco sobre a vida. Seus filhos estão lá, aparentemente pequenos e dependentes. Mas um dia eles sairão do ninho e partirão para a vida. O aperto no coração dos pais nesse momento é sempre grande assim como a vontade de manter as crianças por perto. Mas João olha para o pôr-do-sol e encara o futuro com confiança. Essa bola de fogo que circula diariamente o planeta Terra sempre lhe traz boa sensação. Assim como o sol irradia enorme quantidade de energia, cada pessoa também possui dentro de si uma luz ofuscante. “Acho que sou um grande humanista”, João ri de si mesmo. “Qual luz será trazida para o mundo pelos meus meninos?”. O olhar retorna à praia e às crianças brincando. Ele confia em sua

habilidade de educar e na capacidade dos filhos. Ele sabe que as portas estão abertas, que não existem limites e que para os três garotos qualquer coisa é possível de ser alcançada, desde que eles trabalhem para isso com afinco e dedicação. “Esses garotos vão decolar”, ele pensa, “eles vão realizar coisas que ninguém da minha geração jamais atingiu. E isso será mérito exclusivo deles. Eles farão isso porque sabem que, para o bem ou para o mal, o sucesso ou o fracasso está em suas mãos. Se eles fracassarem em alguma coisa, terão de encarar esse fato de frente e aprender com os erros. Agora se eles vencerem, a recompensa será somente deles. Ninguém virá de fora passando sermões e tomando o que meus filhos conquistaram por mérito. Ninguém criará regras impossíveis de cumprir somente para que eles sintam que estão fazendo alguma coisa errada. Meus filhos vão decolar sem as algemas presas aos seus tornozelos”.

O reinado dos saqueadores acabou. Começa o reinado do talento.

Resumo das principais propostas

Constituição: Documento curto que determine as cinco tarefas fundamentais do Estado

1.

Garantir as liberdades individuais

2.

Manter a ordem

3.

Proteger as pessoas contra a miséria absoluta

4.

Garantir que as crianças estudem

5.

Proteger o meio ambiente

Eleições: Implantar voto distrital, dividindo o Brasil em cem distritos. Cada candidato concorre somente no seu distrito. Implantar financiamento público de campanha. Eliminar a figura do suplente.

Estrutura do poder público: Continua dividida em três poderes, executivo, legislativo e judiciário.

Poder executivo: Deve ser enxugado, permanecendo somente os Ministérios da Defesa, Assistência Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Fazenda, Relações Exteriores e Casa Civil. Reduzir o quadro de funcionários de cada um desses ministérios e reajustar salários aos níveis da iniciativa privada. Eliminar a estabilidade de emprego.

Poder legislativo: Abolir o Senado. Câmara dos Deputados deve ter seu número reduzido em 80%. Eliminar a maior parte dos assessores parlamentares e das verbas de gabinete

Poder judiciário: Privatizar as áreas administrativas e consolidar os diversos tribunais em apenas três. Simplificar a legislação. Conscientizar os juizes a decidir com base na lei e não em questões sociais

Prefeituras municipais: Consolidar pequenos municípios para que tenham no mínimo trezentos mil habitantes. Dividir o Brasil em cem municípios. Município ficará responsável pelas seguintes atividades: polícia, assistência social, planejamento urbano e manutenção das ruas municipais

Governos estaduais: Consolidar alguns estados menores para que todos tenham tamanho e potencial econômico mínimo para justificar a existência do governo estadual. Reduzir o total de Estados para quinze a vinte.

Governo federal: Cuidará dos seguintes assuntos: Exército, polícia federal e regulamentação dos setores econômicos

Forças armadas: Reduzir fortemente o contingente. Concentrar recursos em vigilância eletrônica de fronteiras

Polícia: Unificar todas as polícias em três grupos: municipal, federal e corregedoria. Aumentar os salários dos profissionais, alterar a jornada de trabalho para que se assemelhe à jornada comum e realizar campanha de valorização dos bons policiais

Legislação penal: Restringir os regimes de progressão de pena. Eliminar os indultos. Contornar a questão da maioria penal, fazendo com que criminosos perigosos fiquem presos por um longo período, independentemente da idade. Estabelecer multas proporcionais à renda.

Cadeias: Privatizar todas as cadeias atuais, sendo que o Estado paga um valor por preso à empresa proprietária. Licitar imediatamente mais 400.000 vagas. Criar uma agência para fiscalizar e regular os presídios. Implantar um sistema de trabalho remunerado na prisão, em que os presos recebem 50% do salário e a empresa proprietária da cadeia recebe outros 50%. Aplicar penas alternativas para crimes leves

Drogas: Legalizar todas as drogas hoje proibidas, desde que sejam consumidas em locais pré-determinados e seja proibido fazer propaganda

Empresas estatais: Privatizar todas, como Correios, Petrobrás e Banco do Brasil

Agências reguladoras: Ampliar os recursos e a atuação das agências

Agência Nacional Anticorrupção: Criar a agência para investigar os políticos e funcionários públicos corruptos. Completamente independente, o diretor da agência é indicado pelo partido líder da oposição, enquanto o secretário é indicado pelo presidente da República no momento que este sai do poder e acompanha todo o mandato do sucessor

Assistência social: Instituição ligada ao município. Transfere recursos diretamente às famílias que comprovarem dificuldades financeiras. O auxílio é dado em caráter temporário, vai diminuindo com o tempo e está atrelado ao fato de a família comprovar pagamento de estudo dos filhos e plano de saúde familiar. Dinheiro é fiscalizado pelo governo federal

Educação: Privatizar todas as escolas e universidades públicas, implantando o sistema de *vouchers*. Para cada aluno matriculado em ensino fundamental, o governo paga uma bolsa diretamente à escola. Cada escola pode optar se receberá apenas a verba do governo ou se cobrará uma taxa extra

Saúde: Privatizar todos os hospitais e postos de saúde do governo. Cada pessoa deverá escolher um plano de saúde e usá-lo para satisfazer suas necessidades de saúde. A assistência social paga os planos das famílias que comprovarem incapacidade de pagamento

Previdência social: Abolir completamente a previdência, tanto a do setor público quanto a do setor privado. Cada pessoa decide se quer ou não realizar plano privado de previdência social

Reforma fiscal: Todos os tributos, as taxas e os impostos devem ser eliminados. Deve permanecer apenas o imposto sobre a herança, o imposto de renda, o imposto sobre a venda de produtos nocivos à sociedade e a tarifa de importação nos casos de práticas desleais de concorrência internacional

Reforma trabalhista: Eliminar todos os encargos trabalhistas atuais. Liberalizar as negociações de salário. Forçar os magistrados a defender os acordos contratados e não defender incondicionalmente os empregados

Caro leitor, ficaríamos felizes em receber suas críticas e sugestões sobre as ideias aqui expostas. Assim, se quiser contribuir, por favor, acesse o site www.politicos.org.br ou nossa página do Facebook “Ranking dos Políticos”